

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES

CAROLINE LOISE DÄHNE

**PATRIOTISMO E NACIONALISMO NO FRONT INTERNO: OS DISCURSOS DO
JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS ACERCA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
(PONTA GROSSA- 1942 E 1944)**

PONTA GROSSA

2015

CAROLINE LOISE DÄHNE

**PATRIOTISMO E NACIONALISMO NO FRONT INTERNO: OS DISCURSOS DO
JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS ACERCA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
(PONTA GROSSA- 1942 E 1944)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: História, Cultura & Identidades. Linha de Pesquisa: Discursos, representações: produção de sentidos).

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Stancik.
Co-orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves

PONTA GROSSA

2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

D129 Dähne, Caroline Loise
Patriotismo e nacionalismo no front interno: os discursos do Jornal Diário dos Campos acerca da Segunda Guerra Mundial (Ponta Grossa- 1942 e 1944)/ Caroline Loise Dähne. Ponta Grossa, 2015. 108f.

Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades - Área de Concentração: História, cultura e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Stancik.

Coorientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves.

1.Discurso. 2.Segunda Guerra Mundial. 3.Ponta Grossa. 4.Imprensa escrita. 5.Diário dos Campos. I.Stancik, Marco Antonio. II. Chaves, Niltonci Batista. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em História, cultura e identidades. IV. T.

CDD: 302.232.2



TERMO DE APROVAÇÃO

Caroline Loise Dähne

PATRIOTISMO EM PÁGINAS: OS DISCURSOS DA IMPRENSA PONTA-GROSSENSE
NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1944)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 27 de março de 2015, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Marco Antonio Stancik – UEPG
(Orientador)


Profa. Dra. Méri Frotscher Kramer – UNIOESTE


Prof. Dr. Antonio Paulo Benatte – UEPG

Ponta Grossa, 27 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

A toda a minha família pelo apoio e carinho incondicional. Especialmente ao meu pai David e minha mãe Terezinha, pelo amor, paciência, interesse e incentivo. Meu irmão Guilherme pelo estímulo à pesquisa e o esclarecimento de termos militares. E meus primos Leandro e Camilla pela amizade e ajuda com as fotografias dos jornais.

Ao professor Doutor Marco Antonio Stancik, pela gentileza e prestatividade com as quais ao longo desses dois anos conduziu a orientação desse trabalho. Seus apontamentos e conselhos foram imprescindíveis para a realização da pesquisa. Ao professor Doutor Niltonci Batista Chaves, cuja colaboração como co-orientador foi fundamental no andamento dessa análise.

Aos componentes da banca de qualificação, os professores Doutor Antonio Paulo Benatte e Doutora Andrea Mazurok Schactae, que contribuíram com sugestões de leituras e comentários pertinentes para a redação final do presente trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que transformaram suas aulas num espaço de diálogo e reflexão entre a teoria e as nossas pesquisas. O apoio e as sugestões de vocês foram muito importantes ao longo dessa caminhada.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro, que me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos funcionários e estagiários do Museu Campos Gerais e da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná pela ajuda na pesquisa de fontes para esse trabalho.

Aos amigos que me incentivaram e contribuíram com a pesquisa desde o seu início, especialmente a Jessica e a Bruna. Muito obrigada meninas por estarem desde a graduação sempre presente na minha vida e na minha caminhada acadêmica.

Aos amigos Jamaíra, Danile, Juliana, Jeanine, Maria Inês, Nayamim, Lucas e Thiago, da primeira turma do Mestrado em História Cultura e Identidades da UEPG, pelas conversas, leituras do meu texto, sugestões, caronas e pelas “sessões de terapia em grupo”.

E a todos aqueles não listados que direta ou indiretamente contribuíram com a realização dessa pesquisa. Muito obrigada!

RESUMO

Durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a imprensa brasileira tendeu a publicar textos de cunho patriótico e nacionalista, divulgando princípios propostos como necessários para um alinhamento político da sociedade. Nas publicações do jornal *Diário dos Campos*, encontram-se discursos que buscavam incentivar a população da cidade de Ponta Grossa a partilhar sentimentos e ações patrióticas visando contribuir com a vitória do país e seus aliados na guerra. Diante disso a pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem de temas referentes à relação entre o Brasil e a Segunda Guerra Mundial presentes nas publicações do jornal, bem como o apelo que esses discursos faziam à sociedade pontagrossense no sentido da adoção de determinadas atitudes e comportamentos propostos como cívicos nos anos de 1942 e 1944. Nesse sentido, procurou-se investigar como os discursos produzidos por esse jornal representavam os acontecimentos e ideias vigentes em nível nacional e mundial em uma perspectiva direcionada à população local. Para isso, em diálogo com a análise dos discursos do jornal, a pesquisa consistiu na revisão da bibliografia correspondente ao período determinado, em especial sobre a participação dos brasileiros no conflito, além de estudos sobre as características gerais da sociedade local consumidora do jornal.

Palavras-chave: Discurso; Segunda Guerra Mundial; Ponta Grossa; imprensa escrita; *Diário dos Campos*.

ABSTRACT

During the Brazilian participation in World War II (1939 – 1945), the press of the country tended to publish nationalist and patriotic texts, sharing some principles that were seen as necessary to an alignment of society. In the publications of the daily newspaper *Diário dos Campos* it is presented a speech that aimed to encourage the population of the city of Ponta Grossa to share feelings and patriotic actions as a way to contribute to the victory of the country and its allies. Facing these facts, this research sought to analyze the approach of some matters that refer to the relation between Brazil and World War II, which appears in the editions of the newspaper. It also pursued to analyze the appeal that these discourses made to the society, as well as the embracing of some attitudes and behaviors that were considered civic in the period from 1942 to 1944. Thus, it is attempted here to investigate how the speech presented by this newspaper represents the events and ideologies at the time, not only in Brazil but also in an international context and in a perspective towards the local population. Searching this, and facing the analysis of the speech, this research consisted of the review of the bibliography that corresponded to the mentioned period of time, specially about the Brazilian participation in the conflict, besides studies about general characteristics of the local society, which was consumer of the concerned newspaper.

Keywords: Speech; World War II; Ponta Grossa; written press; *Diário dos Campos*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	— Ponta Grossa vai ensaiar a Guerra	45
FIGURA 2	— Convite ao Povo	47
FIGURA 3	— O Exemplo de Ponta Grossa	49
FIGURA 4	— Quem recusa armar-se de ânimo agressivo contra os inimigos do Brasil..	59
FIGURA 5	— A mais brilhante página dos anais da Capital Cívica do Paraná	77
FIGURA 6	— Ponta-grossenses!	81
FIGURA 7	— <i>Diário dos Campos</i>	83
FIGURA 8	— Ponta Grossa não é senhores	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	— Quantidade de publicações 1º semestre de 1942	42
TABELA 2	— Quantidade de publicações 2º semestre de 1942	43
TABELA 3	— Quantidade de publicações 1º semestre de 1944	69
TABELA 4	— Quantidade de publicações 2º semestre de 1944	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
CEL	Coronel
CMEBR	Centro Médico Eurico Branco Ribeiro
CNI	Conselho Nacional de Imprensa
DC	Diário dos Campos
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DT	Diário da Tarde
FEB	Força Expedicionária Brasileira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDN	Liga de Defesa Nacional
PR-J2	Rádio Clube Ponta-grossense
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	Regimento de Infantaria
SMP	Sociedade Médica Ponta-grossense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1- OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ARMAS DE GUERRA: NOTÍCIAS DO CONFLITO E PROPAGANDA POLÍTICA	 23
1.1- “O BRASIL ACEITOU O DESAFIO DOS BANDIDOS!”: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	25
1.2- IMPRENSA E PODER: O ESTADO NOVO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	30
1.3- A IMPRENSA E A CIDADE: PONTA GROSSA NAS PÁGINAS DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i>	34
 CAPÍTULO 2- “O CIVISMO DE PONTA GROSSA NÃO SE CALA NUNCA”: O DISCURSO DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> EM 1942	 42
2.1- “PONTA GROSSA CONVOCA O SEU CIVISMO”: O PATRIOTISMO NAS PÁGINAS DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i>	43
2.2- “QUANDO OS BÁRBAROS MALDITOS AMEAÇAM O BRASIL”: O NACIONAL <i>VERSUS</i> O ESTRANGEIRO	54
 CAPÍTULO 3- “A NOSSA ATITUDE INSPIRADA ANTES DE TUDO NO DEVER PATRIÓTICO”: O DISCURSO DO <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> EM 1944.....	 68
3.1- “PONTA GROSSA INVOCA TODAS AS FORÇAS DE SEU CIVISMO PARA GLORIFICAR O SOLDADO DO CORPO EXPEDICIONÁRIO”: AS MOBILIZAÇÕES DE APOIO À FEB.....	70
3.2- “VIVA O HOMEM QUE CONCERTOU O BRASIL!”: GETÚLIO VARGAS E O PARANÁ.....	79
3.3- “PONTA GROSSA NÃO É SENHORES, UMA CIDADE DESVIRILISADA E INDIFERENTE À PÁTRIA”: O EMBATE ENTRE <i>DIÁRIO DOS CAMPOS</i> E <i>DIÁRIO DA TARDE</i>	86
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 94

FONTES	97
---------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
---	------------

INTRODUÇÃO

A história do século XX está intrinsecamente relacionada com as duas Guerras Mundiais, que impulsionaram mudanças em diversos setores da sociedade, dentre elas a economia, a configuração dos territórios e o modo de vida das pessoas. Nesse sentido, “não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam.” (HOBSBAWM, 1995, p. 30)

Entre os anos 1939 e 1945 o mundo passou por um de seus períodos mais conturbados, a Segunda Guerra Mundial. Transformações ocorreram não só nas inovações da tecnologia bélica e estratégias de confronto, mas também na cultura da guerra. A partir desses conflitos a batalha assume o campo da vida civil, envolvendo a sociedade como um todo. De acordo com Keegan, “qualquer história da Segunda Guerra Mundial é, portanto, a história do mundo entre 1939 e 1945.” (KEEGAN, 2006, p. 32b)

O historiador Hobsbawm (1995) nomeia esse fenômeno como “Guerra de Massas”; tal distinção das Guerras Mundiais com as anteriores se dá pela maneira como elas afetaram e mobilizaram a população civil, ocasionando um alto número de mortes de pessoas que não estavam diretamente envolvidas no conflito.

O envolvimento da população dos países em combate acontecia de diversas maneiras, fosse enviando homens para a batalha, contribuindo com doações, com a compra de bônus de guerra e assumindo uma postura em prol da nação.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi constantemente anunciada pela imprensa, que se tornou um dos principais veículos de divulgação de informações e de mobilização da sociedade brasileira. Desta forma, a imprensa foi amplamente utilizada buscando a unificação da nação, publicando notícias que visavam não apenas informar, mas mobilizar a população em relação à guerra e aos ideais do governo do Estado Novo. Desse modo, também foi empregada na criação de uma iniciativa contrária aos países que compunham o Eixo e que, em determinado momento, foram declarados inimigos do Brasil no conflito.

Os esforços jornalísticos na disseminação para o público leitor de temas derivados daqueles que eram apresentados como deveres patrióticos dos cidadãos brasileiros se constituem como o foco dessa pesquisa, que objetiva compreender como os reflexos dos acontecimentos mundiais foram representados nos textos dedicados à sociedade local através da análise dos discursos produzidos pelo jornal *Diário dos Campos*.

Assim sendo, procuramos identificar os elementos presentes nessas publicações que evidenciam questões de cunho nacionalista-patriótico, em especial aqueles que faziam um “apelo” ao público leitor do jornal no sentido da adoção de determinadas atitudes e comportamentos cívicos.

Para perceber as relações entre os discursos do *Diário dos Campos* com o que estava em vigor em nível nacional torna-se necessário entender as questões que permeavam o cotidiano da sociedade brasileira durante a guerra. Portanto, vinculando a produção da imprensa com a voz do Estado Novo, a pesquisa procura compreender a dimensão política dos discursos que versavam sobre os comportamentos patrióticos no contexto da guerra.

De acordo com Rémond (2003), a Nova História Política, renovada com plena força através da rediscussão de conceitos e práticas tradicionais e do contato com outras disciplinas, amplia as possibilidades de discussão em torno do político. Ao buscar uma definição por intermédio dos objetos de estudo, o autor salienta que o seu recorte pode se dilatar ou se retrair incluindo diferentes realidades. Desta forma entende-se que “o político não tem fronteiras naturais” (RÉMOND, 2003, p. 442). Assim ele ressalta que:

“certas situações ampliam o campo do político: em tempos de guerra, o que não é político? O moral do país, o abastecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação.” (RÉMOND, 2003, p. 443)

Desse modo, ainda segundo o autor, “praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político [...]” (RÉMOND, 2003, p. 444)

Buscando entender essas relações entre o político e o cotidiano brasileiro no período, percebemos que durante a Segunda Guerra Mundial a atitude patriótica e nacionalista incentivadas desde o início do governo de Getúlio Vargas era ressignificada e fortalecida pelo conflito. Nesse sentido, discursos nacionalistas que remetiam às ações bélicas eram disseminados constantemente pelos meios de comunicação.

Lenharo (1986) observa a disseminação do poder no campo social no cotidiano dos indivíduos através da atuação da propaganda. Ao encontro disso, Capelato (1989) salienta o papel da imprensa como “instrumento de manipulação de interesses” e os jornalistas como “sujeitos dotados de consciência que se determina na prática política”. (CAPELATO, 1989, p. 12)

Com a implementação do Estado Novo, ocorreu a busca pela criação de uma nova cultura política brasileira. De acordo com Parada (2009), o uso dos meios de comunicação e

da propaganda, assim como a criação de um calendário cívico se constituíam como alguns dos esforços do governo para o controle do domínio público.

Um instrumento de dominação utilizado nesse período foi a sacralização do político, a qual, de acordo com Lenharo (1986):

[...] visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava. (LENHARO, 1986, p. 18)

Já em relação aos comportamentos cívicos, Parada (2009) aponta que a preocupação com a criação de uma “cultura cívica” estava associada ao controle do domínio público pelo Estado. Esse projeto também visava contribuir com a legitimação do regime, segundo o autor:

A ordem política inaugurada no final dos anos de 1930 pode ser considerada um momento crítico para a cultura política brasileira, na medida em que impulsionou as relações entre estes dois termos — cultura e política — em direção ao que podemos denominar “cultura cívica varguista”. (PARADA, 2009, p. 19)

Dentre as ações do governo para o estabelecimento dessa cultura, Parada (2009) identifica o cuidado com o corpo físico da nação e as relações entre festa e política. Com relação a esse último tópico, o autor observa que as cerimônias cívicas realizadas pelo Estado Novo receberam novas configurações durante a guerra.

Desta forma, ainda de acordo com o autor, com a ampla mobilização para o conflito, essas cerimônias que anteriormente se caracterizavam pela organização e controle dos agentes culturais do governo, passaram a ter manifestações de civismo e patriotismo por parte da população.

Os sentimentos patrióticos foram constantemente incentivados nas publicações do jornal *Diário dos Campos* durante a Segunda Guerra Mundial. Febvre (1998) realizou um estudo de história da palavra identificando a transitoriedade das noções, de Honra e Pátria ao longo do tempo. Nessa análise, as palavras pátria e nação que comumente são apresentadas como sinônimos, foram diferenciados e foi feito um questionamento se esses entendimentos são os mesmos em tempos de paz e em tempos de guerra.

Ainda de acordo com o autor, nação é uma realidade psicológica, que designa a união de grupos em um território próprio. Enquanto que pátria é uma palavra carregada de sentimento, o qual é algo individual. Assim sendo, “é possível não experimentar nenhum sentimento patriótico, mas é impossível não pertencer a uma nação.” (FEBVRE, 1998, p. 155)

O sentido da palavra pátria assumido no século XIX e associado à nação, segundo Febvre (1998), dá origem a outra palavra, patriótico, que é então entendido como o sentimento de amor à pátria, o qual é exaltado em tempos de guerra.

Diante disso, a pesquisa parte da noção de guerra pela perspectiva cultural, a qual Keegan (2006a) utiliza ao buscar compreender o que é a guerra e como ela se configura no decorrer da história da humanidade. Entendendo o plano cultural como importante elemento no comportamento humano e a política como uma expressão de cultura, ele afirma que “a cultura é um fator determinante fundamental na natureza da guerra [...]”. (KEEGAN, 2006a, p. 494).

Nesta perspectiva de um olhar cultural sobre a guerra, Cytrynowicz (2000) observa que:

A guerra, além de mudar efetivamente o curso de uma vida, de milhões de vidas, engendra uma cultura própria, particular, em torno da guerra, com suas histórias de famílias, suas celebrações cívicas, monumentos que marcam a paisagem, condecorações e pequenas coleções de uniformes, armas, equipamentos, medalhas do inimigo. (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 17)

O modo como a guerra é realizada sofreu diversas alterações ao longo do tempo, sendo uma das mais significativas a transição do combate corpo-a-corpo para as batalhas impessoais travadas a longas distâncias graças ao desenvolvimento de tecnologias bélicas. No entanto, analisando esse conflito a partir do aspecto cultural da guerra, é possível perceber que ela vai além dos combates bélicos e embates políticos, afetando o cotidiano e o comportamento humano.

Desse modo os discursos jornalísticos que buscavam a mobilização da população contribuíam nessas mudanças e demonstravam quando a guerra ultrapassava os limites do campo de batalha e invadia outros setores da sociedade. Entendemos assim que esses discursos são produtores de sentidos e que os jornais participavam dos esforços de guerra e das atuações políticas ao lhe darem materialidade.

Partindo da noção de acordo com a perspectiva discursiva de que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.” (ORLANDI, 2001, p.25), utilizamo-nos da Análise do Discurso, ferramenta da linguística que, quando apropriada e adaptada para o campo da história, contribui na produção de sentidos para eventos do passado.

De acordo com Orlandi (2001), a Análise de Discurso busca entender a relação entre o sujeito e o sentido, ou seja, entre a língua e a história, através da teorização da interpretação e de seus processos de significação.

Desse modo, buscamos utilizar a Análise do Discurso articulando o discurso com o social, ou seja, a produção jornalística com a sociedade que o produz e o consome. No que se refere à relação entre a linguística e a historicidade, Orlandi (2001) aponta que, “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2001, p. 30). Trata-se da importância de, como dizem os historiadores Vainfas e Cardoso (1997) ao discorrerem sobre a Análise de Conteúdo:

[...] relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378)

Para Orlandi (2001), as condições de produção do discurso que permitem a construção de sentidos advêm da relação entre a linguagem, a história e a ideologia. Entende-se então que todo discurso tem uma carga ideológica, ou seja, a linguagem nunca é neutra, ela materializa uma ideologia.

A ideologia é entendida então a partir de uma definição discursiva, na qual ela é a “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2001, p. 46)

Dessa forma, relacionando a ideologia ao discurso, compreende-se que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.” (ORLANDI, 2001, p. 42-43)

Portanto, para compreender a relação do discurso com a ideologia e os sujeitos é necessário, segundo Orlandi (2001), entender a memória discursiva que possibilita a sua produção. Ou seja, a palavra é sustentada pelo “já-dito que está na base do dizível”. (ORLANDI, 2001, p. 31)

Outro apontamento feito por Orlandi (2001) sobre a análise de discursos é a importância da imagem que se faz do outro e a força que tal construção tem no dizer; para ela o sentido não está só nas palavras, mas sim além delas. Nessa perspectiva: “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem.” (ORLANDI, 2001, p. 42)

Entendemos o Imaginário social de acordo com Baczko (1985), o qual aponta que as sociedades realizam uma atividade imaginária coletiva produzindo um sistema simbólico que dá forma a uma identidade e uma representação de si. O autor salienta que o imaginário social exerce o papel de regulador na vida coletiva e do exercício do poder.

Conforme Baczko (1985), “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem.” (BACZKO, 1985, p. 311)

Baczko (1985) observa que o imaginário participa da memória coletiva, através das representações que originam os acontecimentos. Nesse sentido, buscamos entender de que forma se estabelece o diálogo entre o imaginário coletivo, relativo ao nacionalismo e patriotismo, e as representações nas publicações do jornal *Diário dos Campos*.

A noção de representação também é utilizada na pesquisa. Entendemos que as representações sociais se constituem como produções pensadas coletivamente que produzem sentidos e podem ser veiculadas através dos discursos. Chartier (1991), ao trazer e adaptar para a história a noção de representação, que já era empregada nas ciências sociais, aponta que esta pode ter significados distintos e até mesmo contraditórios.

Sendo assim, representação pode ser entendida por uma imagem que faz referência a um objeto ausente, reconstituindo então sua memória. Por outro lado, também pode ser entendida como a demonstração ou exibição da presença de algo ou alguém.

Quando relacionada à noção de representação coletiva com o mundo social, Chartier (2011) aponta que podem ser realizadas representações da realidade a partir de operações de classificação e hierarquização. Também podem ser utilizadas práticas e signos para que haja a significação simbólica de algo ou alguém, bem como o uso de representantes para a presentificação de uma comunidade, identidade ou poder.

Chartier (1991) atenta para os procedimentos de interpretação nas práticas de leitura. O autor entende que a apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1991, p. 180). Segundo o autor:

Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e normas. (CHARTIER, 2002, p. 136)

Entendemos que a produção jornalística é uma prática por intermédio da qual determinadas representações são veiculadas. Desse modo, procuramos perceber a prática de apropriação que o jornal *Diário dos Campos* faz dos discursos divulgados nacionalmente que são vigiados e censurados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O entendimento de que a guerra afeta as relações interpessoais em uma sociedade e

que os discursos e as representações produzem sentidos que podem contribuir na mobilização de uma população frente a um conflito, são noções que norteiam esta análise.

Tendo em vista tais reflexões, as publicações do jornal *Diário dos Campos* são analisadas a partir de material disponível para consulta no acervo do Museu Campos Gerais em Ponta Grossa¹. Também foram utilizadas publicações do jornal curitibano *Diário da Tarde*, disponíveis no arquivo da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná².

Pode-se entender a importância de se utilizar o discurso jornalístico como fonte e objeto de estudo através das considerações de Ribeiro e Ferreira (2007), sobre a relação entre mídia e memória:

Os meios de comunicação desempenham, nas sociedades contemporâneas, um papel crucial na produção de uma ideia de história e de memória. Ao mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produzem no âmbito do senso comum sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos, da mesma forma que participam da constituição das próprias subjetividades. Além disso, a mídia – sobretudo a jornalística – aponta, entre todos os fatos da atualidade, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Constitui-se, assim, em um verdadeiro “lugar de memória” da contemporaneidade. (RIBEIRO; FERREIRA, 2007, p. 7)

A utilização do discurso jornalístico como fonte nas pesquisas históricas recebeu um impulso através do fortalecimento da História Cultural, que se estabeleceu como campo de pesquisa nas últimas décadas do século XX e contribuiu na incorporação de novas noções e conceitos, ampliando as possibilidades de entendimento das dimensões culturais.

O uso de jornais como fonte era reduzido até a década de 1970. De acordo com Luca (2005), isso acontecia devido a certa dificuldade em desprezar uma tradição de busca da verdade vigente no século XIX e início do XX. Nela se defendia um historiador imparcial que se debruçaria sobre documentos oficiais, caracterizados pela objetividade e neutralidade, em contraponto ao jornal, que durante muito tempo foi considerado um registro de pouca credibilidade. Compreende-se então que:

[...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de

¹ Vinculado a Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Museu Campos Gerais foi fundado em 1983, sua origem, no entanto remonta a década de 1940, quando um grupo de intelectuais da sociedade pontagrossense passou a reunir elementos do patrimônio histórico da região. Seu acervo é composto de aproximadamente 10.000 peças expostas temporária ou permanentemente, como a Coleção Imigrantes nos Campos Gerais e o Acervo FEB- Força Expedicionária Brasileira. Na seção de pesquisa estão disponíveis para consulta jornais, revistas, fotografias e livros.

² A Biblioteca Pública do Paraná foi criada no dia sete de março de 1857 em Curitiba, e é considerada uma das maiores bibliotecas públicas do país. Na Divisão de Documentação Paranaense encontram-se preservados livros, periódicos, mapas, fotografias e demais documentações históricas e culturais do estado.

intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

A análise foi realizada nas publicações do jornal por todo o período em que a Segunda Guerra Mundial ocorreu, ou seja, de 1939 a 1945. Selecionamos como recorte temporal o período entre janeiro a dezembro de 1942 e janeiro a dezembro de 1944, já que os discursos publicados nesses anos evidenciam um direcionamento mais específico ao tema da pesquisa e demonstram o posicionamento do jornal frente a dois eventos em especial.

Em agosto de 1942, com o processo de envolvimento do Brasil no conflito, as publicações passam a ter uma dinâmica local de um fenômeno global. São então mais destacados os discursos nacionalistas e patrióticos que objetivavam a mobilização da população da cidade e do interior do estado em prol da pátria. Quando naquele ano é reconhecido o estado de beligerância, as publicações passam a ter um tom de investida contra o inimigo, ou seja, passam a demonstrar que não basta apenas revelar-se favorável ao alinhamento do Brasil no conflito, é preciso se mostrar contra aqueles que são apresentados como inimigos.

No ano de 1944, as publicações tenderam a focar no envio de soldados da FEB (Força Expedicionária Brasileira) em julho à Itália, o pretenso patriotismo ponta-grossense e as relações entre o presidente Getúlio Vargas e o Paraná. Naquele período, o jornal cria uma coluna intitulada *A entrega da bandeira nacional ao 13º RI*, a qual é dedicada a divulgar os esforços do jornal para glorificar o soldado brasileiro. Tal coluna demonstra essa mobilização do *Diário dos Campos* e da população em organizar um evento para entregar um dos símbolos mais importantes do Estado Novo, a bandeira nacional, demonstrando aquele que é apresentado como o civismo da cidade de Ponta Grossa.

Para a realização da análise, as publicações selecionadas foram transcritas e organizadas em uma tabela baseada na técnica proposta por Vieira, Peixoto e Khoury (1991), e apresentada no livro *A pesquisa em História*. Mediante o seu emprego, pretende-se “desmontar o discurso” (VIEIRA, PEIXOTO, KHOURY, 1991, p. 54), para buscar as representações do real e os caminhos e projetos de sociedade que o jornal analisado expõe.

Nessas fichas, procura-se determinar os sujeitos presentes no discurso jornalístico, ou seja, quem fala? Para quem fala? Como fala? De quem fala? Por quem fala? Bem como, se busca encontrar nesses discursos o uso de adjetivos generalizantes e palavras-chaves que visam criar noções se utilizando de associações ou oposições de ideias. Utilizamos essa metodologia no sentido de organização do material selecionado, juntamente com as

considerações expostas anteriormente sobre a análise de discursos e com a relação entre o texto e contexto.

Na busca pelo sujeito que fala no discurso do jornal pesquisado, percebemos que a grande maioria das publicações analisadas não traz informações sobre sua autoria. Tal característica sugere que, na ausência da identificação de quem o escreveu, a fala passa a ser considerada a do jornal. Assim sendo, podemos entender que “a identidade genérica do editorial é o fato dele possuir uma autoria institucional assumida internamente pela própria empresa e pelo veículo de comunicação em que é publicado [...]” (ALVES FILHO, 2008, p. 343)

Verificamos que somente alguns artigos em destaque na primeira página do jornal nos dois anos analisados continham a informação do autor, o proprietário e diretor do *Diário dos Campos*, José Hoffmann (1904-1969). A análise das demais publicações do período demonstra que, apesar de anônimas, apresentam várias características similares às dos textos assinados. Isso dá a entender que eles podem ter sido escritos ou editados pela mesma pessoa, demonstrando que é o jornal que seleciona os discursos que serão divulgados de acordo com suas posições ideológicas.

Outro ponto a se considerar na análise de discursos jornalísticos é a importância de se historicizar a fonte; ou seja, além de observar as características textuais, atenta-se aos aspectos de produção desses discursos. Entendendo que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.” (LUCA, 2005, p. 132)

Chartier (1991), ao escrever sobre o mundo do texto e o mundo do leitor, faz considerações sobre a construção do sentido, levando em consideração os procedimentos de interpretação, como tipografia do texto e o modo de leitura. Para ele, “[...] é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõe à leitura.” (CHARTIER, 1991, p. 178)

Assim, observar as técnicas de estruturação do jornal, o espaço que uma notícia ocupa *versus* sua relevância, as divisões de conteúdos, os elementos gráficos, torna-se necessário, pois assim como o discurso, a sua forma também produz sentidos.

De acordo com Pontes e Silva (2012), uma das principais características do jornalismo impresso é a sua sistematização. As notícias são organizadas seguindo uma hierarquia da informação, nesse caso sua relevância é percebida através da disposição dos artigos nas páginas.

Desse modo, os autores salientam que as matérias de maior destaque são aquelas que aparecem na capa do jornal. Analisando segundo a geometrização da página, percebe-se que a disposição da notícia na capa indica seu valor, ou seja, as publicações na parte superior direita são mais valorizadas do que as em posição inferior e a esquerda.³

Outro destaque recebido pelas notícias presentes na capa é o cuidado artístico, no qual a presença de títulos graficamente realçados com fontes em tamanho e estilos diferenciados instiga o interesse do leitor. Nesse sentido, “os títulos e subtítulos têm a finalidade de destacar o núcleo da informação, aquilo que, na perspectiva da edição, deve ser valorizado no momento em que se lê um texto.” (PONTES; SILVA, 2012, p. 68) Levando em consideração essa característica da hierarquia da informação nos propusemos a analisar somente as publicações que ocupam espaço nas capas do jornal no período selecionado.

Sendo assim, optamos por restringir a pesquisa ao “mundo do texto” e não ao do leitor; ou seja, escolhemos realizar a análise da produção discursiva do jornal *Diário dos Campos*, não nos dedicamos a buscar compreender como se deu a recepção dessas publicações por parte da população ponta-grossense, já que para isso seria necessário outro direcionamento da pesquisa e das fontes.

O presente texto se divide em três capítulos. O primeiro intitulado *Os meios de comunicação como armas de guerra: notícias do conflito e propaganda política*, traz uma discussão sobre o papel da imprensa na guerra. Para isso, são abordadas questões sobre as relações do governo do Estado Novo com a imprensa, principalmente no que se refere à utilização desta na divulgação de valores e ideais nacionalistas e patrióticos. Esse capítulo também se dedica a entender a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e como isso foi retratado nas publicações da imprensa brasileira. Buscamos também contextualizar a cidade e o jornal no período analisado, apresentando as configurações da sociedade local, bem como a trajetória e as especificidades do *Diário dos Campos* e do seu proprietário e diretor José Hoffmann.

No segundo capítulo, intitulado “*O civismo de Ponta Grossa não se cala nunca*”: o discurso patriótico do *Diário dos Campos*, a discussão apresentada no tópico anterior é abordada numa perspectiva local, ou seja, analisamos como as publicações do jornal se

³ Bucholdz (2007) salienta que foi com a mudança de proprietário em 1963 que o *Diário dos Campos* passou a utilizar uma concepção técnica da distribuição da notícia, dando relevância à reportagem através do espaço ocupado por ela. No entanto, embora anteriormente a década de 1950 a lógica gráfica do jornal ponta-grossense fosse caracterizada mais por sua sistematização artesanal e “desorganização” com o tratamento gráfico, durante a direção de Hoffmann, ainda segundo a autora, o *Diário dos Campos* adquiriu uma organização contemporânea, com a utilização de manchetes em destaque, entre outros. Nesse sentido, mesmo com esse tratamento gráfico artesanal observamos que os discursos patrióticos nacionalistas do jornal receberam destaque em detrimento das outras notícias.

apropriam dos discursos nacionais com ênfase para a sociedade de Ponta Grossa. Nesse capítulo, fazemos a análise das publicações do jornal no ano de 1942, as quais privilegiam temas referentes às características cívicas da cidade e ao debate entre o nacional e o estrangeiro no âmbito local.

Já o terceiro capítulo, intitulado “*A nossa atitude inspirada antes de tudo no dever patriótico*”: o discurso do *Diário dos Campos em 1944*, se dedica a abordar a materialização da ideologia estadonovista no cotidiano ponta-grossense, tema que entra em consonância com a análise das publicações do ano de 1944, que discursavam sobre as mobilizações da cidade nos esforços de preparação para o envio dos soldados da FEB a Itália, as celebrações cívicas realizadas na cidade e os textos sobre Getúlio Vargas que contribuía na construção do mito político para a sociedade local.

1. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO ARMAS DE GUERRA: NOTÍCIAS DO CONFLITO E PROPAGANDA POLÍTICA

Os avanços tecnológicos do século XX possibilitaram uma série de mudanças no modo de travar e compreender a guerra. O desenvolvimento bélico característico das Grandes Guerras Mundiais ocasionou um maior envolvimento da população civil, principalmente no sentido da alta escala de produção de armamento e no grande número de mortes de pessoas não envolvidas diretamente no combate.

Assim como no que se refere às transformações das tecnologias bélicas, a Segunda Guerra Mundial aconteceu num período no qual o desenvolvimento dos meios de comunicação proporcionava a rápida disseminação de informações para um grande número de pessoas em vários países. As opções de veículos para transmitir informações de guerra eram amplas, dentre elas ressaltamos os jornais, o rádio, o cinema e os cartazes de guerra⁴.

A relação do desenvolvimento dos meios de comunicação com a guerra também pode ser pensada no sentido da criação dessas tecnologias. Azevedo (2001) afirma que alguns instrumentos de comunicação, antes de serem utilizados com fins comerciais foram produzidos com intenção de uso militar. Nesse sentido, o autor cita o uso militar do rádio na transmissão de informações entre soldados no campo de batalha.

Tal potencial de transmitir notícias do conflito passa então a ser utilizado por governos de vários países na divulgação de propaganda política. Nesse sentido, Henn (2013) enfatiza que:

Uma característica fundamental da Segunda Guerra Mundial refere-se à existência de outra guerra, paralela à bélica, para a qual foi dada uma grande importância por parte dos governos dos países beligerantes. A luta pela dominação das consciências da população atingiu tamanha proporção que tornou a guerra propagandística um ponto central do conflito. A propaganda estava inserida em todos os veículos de comunicação, não havendo nenhum órgão de imprensa que escapasse dessa realidade. Desde a veiculação de notícias até os anúncios publicitários, tudo fazia parte da propaganda estratégica de guerra. (HENN, 2013, p. 670)

⁴ O Cartaz se constitui como um meio de comunicação em massa caracterizado pelo seu baixo custo de produção e distribuição, podendo ser veiculado através de revistas e jornais, ou até mesmo afixado em locais públicos com grande circulação de pessoas. Seu elemento central é a imagem em companhia de frases breves e claras que permitem que a mensagem seja transmitida após rápida visualização. Assim sendo, seu emprego como propaganda de guerra foi comum na maioria dos países que participaram da Segunda Guerra Mundial. As temáticas eram variadas, tratando desde o reforço ao patriotismo, arrecadação de fundos, recrutamento de voluntários, até mesmo a barbarização do inimigo. No Brasil são encontrados cartazes produzidos no período pela Legião Brasileira de Assistência os quais visavam incentivar a mobilização feminina, assim como pelo Departamento da Imprensa e Propaganda que buscavam o enaltecimento das Forças Armadas brasileiras e a legitimação da participação do país no conflito. Para aprofundar a discussão sobre o cartaz, destacamos o trabalho de Moles (1987). Sobre a utilização de cartazes como propaganda de guerra do Brasil produzidos pelo DIP, ver Dähne (2011 e 2012).

Capelato (1996) observa a utilização dessas propagandas transmitidas às massas⁵, as quais buscavam legitimar regimes autoritários vigentes na primeira metade do século XX. Esse uso caracterizado pela divulgação de imagens, símbolos e mitos buscava assegurar o poder desses regimes. Ainda segundo a autora, a eficácia dessas propagandas está intrinsecamente relacionada com a manipulação dos imaginários coletivos. Nesse sentido, entendemos que a propaganda política

realiza através de palavras, textos e imagens de diferentes tipos, gestos, imagens, manifestações públicas, monumentos, o trabalho constante de renovação de inculcação, de influência, de persuasão. Ela visa conseguir adesões, mantê-las, ampliá-las. Nesse processo onde se mesclam confianças e desconfianças, admirações, amores e ódios, vai se criando uma estrutura de sensibilidade onde fenômenos coletivos são interiorizados de forma a inserir os sujeitos individuais no coletivo [...]. (CAPELATO, 1996, p. 340)

Desse modo, a imprensa foi constantemente utilizada para aquilo que Barbosa (2007) denomina “massificação de informações”, a qual ao tratar de temas relacionados à Segunda Guerra Mundial poderia também divulgar propagandas políticas favoráveis a regimes autoritários vigente em vários países. Sobre o papel da propaganda, Ventura (2004) salienta que:

Em tempos de guerra, a propaganda não substitui a força militar ou as negociações, mas desempenha um papel fundamental. Em vez de armas convencionais, utiliza outras não menos eficazes: palavras, imagens, canções, símbolos, evocações históricas. Recorre a um arsenal simbólico e mitológico orientado para o público que pretende atingir e sensibilizar. (VENTURA, 2004, p.17)

Entendemos, segundo Fabrício e Moita Lopes (2001), que “todo discurso é uma ferramenta - de guerra ou de paz.”⁶ (FABRÍCIO & MOITA LOPES, 2007, p. 256). Nesse sentido, Azevedo (2001) apresenta os meios de comunicação como armas de guerra; para o autor, tal expressão se refere ao emprego dos discursos midiáticos na divulgação de propagandas que visam legitimar ações políticas e convencer a opinião pública em favor da intervenção militar.

Moita Lopes e Fabrício (2005) observam o papel desempenhado pelas práticas discursivas midiáticas na construção da legitimidade de uma guerra. De acordo com os autores:

⁵ De acordo com Barbosa (2007), na década de 1930 a noção de sociedade de massas definia o indivíduo pela sua desorientação; nesse sentido seria responsabilidade do governo orientar a "massa amorfa" formada através da união dessas pessoas.

⁶ Fabrício e Moita Lopes (2007), ao analisarem o discurso jornalístico sobre guerras contemporâneas — especialmente os conflitos entre israelenses e palestinos — se valem da ideia do discurso jornalístico como arma de guerra. Para eles essa definição provém do uso da imprensa na divulgação de construções discursivas que buscam justificar a guerra, através de recursos retóricos como a oposição de identidades (nós *versus* eles; bons *versus* maus), a generalização dos mulçumanos como “atrasados” e a vitimização da população ocidental.

Nossa linguagem em uso pode, portanto, ser entendida como um instrumento de estímulo à ação guerreira, uma vez que os significados por ela articulados podem conduzir ao enfrentamento bélico, justificá-lo e construí-lo como valor perante o Direito Internacional. (MOITA LOPES & FABRÍCIO, 2005, p. 241)

Naquele contexto, nas páginas do jornal *Diário dos Campos*, a mobilização em prol da Pátria era apresentada como um dever dos cidadãos ditos “conscientes”, principalmente para aqueles que desempenhavam atividades profissionais na imprensa. E esta, naquele período, já era entendida pelo jornal como uma arma utilizada durante a guerra.

No dia 5 de agosto de 1944 o jornal veiculou o artigo *Imprensa e Política*, o qual salientava o desempenho da imprensa ao assumir seu “posto de batalha” defendendo a pátria com palavras. Segundo o texto:

Agora, mais do que nunca, em nossa época de transitórios rumos de construção social e sobretudo, ante a guerra mundial que se trava entre as forças democráticas e as reações totalitárias, **a imprensa é, com efeito, arma de guerra formidável**, a qual coopera tanto como o soldado da frente bélica, no afã de assegurar a têmpera espiritual de todos os bons cidadãos guerreiros da retaguarda, nesta guerra total, que exige todo o esforço humano possível, tanto nas batalhas da frente da luta como nas labutas da frente interna da produção e da preparação para a guerra. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 ago. 1944, p. 1, sem grifos no original)

Assim, a utilização dos meios de comunicação na divulgação de ideais de regimes políticos em publicações referentes à guerra será abordada nos tópicos seguintes, buscando entender as relações entre o Estado Novo e a imprensa brasileira, conforme observadas a partir daquilo que foi publicado pelo *Diário dos Campos*.

1.1 “O BRASIL ACEITOU O DESAFIO DOS BANDIDOS!”: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, o Brasil estava sob o governo de Getúlio Vargas, que em 10 de novembro de 1937 havia implantado no país o regime político do Estado Novo. Segundo Pandolfi (1999), o Estado Novo consistia num governo ditatorial e autoritário, cujo poder visando diminuir a autonomia dos estados passou a ser centralizado⁷.

Ainda de acordo com a autora, podemos perceber o regime estadonovista como caracterizado por medidas centralizadoras tais como a intervenção estatal e a extinção dos

⁷ A bibliografia a esse respeito é ampla. Para aprofundamento do tema destacamos Pandolfi (1999); Araujo (2000); Carone (1976).

partidos políticos. Um amplo projeto de urbanização e industrialização do país, assim como a busca pela unidade nacional também marcaram as ações do governo nesse período.

Segundo Araujo (2000), o golpe que implantou o Estado Novo “não representou uma ruptura, uma mudança abrupta, mas sim a consolidação de um projeto de fechamento e repressão que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis e militares.” (ARAUJO, 2000, p. 15). Levando esses aspectos em consideração, procuramos entender as relações da política do governo brasileiro nesse período com o conflito.

O envolvimento do país na guerra é tema recorrente da produção historiográfica nacional⁸. De acordo com Cytrynowicz (2000), a maior parte dessas análises se refere ao processo de envolvimento do país no conflito em vista das relações econômicas e políticas com a Alemanha e os Estados Unidos, países que eram de grupos opostos no conflito.

Nesse sentido, a “neutralidade” ou “jogo duplo” do governo Getúlio Vargas com ambos os países até a tomada de um posicionamento de aliado dos Estados Unidos em agosto de 1942 vem sendo discutida, principalmente buscando responder como um país no qual estava estabelecido um regime com características ditatoriais e autoritárias se une em uma guerra para lutar juntamente com um governo democrático.

Nelson Werneck Sodré (1965) destaca a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como o ponto de partida para o processo de deteriorização do regime do Estado Novo e da redemocratização do país. Para ele, o que iniciou esse processo foi o impasse ao qual chegou o governo brasileiro entre o apoio aos Estados Unidos ou à Alemanha, e que levou à escolha de uma aliança com um país que vivia uma democracia, rompendo com o nazifacismo cujo regime autoritário possuía semelhanças com o vigente no país.

Com o reconhecimento do estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália em 22 de agosto de 1942, a participação brasileira no conflito inicialmente se caracteriza pela intensificação do fornecimento de matéria prima utilizada na produção de material bélico.

Tratava-se da “batalha da produção”, como ficou conhecido o processo realizado para mobilizar os recursos nacionais em favor da guerra. Para isso, o governo criou em 28 de setembro de 1942 a Coordenação de Mobilização Econômica, órgão responsável pelas iniciativas de aumento do volume de produção de materiais que seriam utilizados pelas industriais bélicas dos países aliados. De acordo com Cytrynowicz (2000), esse processo culminou na existência de “soldados da produção”, ou seja, o aumento da produtividade em virtude da guerra desencadeou uma sobre-exploração dos trabalhadores. Nesse mesmo

⁸ Sobre a participação brasileira na Segunda Guerra mundial, ver: Ferraz (2005); Coggiola (1995); Seitenfus (2003), entre outros.

sentido, Francisco César Ferraz (2005) aponta que “o decreto de mobilização nacional para a guerra incluía o trabalho humano como recurso mobilizável” (FERRAZ, 2005, p. 25)

A respeito dessa conversão do cidadão em soldado, Lenharo (1986) afirma que:

No Brasil de Vargas, a economia de guerra viria afetar profunda e especialmente os operários industriais. [...] A estratégia de militarização psicológica, converter toda uma classe de trabalhadores em soldados da Pátria, ganha especial significado político se a reportarmos ao contexto das determinações sobre a produção em regime de economia de guerra, que acarretava graves danos aos trabalhadores, submetido a um trem de produção que não podia mais ser avaliado e questionado a partir da ótica da condição preterida: a operária. (LENHARO, 1986, p. 86)

Desse modo, de acordo com o autor, os trabalhadores das “indústrias de guerra” que eram vistos como soldados foram submetidos a uma série de medidas que proibia sua mobilidade. Nesse caso, aqueles que faltassem ou pedissem demissão do trabalho, “seriam tomados como desertores, no caso de serem brasileiros, e sabotadores, se estrangeiros.” (LENHARO, 1986, p. 28-29)

Outro aspecto que caracteriza o início da participação brasileira no conflito foi a concessão de uso das bases aéreas e marítimas pelas Forças Armadas norte-americanas nas regiões Norte e Nordeste do país. Essa utilização, de acordo com Ferraz (2005), foi permitida no início de 1942 pelo governo após diversas negociações, embora, como salienta o autor, a prática de circulação de militares e materiais estratégicos dos norte-americanos já fosse comum nestes locais desde meados de 1941.

Segundo Vágner Camilo Alves (2002), a importância geopolítica do Brasil despertou o interesse do governo dos Estados Unidos antes mesmo do início da guerra. A localização do nordeste do país, principalmente ao redor da cidade de Natal, passou a ser vista como uma região estratégica que poderia ser utilizada para realizar, através das rotas aéreas, o transporte de materiais e pessoas, bem como meio de transmitir informações de um lugar a outro.

Reconhecida essa importância territorial, de acordo com Ferraz (2005), “entre 1942 e 1945, a Base Aérea de Parnamirim tornou-se o núcleo do transporte aéreo e da vigilância dos Aliados no Atlântico Sul.” (FERRAZ, 2005, p. 37)

No que se refere à participação militar do país no conflito, segundo Cytrynowicz (2000), o envio de soldados para combate ao inimigo foi definido entre julho e agosto de 1943, mas isso só ocorreu efetivamente em julho de 1944. Com esse intuito, em 13 de agosto de 1943, através da Portaria Ministerial nº 4744, foi criada a Força Expedicionária Brasileira

(FEB)⁹.

O processo de formação da FEB foi conturbado. De acordo com Ferraz (2005), a estimativa inicial era de que seriam convocados 60 mil soldados brasileiros. Mas, devido a diversos fatores — como a dificuldade de se enquadrarem nas exigências físicas e intelectuais —; o resultado foi um baixo número de selecionados: aproximadamente 25 mil militares foram enviados para lutar na Itália.

A preparação desses homens para enfrentar situações de guerra também foi apontada como ineficiente. Naquele período, ainda segundo o autor, o armamento utilizado pelo exército brasileiro era precário e obsoleto. Desse modo, organizar um Corpo Expedicionário exigia a criação de um “novo exército”, com equipamentos e treinamentos modernos, já que a maioria daqueles que eram militares estavam desatualizados nas inovações bélicas e os novos recrutas, muitos deles vindos de regiões rurais do país, eram totalmente inexperientes em termos de combate. (FERRAZ, 2005, p. 44)

A atuação militar da FEB ocorreu em território italiano, no qual, ainda de acordo com Ferraz (2005), os soldados brasileiros realizavam atividades de patrulhamento e algumas missões específicas. A principal realização dos febianos em campo de batalha presente na memória dos brasileiros e nos livros que tratam sobre o tema foi a tomada de Monte Castelo¹⁰, em 21 de fevereiro de 1945. Sobre isso, Ferraz (2005, p.64) salienta que “Monte Castelo é o maior símbolo e mito das ações da FEB”.

A ocupação dos soldados brasileiros na Itália durou até junho de 1945. De acordo com Nass (2005), entre maio e julho do mesmo ano ocorreu o processo de desmobilização e extinção da FEB ainda em território italiano. A partir desse período, a tropa começou a retornar ao Brasil, “com um custo de 451 mortos, 1.145 acidentados, 58 extraviados dos quais 35 foram aprisionados pelos alemães e cerca de 8 mil doentes [...]” (NASS, 2005, p. 53)

Para além dos estudos interessados na participação dos combatentes brasileiros na Europa, nos últimos anos a historiografia brasileira vem se dedicando a analisar como a Segunda Guerra Mundial afetou o cotidiano no território nacional¹¹. Nessas pesquisas, percebemos o empenho das ações do Estado Novo na busca pela criação de um *front*

⁹ A formação da FEB, a seleção, treinamento e reintegração social dos soldados brasileiros é tema recorrente de diversas análises historiográficas, dentre elas destacamos os trabalhos de: Carvalho (2009); Mocelin (2009); Rosa (2010).

¹⁰ De acordo com Ferraz (2005), Monte Castelo é um cume localizado a oeste da Bolonha, o qual os alemães utilizavam para defesa do território. A ação da FEB buscava a retirada desses soldados possibilitando o acesso à fronteira com a Áustria. A tomada ocorreu após quatro tentativas sem sucesso que renderam grande número de mortes de soldados brasileiros.

¹¹ Sobre o cotidiano de cidades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, ver: Boschilia (1995); Cytrynowicz (2000); Fáveri (2002); Pereira (2010); Silva (2009).

interno¹².

De acordo com Ferraz (2005), a mobilização iniciada com o estabelecimento do *front* interno aproximava a guerra da população, a qual estava distante do cotidiano dessas pessoas. Desse modo, os esforços de guerra incentivados pelas estratégias do governo passavam a justificar ações de vigilância àqueles considerados como inimigos, de privações econômicas submetidas aos brasileiros, da super exploração do trabalho, entre outros.

As iniciativas que visavam a preparação em torno da guerra eram então, segundo Cytrynowicz (2000), utilizadas pelo governo no intuito de realizar “efeitos de alinhamento pró-Estado Novo.” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 19). Tal uso se percebe através da divulgação da ideologia do regime nos esforços de mobilização da população.

Nesse sentido, o autor aponta que a guerra forneceu um “álibi” para a criação de “sensações de guerra”, que, ao promover a união dos brasileiros em relação ao conflito, possibilitava outro alinhamento, este direcionado ao Estado Novo.

Para instruir a sociedade brasileira nesses princípios, o governo se utilizou de diversos instrumentos. Como é o caso da educação, que realizava a mobilização da juventude através de uma ação pedagógica militar. Nesse sentido, a educação passava a se constituir como um dos principais meios pelo qual o governo objetivava realizar um certo controle da população.¹³

Essa associação entre escola e segurança nacional possibilitava a disseminação de atitudes que se esperavam dos brasileiros no novo regime, tais como a higiene e a disciplina¹⁴. Também contribuía na incorporação de um sentimento dito de brasilidade e comportamento proposto como de caráter cívico. De acordo com Bomeny (1999), “em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil.” (BOMENY, 1999, p. 139)

Dentre os instrumentos utilizados pelo governo, reconhecidamente, estão os meios de comunicação. É nesse sentido que o próximo tópico se estrutura, buscando analisar as relações do Estado Novo com a imprensa durante a Segunda Guerra Mundial, e o uso desta na divulgação de discursos em prol da pátria.

¹² De acordo com Cytrynowicz (2000), o *front* interno é caracterizado pela mobilização e prontidão dos civis a serviço do Estado em guerra. Desse modo, além do *front* externo constituído pelos militares, há a preparação da população como um todo diante do conflito.

¹³ A produção sobre a utilização da escola para a disseminação da ideologia estado-novista é extensa. Para aprofundar a discussão ver: Abud (1998); Bomeny (1999); Parada (2009).

¹⁴ Nesse sentido, Parada (2009) destaca a utilização da educação física escolar para a disseminação de valores como a disciplina. Segundo o autor, a junção dos elementos pedagógico, sanitário e de segurança nacional, que buscavam um modelo disciplinar, um corpo sadio e a inserção do jovem na comunidade nacional, contribuía para o desenvolvimento do ideal do jovem-estudante-soldado.

1.2- IMPRENSA E PODER: O ESTADO NOVO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Barbosa (2007) enfatiza que “falar em imprensa no Brasil dos anos 1930 é perceber as suas relações com o Estado” (BARBOSA, 2007, p. 109). Naquele período, conforme a autora, o governo ocupava um “espaço nobre” nas publicações dos meios de comunicação, enquanto a “fala do Estado” era ampliada, a do leitor passava a ser praticamente inexistente.

Nesse sentido entendemos, de acordo com Lenharo (1986) que:

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, os cavaleiros dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na Nação engendrara através da harmonia social já alcançada. (LENHARO, 1986, p. 34-35)

A relação entre os meios de comunicação e o poder estatal passava a ser elemento central na busca pela divulgação da ideologia estadonovista, e a imprensa era então inserida no campo político. Logo, os jornais, o rádio, o cinema e o teatro passavam a ser controlados pelo governo que ao mesmo tempo os utilizava para transmitir à maior parte da população os seus projetos.

Segundo Barbosa (2007), a utilização dos meios de comunicação para o que Lenharo (1986) denomina de a “sacralização do regime” aconteceu principalmente entre os anos 1940 e 1944. Nesse sentido, as publicações da imprensa passaram a propagar a simbologia criada para legitimar o novo Estado, o qual era personificado por Getúlio Vargas.

Capelato (1998) entende a propaganda política como uma estratégia para o exercício do poder, ou seja, as imagens e símbolos que ela transmite objetivam a administração e o domínio dos imaginários sociais. A autora salienta que em governos autoritários a força da propaganda é maior, tendo em vista o controle exercido sob os meios de comunicação.

No Brasil a censura foi legalizada pela Constituição de 1937, a qual, segundo Capelato (1998), exterminava a liberdade de imprensa. Nesse período, ainda de acordo com a autora, com o estabelecimento do Estado Novo houve um maior investimento do governo na propaganda, que se dedicou a procurar legitimar o regime e promover a unidade nacional. Sobre o controle da imprensa exercido pelo Estado Novo, Martins e Luca salientam que:

O domínio dos meios de comunicação era de fundamental importância para cercar a divulgação daquilo que não era do interesse do poder, enfatizar as realizações do regime e sua adequação à realidade nacional, levar a efeito a promoção pessoal e política da figura de Getúlio Vargas. (MARTINS e LUCA, 2006, p. 66)

Para que essa união dos brasileiros acontecesse e os conflitos regionais tivessem um

fim, conforme aponta a autora, passaram a ser divulgadas propagandas que incentivavam a centralização política, a qual era entendida como necessária para a construção de um Estado Nacional forte e em aparente harmonia.

A ideologia do governo era então disseminada em torno da figura do chefe da nação, o qual assumia posições como a de “pai dos pobres”, que buscavam a aproximação da população àquele que os liderava. De acordo com Barbosa (2007), as ações de propaganda que visavam a apologia ao culto Vargas eram direcionadas especialmente aos estudantes e trabalhadores. Nesse sentido, Capelato (1989) afirma que “os meios de comunicação exerceram um papel fundamental na produção dos mitos e do carisma do chefe.” (CAPELATO, 1989, p. 227)

Desse modo, os meios de comunicação se constituem como veículos de difusão de propaganda política, assim como também se tornam o “lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia estadonovista”. (BARBOSA, 2007, p. 113)

Entendendo o uso da imprensa como um recurso de dominação política, Lenharo (1986) afirma que:

Vargas, em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação em geral como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. O ofício do jornalismo era por ele chamado de ‘sacerdócio cívico’. Atribuía aos jornalistas grande importância na formação da opinião pública [...]. (LENHARO, 1986, p. 39)

Concomitantemente à divulgação da mitologia em torno do regime e de seu líder, estava a ação de controle das publicações da imprensa¹⁵. Tal procedimento era possível por intermédio das atividades realizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão criado pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939, conforme aponta Souza (2003). De acordo com o autor, alguns dos principais objetivos do DIP eram: “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna e externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessava à propaganda nacional.” (SOUZA, 2003, p. 107)

A ação de controle da imprensa pelo governo era legitimada pelo artigo 122 da

¹⁵ O DIP não foi o primeiro aparelho propagandístico criado após a Revolução de 1930. Sua origem, de acordo com informações disponibilizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), remonta a criação do Departamento Oficial de Publicidade em 1931. Segundo Souza (2003) em 1934 é instituído o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural através do decreto nº 24.651 de 10/07/1934. Este era responsável pela censura dos meios de comunicação, pela produção de filmes educativos e pelo estudo do rádio, cinema e demais instrumentos de difusão. De acordo com Souza (2007), em 1938 ele se transforma em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), o qual era responsável pelo marketing político em torno do presidente da República, sendo substituído em 1939 pelo DIP.

Constituição de 1937, no qual, segundo Martins e Luca (2006) “destruía-se a liberdade de expressão e dotava-se o poder público de instrumentos legais para punir os infratores.” (MARTINS e LUCA, 2006, p. 65)

Para realizar suas atividades o DIP dispunha de cinco divisões encarregadas pela vigilância, censura e por constituir aquilo que Souza (2003) denomina “máquina propagandística” do regime. Essas divisões eram as de Divulgação, a de Rádio, a de Turismo, a de Imprensa e a de Cinema e Teatro.

Durante sua trajetória o DIP teve como diretor geral o jornalista Lourival Fontes, no período de 1939 a 1942, o qual foi substituído pelo Major Coelho dos Reis entre 1942 e 1943 e então pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes que assumiu a função até maio de 1945, quando houve a extinção do departamento.

A atuação do DIP ia além da função censória. De acordo com Barbosa (2007), o principal papel desempenhado pelo departamento foi o desenvolvimento de ações que incentivassem aqueles que produziam e divulgavam discursos a se mobilizarem em favor do discurso hegemônico.

Nesse sentido, a autora ainda ressalta que as relações entre homens do governo e homens da imprensa ocorriam através de duas vias: por coerção, através da censura e vigilância, ou por adesão ao alinhamento político quando os jornalistas apoiavam o regime.

As ações de vigilância do departamento aos meios de comunicação ocorriam, segundo Barbosa (2007), através da atuação dos censores que comumente eram funcionários públicos ou militares. A comunicação entre eles era realizada através de visitas, telefonemas ou cartas; e era através delas que se ditava o que podia ou não ser publicado.

As punições àqueles que não cumpriam essas determinações variavam, desde a prisão de jornalistas ao fechamento de jornais e rádios. Além da repressão, o governo dificultava a ação da imprensa que não cooperasse. Isso podia se dar por intermédio da negação de publicidade e da não participação no sistema de financiamento de papel importado.

Em contraponto, aqueles meios de comunicação que se alinhavam ao discurso do governo recebiam ações de incentivo, tais como isenção de imposto de renda aos jornalistas e subsídios que tornavam o papel importado e os equipamentos gráficos e de som mais baratos. Capelato (1998) também associa essa concordância de alguns membros da imprensa devido à atenção de determinadas reivindicações da classe por parte de Getúlio Vargas.

Dentre todos os meios de comunicação utilizados para divulgar discursos e imagens do Estado Novo, Capelato (1999) destaca o papel da imprensa e o do rádio como os principais instrumentos nessa empreitada. Essa escolha provém, de acordo com a autora, do

entendimento de que o “jornal era político por nascença” (CAPELATO, 1999, p. 174)

Nesse sentido, o controle sobre as publicações da imprensa era mais rigoroso se comparado aquele exercido sobre os outros veículos¹⁶. Barbosa (2007) aponta que diante disso a Divisão de Imprensa era a mais importante do DIP já que realizava a supervisão dessa produção discursiva.

A vigilância dos jornais era de responsabilidade do Conselho Nacional de Imprensa (CNI), o qual, de acordo com Souza (2003), consistia no setor normativo do DIP e funcionava como uma espécie de “Tribunal de Imprensa”. O CNI controlava o registro de todas as publicações veiculadas no país, assim como as gráficas e seus equipamentos e funcionários, as empresas de publicidade, os correspondentes estrangeiros, entre outros que exerciam atividades voltadas ao jornalismo impresso.

Aqueles que não estivessem registrados e não seguissem as diretrizes impostas pelo órgão acabavam sendo fechados ou empastelados¹⁷. Segundo Martins e Luca (2006), durante a vigência do DIP cerca de 30% dos jornais e revistas do país deixaram de circular, pois não conseguiram obter o registro necessário.

Diante do acima exposto, procuramos compreender no próximo tópico o alinhamento político da imprensa escrita ponta-grossense e sua atuação na produção e veiculação de discursos patrióticos durante a Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ Dentre os meios de comunicação mais utilizados pelo governo, além da imprensa escrita, estão o cinema e o rádio. A censura sobre o cinema, de acordo com Martins e Luca (2006), recaía especialmente na seleção dos filmes que poderiam ser exibidos e na obrigatoriedade da projeção de documentários que exaltavam os atos do poder público antes de cada sessão. Segundo Souza (2003), as principais atividades da Divisão de Cinema e Teatro do DIP estavam relacionados à censura na área cinematográfica. Nesse sentido, eram censurados filmes cujo conteúdo fosse considerado ofensivo ao decoro público, ao regime vigente, às autoridades públicas, às religiões, às forças armadas, que induzissem a prática de crimes, aos maus costumes, entre outros.

O rádio também foi constantemente utilizado pelo governo. Martins e Luca (2006) salientam que em 1940 ele era o principal meio de comunicação de massas e que o Brasil possuía naquele período 106 estações radiofônicas. A censura realizada pela Divisão de Rádio atuava no controle da programação e nas letras das músicas. Essa divisão também era responsável pela produção da *Hora do Brasil*, informativo governamental obrigatoriamente distribuído ao país inteiro. De acordo com as autoras, o programa, “além de difundir o projeto político do executivo, poderia ser mobilizado para incentivar comportamentos, atitudes e valores tidos como desejáveis.” (MARTINS e LUCA, 2006, p. 69)

¹⁷ “Empastelar” é um verbo utilizado para designar a atividade de misturar materiais tipográficos, danificar equipamentos, destruir instalações, no intuito de inutilizar as oficinas de redação de um jornal.

1.3- A IMPRENSA E A CIDADE: PONTA GROSSA NAS PÁGINAS DO *DIÁRIO DOS CAMPOS*¹⁸

Naquele contexto, o jornalismo ponta-grossense passou a se apropriar do discurso nacionalista incentivado pelo DIP em todo o país, aproximando-o com o cotidiano da cidade, bem como tendeu a se caracterizar pela tomada de um posicionamento em relação ao conflito. Para compreender a produção do jornal decorrente desse processo, torna-se necessário entender as especificidades e o conjunto de conexões entre a imprensa escrita e a cidade que a tornaram possível.

A origem da cidade de Ponta Grossa, localizada nos Campos Gerais no Paraná, é comumente relacionada ao fato de constituir via de acesso a outras regiões, seja pela passagem dos tropeiros em seu território vinculado ao Caminho de Viamão ou posteriormente por se tornar o centro ferroviário do Estado.¹⁹

Assim como a sua formação, o seu desenvolvimento urbano frequentemente é apontado como resultado da chegada da ferrovia e da sua característica de “cidade-encruzilhada”, ou seja, a sua localização geográfica estratégica que permitiria a criação de um entroncamento rodoferroviário. Esse entendimento é questionado pela historiadora Petuba (2011), a qual defende que essa memória advém de uma construção discursiva que relaciona a ferrovia com o desenvolvimento da modernidade na cidade.

Segundo a autora, esses discursos visavam interesses econômicos e políticos de determinados grupos, inclusive os de comerciantes e industriais que se beneficiavam com a noção de Ponta Grossa como o centro comercial do Estado. Tal construção passava a ser então reforçada através de publicações da imprensa escrita local. De acordo com Petuba (2011):

[...] quando afirmamos que no jornal *O Progresso*²⁰ aparecem constantemente indícios e/ou referências mais ou menos claras de um projeto de cidade, de interesses de grupos sociais específicos, estamos afirmando a existência de um grupo que se utilizou com frequência do aparato jornalístico na defesa e na articulação dos seus interesses econômicos, políticos e sociais, na cidade de Ponta Grossa, durante esse período. (PETUBA, 2011, p. 139-140)

Ponta Grossa era retratada como urbanizada, progressista, com vida cultural intensa, e

¹⁸ As informações bibliográficas a respeito do jornal *Diário dos Campos* e do jornalista José Hoffmann contidas neste capítulo encontram-se disponíveis em diversos textos, entre eles: Bucholdz (2007); Chaves (2001); Pilotto (1973).

¹⁹ Sobre a história da cidade de Ponta Grossa sugerimos a leitura de Pinto e Gonçalves (1983); Ditzel e Sahr (2001); Lange (1998).

²⁰ Primeira denominação dada ao jornal *Diário dos Campos*, vigente entre os anos de 1907 a 1912.

sempre disposta a oferecer apoio incondicional a autoridades do governo. Nesse sentido, Chaves (2001) observa que: “tais artigos — muitos dos quais escritos por Hoffmann — publicados no *Diário dos Campos*, sustentam a ideia de Ponta Grossa como exemplo de ‘cidade ordeira’, capaz de construir positivamente seu futuro e onde a ‘civilização’ e o ‘progresso’ faziam-se sempre presentes.” (CHAVES, 2001, p. 94)

A imprensa escrita local também contribuiu na divulgação de representações relacionadas à cidade e a sua urbanização. Uma delas é o seu entendimento como “Cidade Civilizada”. Segundo Chaves (2011):

Essa construção discursiva ufanista e positiva que apresentava Ponta Grossa como uma cidade civilizada e portanto, adequada aos princípios correntes no Paraná e possivelmente em outros lugares do Brasil foi uma estratégia fartamente adotada pelo *Diário dos Campos* ao longo das décadas iniciais do século XX. (CHAVES, 2011, p. 87)

Tais práticas discursivas se respaldavam nos números dos Censos sobre a cidade a partir dos quais buscava-se identificar as principais mudanças referentes à urbanização nas décadas iniciais do século XX.

O seu desenvolvimento urbano observado no Censo de 1940 se caracteriza pelo aumento do número de construções na cidade. Chaves (2001) ao comparar os censos de 1920 e o de 1940 demonstra que a variação foi de 2.442 para 8.331 edificações. Em relação à população, o autor aponta que a taxa de habitantes em área urbana era de 75%, sendo então a maior do estado.

Nesse sentido, Chaves (2001) destaca que em Ponta Grossa “coube importante papel à imprensa escrita em relação à fixação de representações aceitas pela sociedade em geral.” (CHAVES, 2001, p. 33). Nas décadas iniciais do século XX, ainda de acordo com Chaves (2001), os discursos da imprensa local buscavam reforçar a ideia de Ponta Grossa como uma cidade exemplar nos moldes do movimento Paranista²¹, as características de modernidade atribuídas à cidade nas publicações da imprensa local vão então ao encontro aos ideais desse movimento. Desse modo, na década de 1930, Ponta Grossa passou a ser apontada como a principal cidade do interior paranaense.

O povo ponta-grossense também era constantemente representado como caracterizado pelo seu comportamento percebido como cívico pelas publicações da imprensa escrita local. Embora a população fosse composta por pessoas com ideais e interesses diversos, na década

²¹ Segundo Pereira (1996), o Paranismo foi um movimento “cultural, estético e literário” que buscava que a identidade cultural do estado do Paraná se baseasse em valores como a modernidade. Iniciado por um grupo de intelectuais, dentre os quais Nestor Vítor e Rocha Pombo, as cidades que melhor representavam esse ideal eram Curitiba e Ponta Grossa.

de 1940 os discursos tendiam a apresentá-la como um corpo único, um só grupo. De acordo com Chaves (2001):

Entre a população ponta-grossense podiam ser encontrados representantes de projetos e concepções antagônicas, como católicos, espíritas, protestantes, maçons, comunistas, integralistas, entre outros, todos compartilhando de um mesmo espaço geográfico. (CHAVES, 2001, p. 151)

O crescimento populacional da cidade²² e o desenvolvimento urbano são relacionados pelos pesquisadores locais com a chegada e o estabelecimento dos imigrantes²³. O Censo de 1940 assinalava que da população de 38.417 mil habitantes, cerca de 1880 eram imigrantes e 629 eram naturalizados, compondo um total de 6,68% do total. Esses estrangeiros vinham principalmente da Alemanha, Itália, Rússia, Polônia, entre outros países europeus.

É importante salientar que entre o restante da população ponta-grossense considerada brasileira, muitos eram descendentes de imigrantes que anteriormente haviam se estabelecido na cidade. Entretanto, de acordo com Chaves (2001), não havia meios de contabilizar esse total. Uma base para esse entendimento é o Censo de 1890, o qual aponta que chegaram a Ponta Grossa 2.381 estrangeiros²⁴ enquanto que a população da cidade era de 4.774 habitantes.

Os imigrantes não só contribuíram com o crescimento demográfico, segundo os pesquisadores Chaves (2001) e Pinto (1980), como também exerceram importante papel no desenvolvimento econômico da cidade. Aqueles que se estabeleceram em Ponta Grossa enfrentaram alguns problemas com a diferença da qualidade do solo para a produção agrícola em relação aos seus países de origem, o que levou muitos a desenvolverem atividades na área urbana da cidade. Sobre isso Carmencita Ditzel (2004) salienta que “dessa forma, os imigrantes e seus descendentes contribuíram efetivamente para o aumento numérico e para a inversão da taxa de urbanização em Ponta Grossa. Além disso, foram fundamentais para o processo de dinamização da vida social, cultural e política.” (DITZEL, 2004, p. 76)

Dessa forma, de acordo com Chaves (2001), utilizando o conhecimento de suas profissões em seus países de origem, esses imigrantes passaram a abrir seus próprios negócios, estimularam a atividade agrícola na cidade e participaram da construção das

²² Para aprofundar a leitura sobre os movimentos populacionais em Ponta Grossa no final do século XIX e início do XX, sugerimos Pinto (1980); Pinto e Gonçalves (1983); Silva (1993).

²³ Pinto e Gonçalves (1983, p.111) apontam que na região ocorreram migrações “espontâneas e esporádicas”, mas que foi a partir de 1870 que houve o grande movimento migratório de europeus, principalmente de russos-alemães. Chaves (2001) aponta que os registros do cartório da cidade demonstram que imigrantes continuaram chegando a Ponta Grossa após as migrações incentivadas pelo governo. De acordo com esses números, durante a década de 1930 chegaram cerca de 60 estrangeiros na região.

²⁴ Segundo Pinto (1980), esses 2381 russos-alemães vieram num total de 3809 que chegaram ao Paraná em 1877.

ferrovias. Ainda segundo o autor, os alemães que se estabeleceram na cidade eram o grupo de imigrantes mais expressivo numericamente e economicamente nos anos de 1930.

No que se refere à atuação desses imigrantes em Ponta Grossa, Chaves (2001) salienta que mesmo integrados socialmente, eles mantiveram costumes culturais de sua identidade, o que dinamizou as atividades culturais e sociais da cidade

O surgimento da imprensa escrita local acompanhava essa busca por características de modernidade e está relacionado às atividades urbanas desenvolvidas pelos imigrantes e seus descendentes. Um exemplo disso é o *Diário dos Campos* fundado por um russo-alemão²⁵, jornal que além de distribuído em Ponta Grossa circulava também nas cidades do interior do estado.

Segundo Chaves (2001), a imprensa escrita ponta-grossense surgiu na última década do século XIX. O primeiro jornal a circular na cidade foi o *Campos Gerais*, criado em 1893. Nos anos iniciais do século XX foram fundados diversos jornais em Ponta Grossa, porém, a maioria deles não se manteve ativa por muito tempo²⁶.

É em 1907 que surge então aquele que posteriormente seria o principal jornal do interior do Paraná. Fundado em 27 de abril com o nome *O Progresso*, teve como proprietário Jacob Holzmann²⁷ até o ano de 1911. A denominação escolhida se devia ao título ser considerado adequado “tanto a conjuntura econômica, histórica e cultural vivenciada pelo município como às expectativas que eram depositadas no negócio.” (BUCHOLDZ, 2007, p. 25)

Conforme aponta Bucholdz (2007), o nome pensado anteriormente era o de *O Ponta-grossense*, o qual foi descartado, pois incutia uma perspectiva local ao jornal que desde seu projeto inicial foi concebido buscando uma cobertura das notícias das demais cidades da região. Para que esse intuito se concretizasse, tanto a produção das publicações contava com colaboradores e relatos dos outros municípios, como a distribuição do jornal também era feita

²⁵ De acordo com Chaves (2011) a expressão russos-alemães é utilizada para denominar o grupo de pessoas que habitavam a região do Rio Volga na Rússia e eram de origem germânica.

²⁶ Alguns autores, como Bucholdz (2007) e Chaves (2001) apontam o *Diário dos Campos* como o principal jornal de Ponta Grossa nas décadas iniciais do século XX, por ele ter representado a consolidação da imprensa ponta-grossense num período em que a maioria dos jornais se desenvolviam fragilmente e fechavam logo após serem fundados, por não terem estrutura suficiente e não “transpor o caráter panfletário”. (BUCHOLDZ, 2007, p. 24)

²⁷ De acordo com Chaves (2001) e Souza (2010), Jacob Holzmann (1875-1933) foi um russo alemão que chegou ao Brasil com dois anos de idade. Autodidata, foi alfaiate, comerciante, capitão da Guarda Nacional, vereador (1904), regente de banda e fundador de jornal e cinema na cidade. Segundo Bucholdz (2007), com dinheiro emprestado por amigos, Holzmann comprou todo o material tipográfico que pertencia ao jornal *O Comércio* que estava sendo fechado. Devido a um desentendimento com um associado, em 1911, Holzmann vendeu o jornal para Eliseu Campos de Mello membro da Companhia Tipográfica Pontagrossense. Para aprofundamento do tema, sugerimos a leitura de Holzmann (2004); Bucholdz (2007).

nessas localidades.

Ainda de acordo com a autora, nesse período o jornal distribuído com periodicidade semanal era configurado em cinco colunas que não traziam fotografias nem títulos e sua tiragem era de aproximadamente 500 exemplares, quando a cidade contava algo em torno de 10 mil habitantes. Quantidade essa, segundo Holzmann (2004), reduzida para 300 exemplares, devido as dificuldades em encontrar assinantes e as constantes devoluções do jornal em seus primeiros tempos de circulação.

Em 1913 o jornal muda de proprietário, passando por uma série de mudanças, dentre elas o nome. Surge então, no dia 1º de janeiro daquele ano, o *Diário dos Campos* de propriedade da Companhia Tipográfica Ponta-grossense, a qual tinha entre seus acionistas políticos e comerciantes da cidade. De acordo com Chaves (2001) entre eles estão o Dr. Eliseu de Campos Melo, Jacob Holzmann, Francisco Burzio, Hugo Reis e Antônio Pedro Hoffmann.

Com os investimentos do grupo, de acordo com Bucholdz (2007), o jornal passou a ser distribuído diariamente. Embora tendo vendido *O Progresso*, Jacob Holzmann continuou trabalhando com a imprensa escrita, dessa vez como gerente do jornal.

Já na década de 1930²⁸, outra mudança importante ocorre e o jornal é comprado por José Hoffmann, que além de proprietário tornou-se o seu diretor e principal redator.²⁹ Chaves (2001) aponta que nesse período a composição gráfica do jornal contava com seis a oito páginas publicadas diariamente, as quais passaram a apresentar ainda desenhos e fotografias. Além de notícias que chegavam por intermédio de agências de notícias do Rio de Janeiro, São Paulo e cidades do exterior, o jornal também produzia artigos que em sua maioria tratavam de assuntos citadinos.

Partindo do pressuposto de que parte considerável das publicações analisadas na pesquisa eram de sua autoria ou de que teriam passado pelo seu crivo antes de serem veiculadas, torna-se necessário compreender a trajetória do jornalista em Ponta Grossa e a

²⁸ Durante as décadas de 1930 e 1940 vários jornais foram fundados na cidade, com pequenos formatos, periodicidades variadas entre semanal ou até semestral, e com temáticas diversas, desde escolares como o *Gazeta Infantil* (1938), cristãos como o *Meu Jornalsinho* (1934), até jornais publicados em língua estrangeira como o *Deutsches Volksblatt* e o *Volksbote* (ambos de 1933). Assim como no início do século XX, conforme salientado por Chaves (2001, p. 34), esses jornais também tiveram “existência efêmera”. Para aprofundar a leitura sobre a atividade periodística ponta-grossense sugerimos os trabalhos de Valfrido Pilotto (1973) e Osvaldo Pilotto (1976).

²⁹ Ao longo de sua trajetória o *Diário dos Campos* passou por diversos proprietários. De acordo com Chaves (2001) além de Holzmann 1907-1911 e da Companhia Tipográfica Ponta-Grossense 1911-1915, o jornal também pertenceu a Hugo Reis, entre os anos de 1915-1921, a firma Cadilhe & Cia. Ltda. Entre 1921-1931 e Hoffmann, de 1931 a 1962. Segundo Bucholdz (2007) também foram proprietários: o Grupo Slavieiro, no período 1963-1990, quando o jornal foi fechado temporariamente; e a sociedade entre Wilson Souza de Oliveira e o jornal Tribuna do Norte a partir de 1999 com o retorno das atividades do jornal.

frente do *Diário dos Campos*. Na perspectiva de Chaves (2011), a atuação de Hoffmann na imprensa escrita assim como na vida política da cidade pode ser entendida através da sua notoriedade. De acordo com o autor:

Por um período de quase meio século, José Hoffmann foi uma das pessoas de maior destaque na sociedade ponta-grossense. Até hoje Hoffmann suscita discussões em torno de seu nome e de sua ação em Ponta Grossa. [...] José Hoffmann foi uma figura sobre a qual, em Ponta Grossa, era quase impossível manter indiferença. (CHAVES, 2001, p. 46)

O jornalista José Hoffmann, mais conhecido como Juca Hoffmann, nasceu em Ponta Grossa em 21 de julho de 1904. Descendente de russos-alemães, era filho de João Hoffmann, próspero comerciante da cidade. Sua educação foi em sua maior parte realizada em escolas católicas da cidade. Quando adolescente estudou em São Paulo na Escola Coração de Jesus.

Embora não tenha cursado o Ensino Superior, de acordo com Chaves (2001) José Hoffmann demonstrava amplos conhecimentos nas áreas de Filosofia, Política, Economia e no Jornalismo, áreas nas quais foi autodidata. Além de sua carreira como jornalista, Hoffmann participou ativamente da política na cidade³⁰, exercendo os cargos de vereador (1947), deputado (1950) e prefeito (entre os anos de 1955-1958 e 1962-1966). Foi filiado a apenas dois partidos, o PSD e o PTB, este último criado em 1945 por Getúlio Vargas.

Segundo Bucholdz (2007), a trajetória de José Hoffmann na imprensa escrita ponta-grossense se iniciou no trabalho como jornalista quando o *Diário dos Campos* ainda pertencia a Elyseu de Campos Mello. Mas a relação da família com o jornal é anterior a sua participação, já que o seu irmão mais velho Antônio Pedro Hoffmann, havia sido acionista do jornal anteriormente. Ainda segundo a autora, naquele período o jornal encontrava-se em crise devido ao reduzido número de assinantes e publicidades, além do sucateamento dos equipamentos.

Em 1931 José Hoffmann adquiriu o jornal *Diário dos Campos* assumindo também a função de diretor. Ainda de acordo com a autora, as dificuldades com o número de assinaturas e com a defasagem dos equipamentos foram uma realidade enfrentada pelo jornalista com a aquisição do jornal.

Buscando mantê-lo e atualizá-lo, viajou por todo o estado em busca de novos assinantes, realizou empréstimos com diversos amigos, e recebeu adiantamentos de empresas e do poder público pela publicação de editais e propagandas. Com isso, alguns dos

³⁰ De acordo com Chaves (2001), a atuação política de Hoffmann em Ponta Grossa foi marcada por seu projeto de modernização da cidade, através do qual realizou empreendimentos tais como asfaltar as suas principais ruas na década de 1950. Enquanto jornalista, o autor salienta que Hoffmann utilizou a imprensa para criticar seus adversários políticos.

empresários e um dos novos sócios, Zacharias dos Santos, tentaram influenciar politicamente a linha editorial do jornal, mas Hoffmann não concordou, alegando buscar manter a sua abordagem independente.

Segundo Bucholdz (2007), com o novo proprietário o jornal passou por uma série de modificações técnicas na organização da diagramação, além das mudanças na maneira com que as notícias eram retratadas, como a utilização de uma linguagem mais direta para tratar de temas do cotidiano da cidade.

Contudo, apesar das renovações empreendidas durante os 30 anos em que esteve à frente do jornal, no dia 7 de março de 1962, devido a uma crise financeira, José Hoffmann vendeu o *Diário dos Campos*. Após o seu afastamento do jornal e de seus cargos políticos, Hoffmann também se distanciou do debate e do engajamento. A esse respeito, Chaves (2001) aponta que “segundo seu filho Celso, nos últimos anos de vida José Hoffmann era um homem deprimido e triste. Afastou-se da vida pública, calou-se e não mais discutiu, debateu e opinou sobre os temas relacionados com a realidade de Ponta Grossa.” (CHAVES, 2001, p. 49)

Dentre os autores³¹ que se dedicaram a pesquisar a trajetória do jornal *Diário dos Campos*, é comum o entendimento de Hoffmann como um intelectual característico da década de 1930 no Brasil. Isso devido a sua atuação nas questões de seu tempo e de sua sociedade. Nas palavras de Bucholdz (2007):

Enquanto jornalista, ele mostrava também uma preocupação contínua em relacionar o contexto local com a realidade nacional. Era o típico intelectual dos anos 30, engajado nas questões sociais e políticas, obcecado pela crítica e sem receio de expor, através de crônicas, os seus valores e suas opiniões. (BUCHOLDZ, 2007, p. 81)

Pode-se propor assim que a atuação política de Hoffmann estava concomitantemente relacionada com sua produção intelectual levada a público através do jornal. Segundo Bucholdz (2007), nos anos em que Hoffmann participou da equipe editorial do jornal *Diário dos Campos*, os textos foram marcados pela “denúncia, o questionamento, o engajamento político e a obsessão pelas particularidades da cidade.” (BUCHOLDZ, 2007, p. 82)

Assumindo uma postura anti-integralista³² e de combate ao comunismo, na década de

³¹ Ver: Chaves (2001, p.52); Bucholdz (2007, p. 82).

³² Segundo Ditzel (2004), o Movimento Integralista foi idealizado no Brasil no início da década de 1930 pelo intelectual paulista Plínio Salgado. Influenciado pelo Fascismo Italiano, o Integralismo brasileiro foi, segundo a autora, um movimento político-cultural, marcado pela defesa de princípios e valores autoritários. Buscando uma “revolução de valores”, o Integralismo se baseava em ideias advindas de elementos do espiritualismo no conservadorismo católico, no Nacionalismo, e na família. No Paraná, de acordo com a autora, a presença do movimento foi significativa, principalmente na região dos Campos Gerais. Em Ponta Grossa, a Ação Integralista Brasileira (AIB) surgiu em 1932 e durou até 1938, contando com cerca de 700 afiliados. De acordo com a

1930 os artigos de Hoffmann, de acordo com Chaves (2001), eram marcados pelo “cunho ideológico e passional”. Desse modo, o autor afirma que “intelectual e polêmico, José Hoffmann foi o primeiro personagem do jornalismo ponta-grossense a utilizar um veículo de comunicação para fazer a carreira política.” (CHAVES, 2011, p. 29)

Nesse sentido, Chaves (2001) também relaciona as mensagens produzidas pelo jornal e levadas a público: “a opinião pública ponta-grossense foi influenciada, e influenciou, ao longo do período analisado, a simbologia e as mensagens que, implícita ou explicitamente, apareceram no discurso do *Diário dos Campos*, e por consequência, de José Hoffmann.” (CHAVES, 2001, p. 54)

Desse modo podemos perceber como o jornalista, à frente do *Diário dos Campos*, utilizou esse espaço para a veiculação de posicionamentos em relação ao conflito. A trajetória de Hoffmann³³ como principal cronista e diretor do jornal no período nos possibilita compreender melhor as articulações dos discursos patrióticos com as particularidades de Ponta Grossa presentes nas publicações acerca da Segunda Guerra Mundial.

autora, nas eleições municipais de 1935 foram eleitos quatro vereadores da AIB, enquanto a Câmara de Vereadores da cidade possuía oito cadeiras. Posteriormente, em 1947, Ponta Grossa elegeu um vereador do Partido de Representação Popular e em 1955 houve votação expressiva da população da cidade em Plínio Salgado. Para a divulgação das ideias do movimento a população ponta-grossense foram criadas a revista *Invicta* e a rádio Verde. A bibliografia a esse respeito é ampla, sobre o Integralismo no Brasil ver: Cavalari (1999); Trindade (1979); Araújo (1988). Sobre o Integralismo em Ponta Grossa ver: Ditzel (2004).

³³ A trajetória pessoal e a atuação política de Hoffmann no *Diário dos Campos* contribuem no entendimento da relação da imprensa ponta-grossense com os poderes locais, bem como, propiciam uma melhor compreensão dos discursos do jornal nas décadas em que foi seu proprietário. Constituem-se então, como temas que merecem um estudo mais aprofundado e conseqüentemente como sugestão para pesquisas futuras. Para consultar o que já foi produzido sobre a figura de Hoffmann como um intelectual ponta-grossense, sugerimos a leitura de Chaves (2001) e Bucholdz (2007).

2. “O CIVISMO DE PONTA GROSSA NÃO SE CALA NUNCA”: O DISCURSO PATRIÓTICO DO *DIÁRIO DOS CAMPOS*

A mobilização da sociedade brasileira frente à guerra, realizada através de grande parte da imprensa em nível nacional, como aponta Cytrynowicz (2000), foi utilizada pelo governo para alinhar a população de acordo com a ideologia do Estado Novo. Diante dessa situação, o jornal *Diário dos Campos* estava empenhado na divulgação de tais informações. No período entre 1939 e 1945 a guerra estampou as primeiras páginas do jornal diariamente.

Em 1942, a partir do reconhecimento do estado de beligerância em agosto, os discursos produzidos pela equipe editorial do *Diário dos Campos* passaram a se direcionar principalmente àqueles que eram propostos como os “deveres patrióticos” da sociedade pontagrossense. As publicações foram contabilizadas dentro de temas-chave para a realização da pesquisa, conforme ilustram as tabelas³⁴ 1 e 2.

TABELA 1- 1º SEMESTRE DE 1942

1942	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Nº de capas do <i>Diário dos Campos</i> consultadas ³⁵	23	21	24	22	24	25
Publicações sobre Guerra em destaque ³⁶	4	1	5	1	—	1
Publicações sobre outros Temas em destaque ³⁷	2	1	1	2	—	1
Publicações sobre guerra E Ponta Grossa ³⁸	—	—	6	—	4	1

FONTE: *Diário dos Campos*. jan.-jun. 1942.

³⁴ Foram contabilizadas apenas as publicações produzidas pelo *Diário dos Campos*. Os textos sobre Segunda Guerra Mundial vindos através de agências de notícia não entraram na contagem.

³⁵ Referente ao número de primeiras páginas do jornal *Diário dos Campos* arquivadas por mês no Museu Campos Gerais. O número de publicações são uma estimativa aproximada, já que em alguns meses faltam algumas edições.

³⁶ Referente às publicações produzidas pelo *Diário dos Campos*, a essas publicações é dado destaque através do espaço que ocupam na primeira página do jornal, bem como os elementos gráficos que as diferenciam das outras publicações, dentre elas o tamanho e o tipo de letra, o uso de negrito e/ou itálico.

³⁷ Seguem as mesmas condições gráficas do quadro anterior, mas o conteúdo de seus textos é referente a temas variados sem ter relação com a guerra.

³⁸ Referente às publicações produzidas pelo *Diário dos Campos*, que fazem relação entre os seguintes temas: Segunda Guerra Mundial e a cidade de Ponta Grossa.

TABELA 2- 2º SEMESTRE DE 1942

1942	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº de capas do <i>Diário dos Campos</i> consultadas	26	23	23	28	22	26
Publicações sobre Guerra em destaque	1	7	14	6	1	—
Publicações sobre outros Temas em destaque	4	1	1	1	—	—
Publicações sobre guerra E Ponta Grossa	1	2	17	48	35	8

FONTE: *Diário dos Campos*. jul.-dez. 1942.

Diante de tais constatações, no presente capítulo busca-se perceber como essa produção discursiva do jornal se apropria dos discursos vigentes nacionalmente e os direciona tendo em vista o convencimento da população local. Sendo assim, pretende-se destacar as especificidades da relação entre o *Diário dos Campos* e a sociedade local, bem como os discursos que evocam o civismo apresentado como característico dos cidadãos ponta-grossenses.

A relação estabelecida entre os imigrantes e os ponta-grossenses no período também é analisada. Atentando às publicações que passaram a tratar sobre o elemento estrangeiro como “alienígena”³⁹ à sociedade local e a estimular atitudes ofensivas àqueles que eram apontados como não adaptados à cultura e à identidade nacional.

2.1. “PONTA GROSSA CONVOCA O SEU CIVISMO”: O PATRIOTISMO NAS PÁGINAS DO *DIÁRIO DOS CAMPOS*

A mobilização da população para os esforços de guerra, conforme realizada pelo *Diário dos Campos*, incentivava em 1942 que a participação da sociedade se desse através da combinação entre as palavras e as ações. Ou seja, as publicações apresentavam como indispensável a demonstração dos sentimentos patrióticos. Mas apenas dizer estar em prol do

³⁹ Termo empregado em publicações do jornal *Diário dos Campos* no período analisado, segundo Seyferth (1999), ele era utilizado na década de 1930 para classificar os indivíduos vistos como um problema de segurança nacional. Neste caso os “alienígenas” eram os imigrantes e seus descendentes que se estabeleceram no país e não estavam assimilados à cultura política brasileira. Nessa lógica, essas pessoas eram vistas como ameaça à unidade da nação, já que sua consciência e espírito nacional estariam voltados aos seus países de origem.

país não era considerado suficiente, era preciso expressar tal dedicação através de atitudes públicas.

Em *Os brasileiros verdadeiros não conhecem a traição*, divulgado em 20 de outubro de 1942, tal ligação é associada à manifestação do ardor patriótico de forma hostil em relação ao inimigo. Esse artigo incitava a população para que “atacassem” a Quinta Coluna⁴⁰ “pela palavra e pela ação, cooperando com as autoridades para que sejam desembuçados os abjetos indivíduos a serviço dos inimigos da Pátria.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20 out. 1942, p.1)

Nesse sentido, o jornal se apresentava nas publicações como empenhado em cooperar em favor de uma causa que era proposta como de interesse de todo o país e que deveria se desenvolver para além da palavra; ou seja, o *Diário dos Campos* também se propunha a entrar em ação. Seus discursos que buscavam ultrapassar a barreira da palavra e entrar no campo da ação se caracterizavam principalmente através da participação ativa do jornal nas mobilizações incentivadas e divulgadas por ele.

A aproximação entre a postura profissional e a pessoal, nesse caso unindo a palavra à ação era expressa no artigo *O exemplo de Ponta Grossa*, veiculado no dia 3 de setembro de 1942, o qual enfatizava: “do mesmo passo, dentro e fora de nossas atividades profissionais, estaremos vigilantes, seremos implacáveis em anatematizar o traidor [...]” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 set. 1942, p. 1)

O estímulo à ação propagado pelo jornal evidenciava um empenho no sentido de demonstrar, portanto, uma preocupação em tornar visível o apoio em prol do país através de gestos considerados patrióticos. A exteriorização de tais sentimentos também deveria atuar na disseminação da mobilização dos demais cidadãos, podendo servir-lhes de exemplo.

As publicações que incentivavam a associação entre a palavra e a ação apresentavam de que forma isso poderia se realizar em meio aos esforços de guerra. Isso pode ser observado no artigo *A Campanha do Metal*⁴¹, do dia 23 de setembro de 1942, o qual enfatizava que:

Não devemos manifestar a nossa dedicação á Pátria apenas em palavras, mas fazê-lo também no campo prático das realizações. Auxiliando e cooperando com toda a nossa boa vontade às iniciativas que levam o alto objetivo de reunir elementos cada vês maiores para a defesa do Brasil, estaremos demonstrando que somos patriotas

⁴⁰ O termo Quinta Coluna, segundo Fáveri (2002, p. 39), surge durante a Guerra Civil Espanhola para designar a ação de uma coluna supostamente formada por espiões. Durante a Segunda Guerra Mundial o termo é utilizado em referência aqueles que estando no Brasil contribuíam com informações para os países que compunham o Eixo.

⁴¹ Definida pelo *Diário dos Campos* como uma “cruzada de patriotismo” na cidade, a Campanha do Metal consistia na mobilização da população para arrecadar todos os tipos de objetos de metal que pudessem dispensar, com o objetivo deles serem utilizados na produção de armamento para a defesa do Brasil. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 set. 1942, p. 1)

não só pela palavra, mas que o somos também pela ação. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 set. 1942, p. 1)

Essa relação entre palavra e ação também pode ser observada em *Não permitamos que a Quinta Coluna nos faça esquecer que estamos em guerra*, veiculado em 22 de setembro de 1942, a qual enfatizava que:

Não basta saber que estamos na guerra, é preciso criar um clima de guerra em nossa Pátria. Entretanto, não basta clamar em prol da unidade nacional, nem gritar que precisamos punir os agressores do Brasil. Porque, as palavras, conforme já dissemos, só tem valor real quando vem acompanhadas de ação. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 set. 1942, p.1)

O último trecho transcrito destaca aquilo que o jornal apresenta como uma necessidade: a iniciativa da criação de “um clima de guerra” no país. Embora os conflitos da Segunda Guerra Mundial não tenham acontecido em território nacional, foram adotadas algumas medidas pelo governo para aproximar dos brasileiros a imagem distante da guerra.

Essas medidas visavam a criação das “sensações de guerra” referidas por Cytrynowicz (2000), as quais deveriam educar a população em relação ao conflito. Nesse sentido, o próprio *Diário dos Campos* salientava com destaque em sua primeira página no dia 7 de novembro de 1942, conforme pode ser observado na Figura1, em *Ponta Grossa vai ensaiar a Guerra*:

Naturalmente, é bastante remota a possibilidade de vir a Princesa dos Campos a sofrer um dia dolorosa realidade [...]. Entretanto, porque o perigo não esteja próximo, não devemos desprezá-lo. Os povos que mais sofreram com a guerra foram justamente os que a olhavam com descaso e criminosa indiferença. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 nov. 1942, p. 1)

FIGURA 1— Ponta Grossa vai ensaiar a guerra



FONTE: Ponta Grossa vai ensaiar a Guerra. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 7 nov. 1942, p. 1.

ACERVO: Museu Campos Gerais.

De acordo com Leandro (2006), nesse período a guerra estava “tão longe, tão perto” de Ponta Grossa, ou seja, embora os conflitos ocorressem fora do Brasil, na cidade eram realizadas ações em prol dos esforços de guerra. De acordo com o autor essa sensação se fez sentir inclusive no meio médico local:

A princípio, a possibilidade de um médico local ver-se diante de um ferido de guerra era, na prática, nenhuma. Contudo, como não se sabia quanto tempo duraria a guerra e nem qual seria a dimensão do envolvimento brasileiro, os médicos do Centro Médico trataram de preparar-se para a eventualidade de uma maior participação do Brasil junto às forças aliadas. (LEANDRO, 2006, p. 41)

Desse modo, ao longo do ano de 1942, a preparação da sociedade ponta-grossense em prol de uma atitude dita patriótica, conforme proposta por intermédio das publicações do *Diário dos Campos*, consistiu na divulgação de convites para eventos cívicos, no incentivo a participação em organizações assistencialistas e na veiculação de discursos que apelavam pela adoção de comportamentos descritos como de caráter cívico. Agindo dessa maneira, o jornal também realizava a localização do clima de beligerância, sustentando o alinhamento do Brasil aos Aliados no conflito, em nível local.

No início da década de 1940 foi colocada em prática a divulgação de datas propostas como “importantes”, através do calendário cívico, criado pelo governo para inserir no cotidiano brasileiro a mobilização em prol do país.⁴² Essas datas se referiam a cerimônias cívicas, a Semana da Pátria, a visita de autoridades militares à cidade, festividades patrióticas, desfiles públicos que ocorreriam na cidade nos próximos dias, entre outros.

A esse respeito, Parada (2007) afirma que uma das atitudes em busca da legitimação do Estado Novo foi a alteração da temporalidade vinculada à noção de civismo:

Como ponto de partida, foi necessário operar uma transformação na estrutura do tempo público, redirecionando a temporalidade cívica. Assim como em outros momentos históricos que se apresentavam como inauguradores de um novo momento, o Estado Novo mexeu no calendário. No novo tempo, os cidadãos

⁴² Parada (2007) atribui a criação de um novo calendário pelo Estado Novo como uma busca por utilizar o tempo público para exercer um controle sobre a memória. Tal procedimento visava fixar na memória coletiva a legitimidade do regime e da figura de Vargas. Segundo o autor, ao criar uma nova temporalidade, eliminando e inserindo datas específicas realiza-se uma disciplinarização do tempo. Dentre as mudanças efetuadas no calendário estão a criação de feriados cívicos, os quais eram utilizadas para a realização de diversas cerimônias e comemorações por todo país, que resultavam na “politização do tempo cívico”. As práticas de alteração de calendário realizando inclusões e exclusões de determinados feriados são encontradas também em outros momentos e sociedades. Como, por exemplo, o caso da inclusão da temporalidade cívica empregada durante a Revolução Francesa, na qual segundo Darnton (2010), o calendário foi recriado pelos revolucionários substituindo as referências cristãs então utilizadas por aspectos da agronomia, bem como realizando criações de feriados patrióticos.

deveriam ser informados e mobilizados para apreender o sentido coletivo dessa nova configuração política. (PARADA, 2007, p. 36)

O *Diário dos Campos*, a partir de março de 1942, publicou cerca de 20 convites relacionados a atividades cívicas, além de textos no dia seguinte ao evento, que descreviam as festividades. Os convites neste ano ocupavam espaço de destaque na primeira página do jornal através dos elementos gráficos, como as letras em negrito e em maior tamanho, conforme pode ser observado na Figura 2. Na maioria deles, além de informações sobre o dia e local do evento, havia algumas frases breves sobre aqueles que eram então indicados como os deveres do cidadão para com o país em guerra.

FIGURA 2— Convite ao povo

Preso em São Paulo um sargento do Exército Japonês
Esse indesejável possuía uma bandeira de guerra japonesa e grande quantidade de material suspeito

Rua Dr. Colares, 28
Diretor-Proprietário: JOSE HOFFMANN
Caixa Postal, 147

Diário dos Campos
ANO XXXVI
Ponta Grossa, Domingo, 15 de Março, 1942
Nº 11.031

PONTA GROSSA convoca o seu civismo para dizer que está pronta a defender a Pátria
A reunião patriótica de hoje à tarde. Os oradores

Levou oitenta dias para atravessar o Atlântico!
Penosa viagem de um navio mercante procedente de um porto inglês, perseguido por submarinos

Convite ao Povo
Convida-se o povo em geral para assistir à conferência cívica que se realizará dia 15 de março, à hora 17, na sala térrea do prédio n.º 31 na rua 15 de Novembro, com o fim de avivar o tradicional civismo do povo pontagrossense nestas horas apressivas que vive a Pátria e de reafirmar a inteira solidariedade de Ponta Grossa ao eminente Chefe da Nação, Presidente Vargas, pela sua ação enérgica diante das covardes agressões totalitárias. A Comissão pede a maior serenidade e compenetração cívica, assim como que todos se dissolvam na maior ordem logo após a terminação da conferência.

A COMISSÃO
Ossian Corrêa
Dr. Eliseu de Campos Mello
Dr. Carlos Ribeiro de Macedo
Dr. Leopoldo Cunha
Dr. Paula Soares
José Hoffmann
Mário V. Pont
Dr. Raul Pinheiro Machado
Manoel Groti

FONTE: Convite ao Povo. *Diário dos Campos*, 15 mar. 1942, p. 1.

ACERVO: Museu Campos Gerais.

Seguindo tal tendência, *Convite ao povo ponta-grossense*, publicado em seis de setembro de 1942, convocava a sociedade para o desfile militar referente a data cívica de 7 de setembro em comemoração à Independência do Brasil. Ao longo do texto é possível perceber a menção feita à atitude que se esperava de um brasileiro nessa situação:

Todo o povo ponta-grossense é convidado a tomar parte no grandioso desfile de amanhã, como manifestação do espírito de brasilidade que paira hoje sobre toda a nação brasileira. [...] O que não se conceberá, em suma, é que o brasileiro digno

desse nome, deixe de uma forma ou de outra de concorrer para o brilhantismo do desfile de amanhã. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 set. 1942, p. 1)

Outra publicação nesse mesmo estilo, intitulada *Convite ao povo* e veiculada em 15 de março de 1942, além de divulgar uma conferência cívica que aconteceria na cidade, também enfatizava o comportamento que se esperava da população: “A Comissão pede a maior serenidade e compenetração cívica, assim como que todos dissolvam na maior ordem logo após a terminação da conferência.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 mar. 1942, p. 1)

Os discursos referentes à relação entre os ponta-grossenses e a Segunda Guerra Mundial produzidos pelo jornal remetiam a valores como ordem, união, disciplina, lealdade, patriotismo e civilidade. De acordo com Cytrynowicz (2000), a divulgação de ideais militares ia ao encontro da ideologia do Estado Novo que buscava instaurar uma nova ordem urbana, baseada na mobilização civil em torno desses valores.

O comportamento solicitado pelo convite ia ao encontro com a disciplina corporal incentivada nos desfiles e pelas aulas de educação física nas escolas durante o período, o que segundo Parada (2007), consistia em uma forma de demonstrar que o comportamento público dos brasileiros se dava de acordo com aquilo que se espera de cidadãos tidos como civilizados, ordeiros e patrióticos.

A participação da sociedade local nesses eventos era incentivada pelo jornal, que principalmente durante o ano de 1942 exaltou o civismo dos ponta-grossenses e publicou discursos visando que esses cidadãos continuassem demonstrando e adotando determinados comportamentos cívicos.

Nas publicações produzidas pela equipe editorial em 1942 é possível encontrar afirmações por intermédio das quais eram apresentados os pretensos esforços patrióticos do *Diário dos Campos* na mobilização da sociedade ponta-grossense em prol do Brasil. Em *O exemplo de Ponta Grossa*, veiculado em 3 de setembro de 1942 com destaque através da disposição da notícia na parte superior direita do jornal, conforme pode ser observado na Figura 3, o jornal era apresentado como empenhando em encabeçar a missão patriótica de incentivar esforços pelo “amor e exaltação do Brasil” e pela “repulsa aos seus ignóbeis e covardes inimigos”. De acordo com o texto:

DIÁRIO DOS CAMPOS se felicita por haver sido o argonauta dessa alevantada empreitada patriótica. Fê-lo sem a veleidade de recolher lauréis fugazes e menos expressivos: fê-lo, sim, porque tinha a certeza de que, em assim procedendo, estava servindo mais devotadamente á causa do Brasil. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 set. 1942, p. 1)

FIGURA 3— O exemplo de Ponta Grossa



FONTE: O Exemplo de Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 set. 1942, p. 1.

ACERVO: Museu Campos Gerais.

Essa publicação, como apontava seu título, demonstraria a união e os esforços que supostamente estavam sendo empreendidos pelos cidadãos ponta-grossenses, os quais,

segundo o jornal, utilizavam o seu civismo para servir o Brasil, atitude que todos deveriam tomar como exemplo, conforme sugeria o jornal.

O exemplo dos ponta-grossenses, unindo-se nestas horas de extrema gravidade, em torno do único estandarte que um brasileiro consciente pode ostentar nos dias que correm — o augusto pavilhão auriverde —, tem repercutido de maneira a clarear o caminho mais acertado que se defronta aos verdadeiros patriotas. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 set. 1942, p. 1)

A apresentação dos esforços do jornal nessa mobilização era novamente apontada na publicação *Assim falam os brasileiros conscientes*, do dia 13 de outubro de 1942, na qual o autor reafirma aquele que seria exposto como o dever patriótico do *Diário dos Campos* diante da participação brasileira no conflito.

DIÁRIO DOS CAMPOS vem desenvolvendo esforços desmedidos no sentido de que o espírito agressivo de que temos mister nesta hora não seja desertado de nosso meio. Não nos fazemos levados por mero desejo fantasioso e extravagante. Fazemo-lo, ao contrário, para cumprir um dever patriótico, porque, é preciso que se diga, há por aí muita gente de alto coturno que se esquia de objurgar, alto e bom som, sem rodeios e sem rebufos, aos nefandos inimigos do Brasil. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 out. 1942, p.1)

Nesse sentido, o texto apresentava como esforços do jornal “imprimir amplo clima de guerra”, assim como formar uma “poderosa mentalidade ofensiva” na sociedade local. O exemplo dos ponta-grossenses também reaparecia nessa publicação, que cita nomes de indivíduos da comunidade apresentando-os como modelo de comportamento patriótico que todos deveriam adotar. Desse modo, o artigo procurava demonstrar que a mobilização da qual o jornal participava estaria se ampliando na cidade.

Dentre os nomes mencionados na publicação constavam figuras de destaque na sociedade na época, como o delegado regional de polícia Pedro Firman Neto⁴³, o promotor público Joaquim Brito de Lacerda⁴⁴ e o médico Piragibe de Araújo⁴⁵. A apresentação dessas pessoas como modelo para o restante dos habitantes da cidade se constituía como uma estratégia de retórica empregada neste caso pelo *Diário dos Campos*, no sentido de tornar esses exemplos mais evidentes e valorizados.

Alguns textos que faziam apelos pelo comportamento cívico utilizavam a expressão “Capital Cívica do Paraná”, atribuída aos festejos da população à notícia que colocava Getúlio

⁴³ De acordo com Dagostim (2011), Pedro Firman Neto nasceu em Malé (PR) em 15 de setembro de 1913, formado bacharel em Direito em 1938, exerceu diversas funções na administração do Paraná. Em Ponta Grossa, foi delegado regional de polícia. Eleito deputado estadual em 1947 e deputado federal em 1950 pelo Partido Social Democrático (PSD).

⁴⁴ Joaquim Brito de Lacerda, segundo o *Diário dos Campos* (13 out. 1942, p. 1), foi Promotor Público da Comarca no período da publicação.

⁴⁵ Médico, segundo Chaves (2011), Piragibe de Araújo era sócio da Sociedade Médica Ponta-grossense (SMP).

Vargas na presidência da República durante sua passagem pela cidade, reforçando que as atitudes dos ponta-grossenses naquele momento deveriam ser exemplares para toda a nação. O uso dessa representação pelo jornal pode ser percebido no artigo *Comícios*, publicado em 19 de agosto de 1942:

Convida-se o povo em geral para participar do comício que hoje terá lugar na Praça Floriano Peixoto, com início a hora 20, no qual a Capital Cívica do Paraná, mais uma vez, irá demonstrar que deseja marchar sempre na vanguarda de todos os movimentos patrióticos que empolgam o país. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 ago. 1942, p. 1)

Outra publicação que faz alusão a essa expressão, *Salve Brasil*, publicada em 25 de agosto de 1942, incentivava que as saudações utilizadas para cumprimentar as pessoas na rua fossem substituídas por uma mais patriótica.

DIÁRIO DOS CAMPOS concita a todos os bons brasileiros de P. Grossa ou de outras plagas que como leais servidores da Pátria, substituam as saudações costumeiras de ‘bom dia’, ‘boa tarde’ ou ‘boa noite’, por esta outra, mais expressiva, mais grandiosa, mais patriótica, mais eloquente, de maior amplitude votiva que revela o anseio de felicidade de cada brasileiro nesta hora: SALVE, BRASIL! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 ago. 1942, p.1)

As demonstrações do sentimento patriótico incentivadas pelo jornal podiam ser realizadas de diversas maneiras. Uma delas era a adoção de comportamentos cívicos durante a realização de atividades que estavam relacionadas com a guerra. Em *Ponta Grossa trabalha para que o Brasil afrente a guerra*, publicado em 13 de novembro de 1942, essas ações eram relacionadas às qualidades cívicas atribuídas à cidade: “E é assim que, com ânimo fervoroso, com cadência inabalável, Ponta Grossa vai cumprindo os seus deveres para com o Brasil nesta emergência e vai, com isso, elevando mais ainda o seu renome cívico.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 nov. 1942, p. 1)

Em Ponta Grossa no ano de 1942 as autoridades municipais realizaram vários treinamentos que visavam à preparação da população frente ao conflito. Dentre elas, houve alguns exercícios de blecaute, os quais consistiam na interrupção da iluminação pública da cidade para instruções de defesa antiaérea.

Conforme aponta Cytrynowicz (2000) “os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea haviam sido definidos pelo governo federal em fevereiro de 1942 (decreto-lei n. 4098, de 6 de fevereiro de 1942)” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 272). De acordo com o autor:

A defesa passiva antiaérea civil, de caráter defensivo, tinha por objetivo salvaguardar o moral e a vida da população civil, limitando ao mínimo os efeitos materiais causados pelos ataques aéreos e evitando a desorganização da vida normal do país. (CYTRYNOWICZ, 1942, p. 283)

O *Diário dos Campos* divulgou as datas das atividades e convocou os cidadãos a participarem, segundo a publicação “*Black-out*” em *Ponta Grossa*, de 14 de outubro de 1942, justificando: “Pois sem dúvida, os exercícios do ‘Black-out’ em Ponta Grossa servirão para, mais uma vez, demonstrar a disciplina e a elevada compenetração cívica de nossa gente.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 out. 1942, p.1)

Assim, as atividades de blecaute realizadas em Ponta Grossa foram novamente relacionadas à disciplina com a publicação do artigo *O primeiro exercício de “Black-out” em Ponta Grossa*, de 18 de novembro de 1942, o qual enfatizava que “[...] a prova demonstrou que a população ponta-grossense leva a sério, como deve levar, tudo quanto diga respeito ao disciplinamento da massa para a eventualidade da guerra.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 nov. 1942, p. 1)

A disciplina mencionada nas duas publicações era vista no período como uma das características intrínsecas a um povo civilizado. Parada (2009), ao analisar a busca do Estado Novo pela “reestruturação da ordem política” visando a paz pública, aponta que:

O processo de “pacificação” estava associado à construção de modelos de “civildade”, ou seja, todo o esforço de controle policial do regime de 1937 seria ineficaz se não fosse acompanhado da disseminação de comportamentos de autocontenção e disciplina. (PARADA, 2009, p. 404)

Nesse sentido a busca pela disciplina e por uma cidade civilizada vai ao encontro à ideia de que os “preparativos civis de defesa confundiam-se com ideais do Estado Novo” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 272)

A mobilização da população ponta-grossense em prol dos esforços de guerra era constantemente incentivada pelas publicações do *Diário dos Campos* naquele período. A publicação do dia 13 de novembro de 1942, *Como Ponta Grossa trabalha para que o Brasil afrente a guerra*, destacava que a cidade estava “atendendo da maneira mais gloriosa o apelo da Pátria, concernentemente à contribuição que cada um deve dar para que ela arroste a guerra que lhe foi imposta pela agressão insólita do Eixo.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 13 nov. 1942, p.1)

Nela foram apresentadas as atividades patrióticas nas quais os ponta-grossenses estariam se dedicando. Entre elas, eram mencionados os trabalhos realizados pelas organizações da Cruz Vermelha⁴⁶ e da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴⁷; as contribuições da indústria

⁴⁶ A Cruz Vermelha foi fundada no Brasil em dezembro de 1908 no Rio de Janeiro, através de uma reunião convocada pelo Dr. Joaquim de Oliveira Botelho. A organização buscava realizar atividades assistenciais e humanitárias voltadas à área da saúde. Segundo Pereira (2010), sua fundação no Paraná ocorreu em 1917 na cidade de Curitiba, com a intenção de exercer trabalhos voltados a esforços de guerra, como cursos para a

e do comércio; a apresentação dos jovens reservistas ao quartel e a dedicação das “damas” da sociedade.

A participação feminina nos esforços de guerra era divulgada nas publicações do *Diário dos Campos* principalmente nos textos que tratavam sobre a Cruz Vermelha e a LBA. Segundo Pereira (2010), essas duas organizações foram responsáveis por “transformar a figura da mulher durante o período de guerra e utilizá-la como exemplo de coragem e servidão fiel aos chamados da nação.” (PEREIRA, 2010, p. 125)

No dia 6 de outubro de 1942, o jornal publicou o texto *A Cruz Vermelha de Ponta Grossa inicia auspiciosamente a sua atividade*, no qual afirmava que:

[...] toda a patricia que ingressar na Cruz Vermelha é digna da maior admiração e respeito de todos, por isso que, com esse gesto, ela denota que não deseja cingir-se apenas em afirmar que ama e enaltece o Brasil, no desempenho da nobilitante missão de assistir o soldado do Brasil, quando ele, lutando pela Pátria, cair ferido no campo da honra. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 out. 1942, p. 1)

A principal atividade de mobilização que coube às mulheres em todo o país, segundo Cytrynowicz (2000), foi a enfermagem. De acordo com o autor:

Durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, as enfermeiras foram mobilizadas e responderam ocupando um lugar importante na constituição da política na qual “servir” ao Outro foi associado a servir a pátria em uma política que permitiu consolidar o *front* interno e impor um regime de mobilização e subordinação da sociedade ao Estado Novo [...]. (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 119)

Segundo o jornal, haveria ocupações para todos aqueles que desejassem contribuir nos esforços de guerra, dentre elas estavam a preparação de médicos e enfermeiras para atuarem pela Cruz Vermelha fundada na cidade e, posteriormente, caso houvesse necessidade, também em campo de batalha.

O incentivo a participação das mulheres ponta-grossenses nas atividades da LBA foi ressaltado em diversas publicações do jornal em 1942. Como no caso do artigo *Revérberos do passado crepitando no presente*, publicado no jornal no dia 19 de setembro de 1942, no qual o autor fazia referência a mulheres tidas para ele como heroínas em vários episódios da história do país. Essa construção fica evidente no trecho transcrito abaixo:

A Mulher Brasileira há de, sem dúvida, ser tão heróica hoje como foi ontem. E a Mulher Ponta-grossense há de ser digna da Mulher Brasileira, [...] Aquela exortação

formação de enfermeiras. Em Ponta Grossa, a Cruz Vermelha foi criada pelo Dr. José de Azevedo Macedo, escolhido pelo presidente da Cruz Vermelha no Paraná, Cap. Aramis de Ataíde em 31 de outubro de 1942.

⁴⁷ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi fundada em agosto de 1942, por Darcy Vargas, mulher do presidente Getúlio Vargas, com o intuito de prestar serviços às famílias cujos pais ou filhos foram à guerra. Em Ponta Grossa a LBA estava sob a direção de Judith Macedo Silveira, caracterizada pelo *Diário dos Campos* como “notável educadora patriótica”.

de D. Anita Ribas transformar-se-á numa apoteótica consagração do patriotismo nunca amenizado da Mulher de minha terra. Estou certo disso. E me orgulho disso. (HOFFMANN, 19 set. 1942, p.1)

Nos discursos do *Diário dos Campos* sobre a mobilização da sociedade pontagrossense nos esforços de guerra os estrangeiros não ficaram de fora. Na publicação de 5 de novembro de 1942, *Legião Brasileira de Assistência — Os estrangeiros não podem esquivar-se de auxiliar à benemérita instituição*, tal participação foi ressaltada:

Todos devem contribuir para o esforço de guerra do Brasil e ninguém que vive em nosso país tem o direito de permanecer de braços cruzados ante o sacrifício que o Brasil exige de todos os seus filhos. Ao revez, os estrangeiros é que deveriam ser os primeiros a se apresentarem para levar a diante a patriótica campanha, cujo ato beneficiará todos os que aqui vivem. A atitude dos estrangeiros que se negam a contribuir para os esforços de guerra, deve ser tomada como sinal de alheamento aos superiores interesses da Pátria, si não for indicio de coisa mais grave. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 nov. 1942, p. 1)

De acordo com o texto, o imigrante que foi recebido pela “hospitalidade” brasileira não deveria medir esforços naquele momento no qual a pátria em que haviam se estabelecido era “atacada” e “insultada” pelos “criminosos” inimigos. A publicação ao apontar que a negativa de realizar tal empreitada necessitaria ser considerada algo de extrema gravidade, fazia alusão a possível ação traidora por parte desses estrangeiros.

2.2- “QUANDO OS BÁRBAROS MALDITOS AMEAÇAM O BRASIL”: O NACIONAL VERSUS O ESTRANGEIRO

O sentimento de pertencimento a uma nação tende a ser entendido como inerente a pessoa desde o momento de seu nascimento. Nesse sentido, esse sentimento, bem como a noção de identidade nacional, tendem a ser considerados como algo “natural”.

O termo nação pode ser caracterizado, segundo Rossolillo (1998) pela união, pelos laços naturais e eternos, pelos sentimentos de lealdade e fidelidade dos indivíduos reunidos em um mesmo território, cujo poder é centralizado por um Estado Nacional.

Essa reunião de elementos que tendem a ser utilizados para o entendimento do termo nação é questionada por diversos autores, que observam o artificialismo dessa construção. Nesse sentido, Anderson (1985) atribui à nação a característica de comunidade imaginada, já

que se acredita na comunhão de seus membros mesmo que esses nunca se encontrem.⁴⁸
Identificando essa construção, Hall (1992) salienta que:

[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. (HALL, 1992, p. 59)

Dessa forma, a construção de uma identidade nacional e o sentimento de pertencimento passa pelo processo de representação da cultura nacional e dos discursos que materializam a comunidade imaginada como uma nação.

Com o desenvolvimento das culturas nacionais ao longo dos séculos XIX e XX, buscou-se utilizar de uma língua, um território, uma tradição e uma história que eram propostos como um patrimônio em comum, de forma a criar um sentimento de identificação entre os componentes do grupo. Hall (1992) compreende que “uma cultura nacional é um discurso = um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (HALL, 1992, p. 50)

A fronteira que separa uma nação de outra passou então a distinguir os indivíduos que a elas pertencem. Para Pesavento (1995) esse processo de diferenciação ocorre em relação às identidades, segundo ela, “[...] a identidade é um processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define com relação a um ‘nós’, que, por sua vez, se diferencia dos ‘outros’.” (PESAVENTO, 1995, p. 115)

Com relação à identidade nacional, o outro pode ser visto como o estrangeiro que não compartilha dos mesmos elementos que unificam os indivíduos pertencentes a uma mesma nacionalidade. Segundo Koltai (2000), “*Estrangeiro* pode ser tanto o Outro inimigo – que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época – quanto aquele que fascina por ter sobrevivido à separação.” (KOLTAI, 2000, p. 17)

Em situações de guerra, o estrangeiro assume o papel do “Outro” visto como inimigo. Para esses sujeitos são direcionados os sentimentos de ódio e intolerância. Nesse sentido, Fáveri (2002) aponta para a prática da divulgação de discursos que buscavam demonizar⁴⁹ o outro.

⁴⁸ Anderson (1985) entende a nação a partir de mais três noções: como limitada, pois possui fronteiras delimitadas, as quais as separam das outras nações. Como soberana, o Estado nesse caso é visto como soberano. E como comunidade, pois a nação costuma ser relacionada com a fraternidade que, pretensamente, seria observada entre seus membros.

⁴⁹ Segundo Fáveri (2002, p. 37-38) demonizar o “Outro”, consiste em relacionar a figura do “Outro” com o Diabo cristão, conferindo a ele características de representante do mal. Sendo assim, investindo o estrangeiro inimigo no combate com tais representações, criou-se um imaginário de medo em torno dos alemães, italianos, e japoneses durante a Segunda Guerra Mundial.

Ao analisar o cotidiano de Santa Catarina na Segunda Guerra Mundial, Fáveri (2002) aponta que a imprensa do estado atuou na construção da imagem dos inimigos internos e externos. Segundo ela, “Naqueles anos, estratégias governamentais arvoraram-se na produção de sujeitos que temessem um ‘outro’, ou aquele que, na contingência das relações, era inimizado por conta de sua origem étnica.” (FÁVERI, 2002, p. 28)

Associada a ideia de alinhamento da sociedade brasileira no período do conflito, estavam os esforços para a unificação da nação. Nesse sentido desenvolveram-se os discursos sobre a oposição entre o nacional *versus* o estrangeiro. O posicionamento nacionalista instigado nas publicações da imprensa, além de se referir a adoção de atitudes e comportamentos cívicos, também fazia alusão a uma atitude ofensiva em relação ao inimigo integrante do eixo. Lenharo (1986) observa a construção da ameaça externa pelo Estado Novo. De acordo com o autor:

Do ponto de vista do regime e de sua propaganda, a criação de um inimigo externo poderoso e ameaçador facultava-lhes ganhar a adesão e coesão internas, assim como a justificação para um movimento interno de militarização do país e de sua gente, visto como inevitável e necessário à defesa nacional. (LENHARO, 1986, p. 135)

A presença de imigrantes e de seus descendentes que se estabeleceram no Brasil e permaneceram seguindo a cultura e os costumes de seus países de origem passou então a ser entendida como uma ameaça para o fortalecimento da identidade nacional brasileira e da união de seus integrantes.

Segundo Seyferth (1999), aproximadamente cinco milhões de imigrantes haviam chegado ao Brasil até a década de 1940. Esses imigrantes muitas vezes eram classificados como um elemento “alienígena” que dificultaria o processo que a autora denomina de intensificação do “abrasileiramento”⁵⁰ da população.

O projeto de nacionalização passou então a buscar o controle da influência estrangeira no país, fosse através da repressão às línguas estrangeiras, dos costumes que os forasteiros repassavam nas escolas destinadas especificamente aos seus descendentes, ou até mesmo na seleção dos imigrantes que chegavam ao país. De acordo com Seyferth (1999):

Diante da realidade representada pelos sentimentos de etnicidade e da organização comunitária baseada em distinções étnicas, comuns aos grupos de imigrantes e descendentes estabelecidos no Brasil, a solução para o “problema migratório” estava na assimilação de todos esses alienígenas que aspiravam à endogamia. A apregoada necessidade da sua transformação em brasileiros de fato, e não apenas por

⁵⁰ Esse projeto analisado por Seyferth (1999) se refere a um ideal vigente entre setores da sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX, o qual buscava realizar a assimilação cultural ou racial dos imigrantes em prol da unificação nacional. Segundo a autora na década de 1930, essa assimilação dos estrangeiros e seus descendentes a uma identidade nacional brasileira passa a ser considerada assunto de segurança nacional.

direito de solo, motivou a campanha de nacionalização, que incidiu de modo mais direto sobre teuto-brasileiros e japoneses em razão dos desdobramentos da II Guerra Mundial e da sua categorização como paradigmas do enquistamento. (SEYFERTH, 1999, p. 207-208)

De acordo com Petruski (2008, p.194), os imigrantes que se estabeleceram em Ponta Grossa criaram alguns clubes sociais na segunda metade do século XIX. Tais associações inicialmente tiveram uma perspectiva beneficente até que os seus membros conseguiram se estabelecer economicamente na sociedade. A partir de então esses locais passaram a ser um lugar de convívio com pessoas da mesma nacionalidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, segundo Seyferth (1999), as campanhas educativas que buscavam fortalecer sentimentos patrióticos utilizavam os clubes para realizar palestras cívicas. Em Ponta Grossa, conforme publicações do *Diário dos Campos*, o espaço dos clubes também foi utilizado com esse intuito.

No dia 1 de outubro de 1942, o jornal publicou uma matéria intitulada *O valhacouto do nefando espírito hitlerista deve ser suprimido*, na qual dirigia acusações aos integrantes do clube *Verein Germania*⁵¹. Segundo o texto, os associados do clube se recusariam a participar das assembleias cívicas que ali aconteciam, e os membros da diretoria só o fariam em razão de obrigação.

Tal publicação também se referia a uma exigência do clube para aqueles que buscassem participar da sua diretoria. De acordo com o texto, “como a língua sempre se constituiu um dos elementos de maior aproximação racial, o Clube Verein Germania fez incluir em seus estatutos um dispositivo que rezava que só poderia ser membro de sua diretoria aquele que soubesse falar o alemão.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 out. 1942, p.1)

Durante a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, a manutenção de costumes trazidos de seus países de origem, como a utilização do idioma natal, passou a ser entendida como uma transgressão ao projeto de assimilação do estrangeiro. O uso da língua materna, de acordo com Seyferth (1999), consistia em uma fronteira cultural que dificultava esse processo.

Segundo a autora, “há uma vinculação bem precisa entre língua nacional e espírito nacional, o que torna a mesma ‘o principal fator de nacionalização’ e atributo da identidade nacional [...]” (SEYFERTH, 1999, p. 218)

⁵¹ Atual clube Princesa dos Campos conhecido pelo nome Clube Verde, fundado por imigrantes alemães em 13 de dezembro de 1897 com o nome de Sociedade Beneficente Germânia. De acordo com Zulian (2009), o clube foi formado por imigrantes que chegaram posteriormente e estavam em alguns aspectos a margem da sociedade. Segundo publicações do jornal, o clube ofereceu sua sede para que nela se realizassem as reuniões do Partido Nazista fundado em Ponta Grossa.

Nesse sentido, para que a assimilação dos estrangeiros na cultura brasileira acontecesse, de acordo com Pereira (2010), percebia-se como “necessário unificar o idioma e a todo custo emudecer as falas estrangeiras”. (PEREIRA, 2010, p. 156)

Para minimizar a presença de culturas e influências estrangeiras, foram adotadas no Brasil naquele período diversas medidas, como a proibição de publicações em outros idiomas, a retirada de imigrantes do litoral e o seu deslocamento para o interior evitando que eles mantivessem comunicação com seus países de origem. Também foi realizada a hostilização e barbarização da imagem do imigrante e dos seus descendentes, que ao não abandonarem seus antigos costumes, eram percebidos como uma ameaça à identidade brasileira.

Sob tais circunstâncias, a relação com o estrangeiro, conforme apresentada nos discursos do *Diário dos Campos* em 1942, foi conturbada e o apelo aos comportamentos cívicos revelavam-se intrinsecamente relacionados com a postura agressiva direcionada ao inimigo.

Em 27 de agosto de 1942, cinco dias após o Brasil declarar o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, a primeira página do jornal trazia em destaque a publicação *Daí não há fugir*. Nela foi ressaltado aquele que tendia a ser apresentado durante a participação do país no conflito como o mais grave erro que um brasileiro poderia cometer: a traição.

Daí não há fugir: o brasileiro que não estiver, de corpo e alma, contra a Itália e a Alemanha que não marcar com a mais solene abominação os dois países que ultrajaram a nossa dignidade e atiraram contra nós os cadáveres de nossos próprios irmãos esse não é senão um traidor. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 ago. 1942, p.1)

O discurso produzido pelo jornal acerca da traição vai ao encontro com a radicalização comum a década de 1930, baseada na ideia de que não existe meio termo nos posicionamentos políticos e sociais. Nesse caso ou se é realmente patriota ou se é traidor. Esse ser patriota incentivado pela publicação era concomitantemente relacionado com a barbarização do inimigo e com a busca por uma atitude ofensiva.

Caso que se observa no texto *Quem recusa armar-se de ânimo agressivo contra os inimigos do Brasil — está traindo o Brasil*, veiculada no dia 5 de setembro de 1942. Neste texto, o autor que não é identificado, se empenhou no sentido de demonstrar a importância do fortalecimento da pátria através da união dos brasileiros.

A disposição desse artigo no jornal pode ser entendida conforme a hierarquização da informação analisada por Pontes e Silva (2012), segundo a qual as notícias que ocupam a parte superior direita e possuem um cuidado artístico diferenciado tem o intuito de sua valorização. Além do destaque conferido ao artigo, o jornal apresenta uma manchete que dizia

“É traidor o brasileiro que nesta hora não execrar formalmente a Alemanha e a Itália” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 set. 1942, p. 1), tais detalhes podem ser observados na Figura 4.

FIGURA 4— Quem recusa armar-se de ânimo agressivo contra os inimigos do Brasil



FONTE: Quem recusa armar-se de ânimo agressivo contra os inimigos do Brasil- está traindo o Brasil. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 set. 1942, p. 1.
ACERVO: Museu Campos Gerais.

Mas apenas essa união e a demonstração de apoio ao país não bastaria, era necessário revelar-se de forma clara contrário ao inimigo, contra a Alemanha, a Itália e principalmente contra aqueles brasileiros que mantinham simpatias em relação a esses inimigos. Esses brasileiros eram descritos como os “piores traidores”, pois se revelariam indiferentes diante da morte daqueles que o jornal *Diário dos Campos* apresentava como seus irmãos.

O uso da palavra irmãos, nesse caso, afirmava-se a ideia segundo a qual todos os brasileiros fariam parte de uma mesma família, a nação brasileira, e conseqüentemente teriam com eles um dever de lealdade. Essa relação é explícita no trecho transcrito abaixo, onde se entende como traidor aquele que não se revelasse em sintonia com os sentimentos dos brasileiros:

Já temos afirmado que aquele que permite ao próprio coração agasalhar simpatia aos ignóbeis agressores do Brasil não passa de vil traidor. De nada vale dizer que está com o Brasil se assim procede. É traidor porque procura ignorar o assassino nefando de centenas de brasileiros. É traidor porque não sente o insulto que todos os bons brasileiros sentem. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 set. 1942, p. 1)

A ação ofensiva encabeçada pelos ditos cidadãos conscientes se justificava pela ideia de que o brasileiro, proposto como amante da paz também saberia se mostrar dotado de um “espírito agressivo”, porém patriótico, quando compelido a isso pelos inimigos.

Nesse sentido, surgem os discursos de um “ideal de brasilidade construído no negativo dos estrangeiros” (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 93). Aos alemães e italianos são constantemente atribuídas pela imprensa escrita ponta-grossense características negativas, sendo eles então descritos como selvagens (não-civilizados), criminosos, agressores, covardes, tirânicos e sanguinários. Justamente o oposto do modo como os brasileiros patriotas tendiam a ser representados, aos quais eram associados características tais como as de civilizados, pacíficos, ordeiros, disciplinados e hospitaleiros.

Aqueles que se recusavam a adotar uma atitude de repúdio passavam a ser apresentados como traidores, pois não cumpririam o que se entendia por dever com a pátria e a nação. Eles eram então divididos em duas categorias, os “declarados” e os “dissimulados”. As publicações do *Diário dos Campos* consideravam como traidores declarados aqueles que eram alemães ou italianos e seus descendentes que não se mostravam contrários aos governos de seus países de origem.

Em *Carta aberta aos brasileiros descendentes de alemães*, texto publicado no dia 6 de setembro de 1942, poucos dias após a declaração de guerra à Alemanha, o diretor do jornal José Hoffmann discorreu sobre a atitude esperada dos imigrantes perante o momento de conflito, incentivando a inserção desses estrangeiros nos esforços de guerra em prol do Brasil.

Embora o título da publicação sugerisse que ela consistia em um recado para os descendentes de imigrantes alemães, o seu discurso, utilizando-se de trechos escritos em primeira pessoa, denota uma autodefesa de Hoffmann.

O autor, que assim como os destinatários da publicação, também era descendente de alemães, procurava no texto se defender de críticas feitas em relação a sua postura de apoio ao Brasil e recriminava o regime político do país de origem de seus ancestrais.

Nessa publicação, o jornalista buscava se apresentar como um verdadeiro patriota, ainda que suas origens remetessem a outra nação, a Alemanha, o inimigo naquele momento. No texto, ele argumentava o porquê de não ser um traidor. Para isso ele apresentava as razões pelas quais suas atitudes eram voltadas em favor do Brasil.

Não sou e nem me sinto traidor. Primeiro, porque postergo os esdrúxulos preconceitos raciais, que até mesmo Deus condena e que são hoje colocados nos altares egotistas e pagãos de um povo para servirem aos seus velhos e condenáveis sonhos imperialistas. Depois porque o meu espírito me diz, para ufania minha, que a terra abençoada da qual me tenho alimentado, o ar puro que tenho aspirado, tudo isso tornou o meu sangue e o meu coração bem brasileiros como devem ser, por força da alquimia inspirada nos nobres ideais de uma nacionalidade. (HOFFMANN, 6 set. 1942, p.1)

Nesse sentido, Hoffmann afirmava que a traição estaria na postura daqueles que, recebidos em terras brasileiras, se mostravam em prol do lugar de onde seus pais e avôs saíram em busca de novas oportunidades.

Assim, pois, se um dia esses peregrinos da Liberdade houveram de levantar dos próprios túmulos para acusar alguém de traidor, não há de ser para o fazerem aqueles que souberam respeitar como única Pátria a terra que os respeitou com tanta fidalguia que eles mesmos adotaram como sua própria Pátria. Acusarão de traidor, sim, de traidor vil, aquele que quebrar a gratidão que não pertence apenas a um indivíduo, mas a gerações inteiras. [...] (HOFFMANN, 6 set. 1942, p. 1)

Os imigrantes bem como seus simpatizantes que não manifestavam tal rejeição em prol do fortalecimento da nação que os acolheu ficavam a partir de então sob suspeita e passavam a ser vigiados por aqueles que eram apontados como cidadãos exemplares da cidade. Segundo Ferraz (2005):

Uma das missões exigidas do combatente do “*front* interno” era estar vigilante contra possíveis atos de espionagem e sabotagem do esforço de guerra nacional. Os membros das colônias alemães, italianas e japonesas, bem como seus descendentes,

tornaram-se, aos olhos da população, suspeitos em potencial. (FERRAZ, 2005, p. 22)

Nesses casos é a partir da relação com o “Outro” que se determinaria quais seriam aqueles que agiriam como traidores, ou seja, os que não assumissem atitudes similares às dos demais brasileiros fazendo parte de um mesmo grupo, de uma mesma identidade, a nacional. Isso vai ao encontro com o que Koltai (2000) observa sobre a relação com o estrangeiro dentro de uma mesma fronteira, “o objeto de ódio é introjetado no interior do grupo, investido na trama social, cada cidadão podendo se tornar o inimigo jurado do outro.” (KOLTAI, 2000, p. 32)

De acordo como Pereira (2010), o medo se torna um instrumento que contribui na construção do entendimento do outro como um ser subversivo:

O medo foi o agente catalisador dessas ações que visavam a coagir a população a auxiliar o Estado no controle social; o medo de ser tratado como um traidor da nação, o medo de ser preso por corroborar com esses imigrantes, o medo religioso de estar tendo de conversar com representantes do demônio, e diversos outros medos fomentados pelo vasto imaginário produzido na época. (PEREIRA, 2010, p. 81)

Por sua vez, os traidores dissimulados aludidos pelo *Diário dos Campos* seriam aqueles imigrantes ou brasileiros que mesmo ao se dizerem a favor do Brasil, não demonstrariam uma atitude ofensiva e manteriam simpatias com os países inimigos. Segundo a publicação *Quando a polícia e o povo tem o mesmo dever*, do dia 15 de setembro de 1942:

Por traidor disfarçado do Brasil deve entender-se todo aquele que não se predispõe a servir de corpo e alma ao Brasil; todo aquele que não execra os inimigos do Brasil; todo aquele que recalcitra em entregar o coração ao brio nacional, á exaltação patriótica que domina o país; todo aquele que, em comemorações cívicas de qualquer natureza ou por todos os outros meios possíveis, se esquivar de evidenciar que está decididamente com o Brasil. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 set. 1942, p.1)

As publicações que se referiam aos supostos traidores da nação também incentivavam aos leitores a colaboração com as autoridades policiais na denúncia e vigilância desses indivíduos, agindo no intuito de contribuir com o comportamento patriótico que demonstraria o civismo da sociedade ponta-grossense.

Dentre os traidores identificados na sociedade brasileira pelo jornal também estariam presentes os inimigos internos, ou seja, os integrantes da Quinta Coluna e do Integralismo, os quais foram constantemente citados nas publicações, principalmente naquelas de autoria de José Hoffmann. Os seus membros eram apontados como inimigos internos, os quais também deveriam ser vigiados pelos cidadãos patriotas.

Essa relação pode ser percebida na publicação do dia 18 de agosto de 1942, *Quinta colunismo*, na qual era proposto que: “O alemão que matou seu irmão indefeso é

simplesmente um assassino e você brasileiro que se veste todos os dias de patriota e no íntimo o aplaude, é simplesmente um traidor.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 ago. 1942, p.1)

Assumir publicamente um posicionamento e uma atitude em prol do país assim como uma postura ofensiva contra o inimigo era constantemente apresentado pelo jornal como indispensável para os brasileiros “conscientes”. Aqueles que não agiam dessa maneira e mantinham um comportamento neutro eram também classificados pelas publicações como pertencente à Quinta Coluna.

Embora as publicações tendessem a acusar tais brasileiros, constata-se que nenhuma crítica era dirigida especificamente a algum indivíduo da sociedade ponta-grossense. O jornal utilizava como estratégia retórica a condenação direcionada às ideias e ao plano coletivo, não nomeando e consequentemente preservando personalidades da cidade que sabidamente faziam parte desses grupos. Em contraponto, nos textos que tratavam sobre atitudes e comportamentos tidos como patrióticos, eram apresentados nomes de cidadãos como exemplos.

Chaves (2001) observa o cuidado do *Diário dos Campos* nas publicações em que apoiava e se apropriava do discurso oficial de Vargas em relação à nacionalização na década de 1930. Segundo o autor, buscando diminuir as tensões na cidade, os artigos do jornal assumiam um discurso conciliatório. Neste as críticas eram direcionadas aos projetos ideológicos e as práticas contrárias à Constituição, ao mesmo tempo em que a atuação dos imigrantes na sociedade local era valorizada. Nesse sentido, o autor afirma que:

devido a essa expressiva presença de europeus e de seus descendentes na composição populacional ponta-grossense, José Hoffmann produzia em seu jornal um discurso nitidamente conciliatório quando tratava de assuntos relativos à imigração. (CHAVES, 2001, p. 76)

Situação diferente da observada por Knebel (2000) em sua análise das publicações do *Diário dos Campos* referentes à Primeira Guerra Mundial. De acordo com a autora, as publicações do jornal nos anos de 1917 e 1918 incitavam a população da cidade contra os alemães e seus descendentes que não se mostravam contra a Alemanha. A diferença constatada pela autora se evidencia por intermédio da constatação da publicação de listas com nomes de pessoas que supostamente contribuíam financeiramente com o país inimigo e alguns alvos principais como membros do clero germânico.⁵²

⁵² Knebel (2000) salienta que embora nesse período o jornal tivesse abrangência de apenas uma pequena parte da sociedade ponta-grossense, houve forte influência de seus discursos na contribuição para a alteração dos ânimos. De acordo com a autora, a guerra foi assunto assíduo e valorizado nas primeiras páginas do jornal, mas inicialmente as publicações mantinham uma postura cautelosa e consistiam em sua maioria em informações vindas por telégrafo sem comentários da equipe editorial. Após o posicionamento do país ao lado dos Aliados,

E assim, ao longo da Segunda Guerra, o *Diário dos Campos* enfatizava a importância da população observar com receio a conduta daqueles que mantinham esse posicionamento imparcial diante daqueles considerados como inimigos. No artigo *Depois dos Comícios*, veiculado em 30 de agosto de 1942, é possível perceber tal direcionamento:

E desconfiemos daquele que reluta em voltar a mesma repulsão que nós voltamos aos assassinos de nossos irmãos. Porque esses que assim procedem estão, não padece dúvida, empunhando também a arma do inimigo: — a arma da Quinta Coluna. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 ago. 1942, p. 1 e 6)

Em *Abjuração que significa cumprimento de um dever sagrado para com o Brasil*, publicado em 21 de agosto de 1942 foi especialmente destacado o papel desempenhado pelos integrantes e os esforços do jornal diante da empreitada patriótica.

DIÁRIO DOS CAMPOS não abateu e nem abaterá jamais o seu espírito combativo. Ele é dirigido, neste momento, aos inimigos do Brasil. Aos ignominiosos componentes da Quinta Coluna. Aqueles repulsivos “quislings” empenhados em dar á mira dos canhões alemães a direção necessária para que eles atinjam aos próprios irmãos, chacinem mulheres e homens brasileiros, cubram de luto e ultraje o nosso sacrossanto pavilhão. As nossas caminhadas, feitas de cabeça alevantada e de pena em riste, objetivam pugnar pelo ideal que acalentamos em nossos peitos, que é o de servir sem desfalecimentos ao Brasil. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 ago. 1942, p. 1)

Essa publicação pretendia demonstrar assim que os cidadãos brasileiros que se dedicassem ao “dever impostergável” e “sagrado” servindo o país andariam com as cabeças levantadas, enquanto aqueles considerados “maus brasileiros” que integravam tal movimento não poderiam realizar tal gesto, pois eram considerados “covardes” e “traidores”.

Nos trechos transcritos acima se percebe novamente o uso da palavra irmão, remetendo a ideia da fraternidade brasileira, bem como a da pior traição que alguém poderia cometer. Nesse sentido, aqueles cidadãos que supostamente faziam parte da Quinta Coluna se posicionariam de forma contrária àquela caracterizada pela lealdade atribuída aos membros da nação, que de acordo com o discurso do jornal deveria ser intrínseca aos brasileiros ditos “dignos desse nome”.

A repressão às ações da Quinta Coluna eram constantemente incentivadas pelo jornal, conforme é possível observar em *Os brasileiros verdadeiros não conhecem a traição*,

Knebel observa a mobilização do *Diário dos Campos* incentivando as manifestações cívicas, a crítica a Alemanha e a condenação de posturas germânicas. O clima de intolerância com os estrangeiros advindos da posição do Brasil contrária a Alemanha, contribuiu para desentendimentos entre brasileiros e imigrantes, muitos dos quais resultando em agressões físicas. Ainda segundo a autora, após o conflito as publicações do jornal sobre o patriotismo foram aos poucos desaparecendo, assim como os artigos que estimulavam a perseguição aos estrangeiros. Esta diferença nas estratégias retóricas do jornal pode ser entendida pela mudança na equipe editorial e no proprietário entre os dois conflitos. Enquanto que no período da Segunda Guerra Mundial, o *Diário dos Campos* era de propriedade de José Hoffmann, durante a Primeira Guerra Mundial o redator-chefe e proprietário do jornal era Hugo Reis que, de acordo com Chaves (2001, p. 36), era conhecido como o “consolidador da imprensa ponta-grossense”.

publicado em 20 de outubro de 1942. No texto essa relação ofensiva era salientada, bem como, as atitudes vistas como traição da parte dos brasileiros e dos estrangeiros residentes na cidade.

A Quinta Coluna existe, sem dúvida, e age em nosso meio. Ela é composta, sobretudo, por estrangeiros mal agradecidos. E, possivelmente, se contam na falange da traição alguns filhos do Brasil. Devemos manter guerra incessante contra a Quinta Coluna. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 20 out. 1942, p. 1)

As críticas de Hoffmann ao Integralismo na década de 1940 não eram novidade, já que essa discussão era uma das principais características dos textos de sua autoria na década de 1930. Sobre isso, Chaves (2001), aponta que:

A partir da segunda metade da década de 1930 (mais acentuadamente entre os anos de 1937 e 1938), o Diário dos Campos publicou mais de duzentos artigos que direta ou indiretamente tratavam dos rumos do Movimento Integralista em Ponta Grossa e região. (CHAVES, 2001, p.111)

Segundo Ditzel (2004), as publicações e o posicionamento do *Diário dos Campos* partiram “sempre de alguns princípios defendidos por Hoffmann” (DITZEL, 2004, p. 145). De acordo com Chaves (2001), a posição contrária ao Integralismo assumida pelo jornalista pode ser entendida através de sua identificação com uma ideia oposta ao movimento, o Liberalismo⁵³.

O Movimento Integralista nos textos do jornal, principalmente nos de autoria do proprietário, é analisado por Ditzel (2004), a qual salienta que “[...] o Integralismo era visto como desrespeito à ordem social e às autoridades constituídas, como mera reprodução de modelos externos, como inadequado à índole pacífica do povo brasileiro.” (DITZEL, 2004, p. 145)

Essas críticas são então retomadas no início da década de 1940 sendo relacionadas com o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Como é o caso de *Com o Brasil acima de tudo*, veiculado no jornal no dia 17 de março de 1942, ocasião em que o autor dirigia críticas e comentava a respeito do combate ao Movimento Integralista, ação que afirmava ser liderada pelo *Diário dos Campos*.

No ensaio, ele buscou pontuar a postura que desejava ver os ex-integralistas adotarem em relação à defesa da Pátria. Para ele, com o Integralismo extinto, era preciso que os ideais integralistas também se dissolvessem e que os brasileiros estivessem ao lado da Democracia e do presidente Getúlio Vargas.

⁵³ Conforme Chaves (2001), o Liberalismo defendido por Hoffmann apesar de ser apresentado como relacionado com a democracia, era caracterizado pelo respeito aos poderes e as instituições. O autor salienta que, de certa forma, ele era semelhante ao Liberalismo dos juristas da Escola de Direito de São Paulo, o qual era ligado ao conceito de ordem e ao conservadorismo.

Hoffmann salientava que o Integralismo era uma cópia do nazismo visto como tirânico e nefasto, e que os brasileiros desvencilhados do movimento precisavam não trair o país. Já que para ele, os que envergavam a camisa verde deveriam buscar “se afastar do estigma de traidor de seu país, suprema degradação a que pode um homem chegar.” (HOFFMANN, 17 mar. 1942, p.1)

Nas publicações do jornalista no final da década de 1930, segundo Chaves (2001), era percebida a apresentação de relações entre o movimento e o Nazismo. Nesse sentido, o entendimento do Integralismo como “uma mera reprodução de modelos políticos externos”, era uma das estratégias utilizada para justificar essa oposição do jornal.

Em *Não ressuscitemos o integralismo*, veiculado no dia 2 de setembro de 1942, Hoffmann aborda novamente a noção de inspiração do movimento nas políticas autoritárias europeias, nesse caso em específico o Nazismo:

Agora ante a situação delicada em que se acha o Brasil, agora que o integralismo não quer dizer apenas extremismo, não quer dizer apenas escravidão do pensamento, mas quer dizer também traição á Pátria, desde que se mancomunou de uma feita e continua mancomunado com o nazismo, o irmão mais velho que o inspirou e que o modelou as suas mais profundas características doutrinárias, agora nós o combatemos com animo redobrado e com duplicada razão. (HOFFMANN, 2 set. 1942, p.1)

Nesse sentido, no ano de 1942, os textos do *Diário dos Campos* que fazem referência ao movimento costumam relacioná-lo principalmente com o Nazismo, que passa a ser naquele momento o inimigo da civilização e democracia apresentadas como características da sociedade brasileira.

Em *A melhor resposta aos traidores*, publicada em 10 de julho de 1942, Hoffmann novamente se refere aos esforços do jornal contra o movimento, no qual a oposição ao Integralismo é novamente justificada por sua relação com o Nazismo: “Fomos daqueles que demos combate sem trégua ao integralismo. Vergastamos o sigma quando ele se mostrava forte, quando dava as mãos ao nazismo, numa tentativa de implantar aqui o mesmo regime de escravidão imperante na Alemanha [...]” (HOFFMANN, 10 jul. 1942, p. 1)

As publicações que versavam sobre esse tema, relacionando os dois movimentos através de características negativas (nefasto, criminoso, mentiroso, traidor, tirânico), que são indicadas como opostas àquelas utilizadas para descrever o país (civilizado, democrático, digno).

A ideia expressa nesses artigos sugere que, como o jornal já havia contribuído no combate ao Integralismo, aquele era o momento da população se unir aos esforços de

erradicar qualquer sentimento que pudera ter resistido mesmo após o fim⁵⁴ de tal doutrina. E que tal empenho deveria ser direcionado então aqueles que são vistos como os novos inimigos da pátria, principalmente aos integrantes da Quinta Coluna e aos brasileiros que se mantinham neutros diante da mobilização da população.

Diante do acima exposto, percebemos que no ano de 1942 a produção jornalística do *Diário dos Campos* estimulava o fortalecimento da identidade nacional sustentada na hostilização e barbarização do inimigo. Em uma cidade com forte presença de imigrantes, a estratégia retórica empregada nas publicações era a crítica às ideias e a isenção do sujeito. Ou seja, a traição dos deveres patrióticos era apontada, enquanto que o nome do traidor permanecia no anonimato.

Com a análise do discurso presente nas publicações a respeito da mobilização em torno da guerra, é possível perceber os esforços do jornal em construir a imagem de uma cidade patriótica e cívica, que seria exemplo para todo o país.

⁵⁴ As publicações se referem ao Movimento Integralista como extinto em referência ao fim da Ação Integralista Brasileira através da dissolução dos partidos políticos pela Constituição de 1937. De acordo com Ditzel (2004), com o fim do Estado Novo em 1946, é fundado o Partido da Representação Popular que rearticula o Integralismo no país.

3. “A NOSSA ATITUDE INSPIRADA ANTES DE TUDO NO DEVER PATRIÓTICO”: O DISCURSO DO *DIÁRIO DOS CAMPOS* EM 1944

Dois anos após o reconhecimento do estado de beligerância, a mobilização da sociedade brasileira frente à guerra continuava. O ano de 1944 foi marcado pela preparação das tropas que integrariam a FEB.

Naquele contexto, o pretense exemplo de ardor patriótico ganhava ênfase na figura do soldado expedicionário que se preparava para defender a Pátria em solo europeu. No discurso veiculado pela imprensa escrita ponta-grossense, esses militares se tornaram modelo de cumprimento daquele que era apresentado como dever dos “brasileiros dignos da terra em que nasceram”.

Para aqueles cidadãos que não integravam o regimento militar, as atividades de mobilização propostas nas publicações de 1942, como a participação nos esforços de guerra e a hostilização dos inimigos, continuavam a ser incentivadas nas páginas do jornal. Isso era feito, embora o periódico desse a entender que as atitudes e comportamentos patrióticos já se encontrariam disseminados nas ações e posicionamentos da população local.

A participação do *Diário dos Campos* para além das palavras nos esforços de guerra era apresentada através da realização de campanhas encabeçadas pelo jornal. Na segunda semana de janeiro de 1944 iniciou-se uma série de publicações que visavam incentivar a população e empresas da cidade e da região a fazerem doações para aquele que seria “o maior acontecimento cívico da cidade”, a entrega de uma bandeira nacional aos soldados paranaenses que estavam partindo para o combate na Itália. Em abril de 1944, o jornal também incentiva a doação de maços de cigarros que seriam enviados a esses militares.

Naquele ano, duas linhas centrais direcionavam os discursos do jornal que traziam como plano de fundo a temática da Segunda Guerra Mundial. Foram elas: a mobilização em torno da preparação para o envio da FEB a Itália e as visitas de Getúlio Vargas ao Paraná e especificamente a Ponta Grossa. A partir desses eixos, as publicações se desenvolviam anunciando as programações cívicas que ocorriam na cidade e evocando os sentimentos da população em prol da Pátria.

Além disso, um desentendimento entre o jornal local com outro da capital paranaense, o *Diário da Tarde*, aconteceu nesse ano, decorrente de uma publicação do segundo impresso, o qual questionava a suposta falta de ardor cívico de Ponta Grossa. Desse modo, foram veiculados artigos durante três dias seguidos replicando tal “afronta” à cidade, que era apresentada como a Capital Cívica do estado.

Tendo em vista esses três temas, para a análise que se segue foram selecionados artigos produzidos pelo jornal cujos textos se revelaram mais expressivos conforme pode ser observado nas Tabelas 3 e 4. As publicações do ano de 1944 foram contabilizadas dentro de temas-chave para a realização da pesquisa, conforme a seguir⁵⁵.

TABELA 3- 1º SEMESTRE DE 1944

1944	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Nº de capas do <i>Diário dos Campos</i> consultadas ⁵⁶	22	23	27	23	25	27
Publicações sobre guerra e Ponta Grossa ⁵⁷	8	21	27	19	6	5
Publicações sobre Getúlio Vargas e o Paraná ⁵⁸	5	2	—	—	—	—
Publicações sobre a entrega da bandeira do Brasil ⁵⁹	5	5	21	9	—	—
Publicações sobre o embate entre o DC e o <i>Diário da Tarde</i>	—	8	—	—	—	—

FONTE: *Diário dos Campos*, jan.-jun. 1944.

TABELA 4- 2º SEMESTRE DE 1944

1944	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Nº de capas do <i>Diário dos Campos</i> consultadas	25	23	20	22	25	23
Publicações sobre guerra e Ponta Grossa	9	10	8	8	8	—

FONTE: *Diário dos Campos*, jul.-dez. 1944.

Nesse sentido, o presente capítulo busca, através da análise dos textos veiculados ao longo de 1944, perceber como o discurso do *Diário dos Campos* se altera ou permanece tendo

⁵⁵ Foram contabilizadas apenas as publicações produzidas pelo *Diário dos Campos*. Os textos sobre Segunda Guerra Mundial vindos através de agências de notícia não entraram na contagem.

⁵⁶ Referente ao número de jornais *Diário dos Campos* arquivados por mês no Museu Campos Gerais.

⁵⁷ Referente às publicações produzidas pelo *Diário dos Campos*, que fazem relação entre os seguintes temas: Segunda Guerra Mundial e a cidade de Ponta Grossa.

⁵⁸ Referente às publicações produzidas pelo jornal que fazem relação entre os seguintes temas: Governo Getúlio Vargas e Paraná.

⁵⁹ Referente a Campanha realizada pelo *Diário dos Campos* para a entrega de uma bandeira do Brasil aos soldados paranaenses da FEB que seguiram para a guerra na Europa.

em vista os discursos produzidos em torno dos “deveres patrióticos” propostos pelo jornal para a sociedade ponta-grossense. Nos artigos sobre Getúlio Vargas, procura-se compreender de que forma a ideologia estadonovista e o mito em torno da figura do chefe de Estado se materializam nessas publicações destinadas a população local.

3.1- “PONTA GROSSA INVOCA TODAS AS FORÇAS DE SEU CIVISMO PARA GLORIFICAR O SOLDADO DO CORPO EXPEDICIONÁRIO”: AS MOBILIZAÇÕES DE APOIO À FEB

Na perspectiva de Hobsbawm (1984), é através de símbolos nacionais que são propagados e reafirmados a identidade e soberania de um país. Nesse sentido, o autor associa práticas semi-rituais e símbolos à tomada de consciência da cidadania, considerando que nesses casos a bandeira nacional assume um papel de “personificação da nação”.

De acordo com Hobsbawm, o fenômeno nacional está intrinsecamente relacionado com a invenção de tradições, nas quais a criação de práticas, discursos e rituais se associa a uma carga simbólica e emocional. Nesse sentido, essas tradições inventadas “procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo: ‘patriotismo’, ‘lealdade’, ‘dever’, [...]” entre outros valores. (HOBSBAWM, 1984, p. 19)

Muitos governos, principalmente Estados Nacionais, segundo Hobsbawm (1984), se utilizaram da invenção de símbolos de alcance nacional para propagar a pretensa união e o sentimento da identidade nacional.

Conforme aponta Torres (2008), a bandeira nacional está relacionada com a identificação não apenas com o país, mas também e principalmente com a nação que ela representa. De acordo com o autor:

Símbolo de uma comunidade, a bandeira funciona como sinédoque visual. Ao ver-se a bandeira, ‘vê-se’ o conjunto de pessoas da unidade política nacional que ela representa. Sendo ela um símbolo geralmente muito abstrato, esta associação automática bandeira-nação é afinal um *constructio* cultural e histórico de longa fermentação. (TORRES, 2008, p. 138)

Nesse sentido, conforme Vieira (2006), é com o estabelecimento do Estado Novo que a bandeira brasileira passou a ser difundida por todo o país, como um importante elemento na veiculação de representações de caráter patriótico e em nome de determinadas concepções da nação. Avançando ainda mais nesse processo, no ano de 1937 o regime proibiu o uso de todas as bandeiras estaduais, tendo inclusive procedido a incineração de diversas delas, baseado na ideia da centralização do poder e soberania da Nação em relação aos estados. A partir de

então, foi adotado um amplo conjunto de rituais em torno da bandeira nacional, a qual passou a ser presença constante nas escolas, nas comemorações cívicas e nos desfiles patrióticos. Constatam-se assim as relações entre comemorações, festividades e política destacadas por Parada (2009).

Naquele contexto o artigo 2º da Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 determinava: “a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais.” (BRASIL, 1937)

No primeiro semestre de 1944, com a confirmação do envio de soldados brasileiros que deveriam tomar parte na guerra na Europa, organizou-se em Ponta Grossa uma campanha para incentivar e honrar esses militares no cumprimento do que se apresentava como seu dever para com a pátria. Intitulada como a “Entrega da Bandeira Nacional ao 13º R.I.”, a campanha, realizada ao longo de quatro meses, incentivou a população ponta-grossense e as empresas locais a fazerem doações para a compra de uma bandeira nacional a ser entregue ao 13º Regimento de Infantaria⁶⁰ da cidade, que estava se integrando ao Corpo Expedicionário Brasileiro.⁶¹

O *Diário dos Campos*, em evidente diálogo com aquele imaginário patriótico e nacionalista, foi o idealizador de tal empreitada lançada no dia 14 de janeiro daquele ano, contando com a parceria da Liga de Defesa Nacional – LDN, e da Rádio PR-J2⁶². Nas publicações que tratavam da campanha, foi constante a referência do jornal como o responsável por iniciar esse projeto, o qual a partir disso se colocava na posição de “intérprete dos sentimentos cívicos” da população ponta-grossense.

⁶⁰ De acordo com Frizanco e Mayer (2011; 2009), o 13º Regimento de Infantaria foi criado em 21 de junho de 1923 através do Decreto nº 16.070. Localizado no bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, o 13º RI participou das Revoluções de 1924, 1930 e 1932. Durante a Segunda Guerra Mundial enviou soldados, cabos e sargentos à Itália num total de 336 homens para lutar pela FEB, segundo Nass (2005, p. 26) 1548 soldados e 8 enfermeiras voluntárias paranaenses partiram para combater em território italiano. Esses soldados ponta-grossenses que foram convocados para completar o efetivo de guerra desde novembro de 1942, embarcaram em 23 de novembro de 1944 no 4º Escalão que chegou na Itália em 7 de dezembro de 1944. Atualmente é denominado 13º Batalhão de Infantaria Blindada- Batalhão Tristão de Alencar Araripe (13º BIB).

⁶¹ A arrecadação de fundos em campanhas cívico-patrióticas para a compra de objetos ou construção de monumentos com a intenção de “glorificar” os soldados e o exército nacional, foi comum nas décadas de 1930 e 1940. Nesse período, algumas empreitadas com esse objetivo advinham da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Segunda Guerra Mundial. Tais campanhas costumavam ser organizadas através da mobilização da imprensa, da sociedade e de autoridades políticas e militares. Como exemplo, podemos observar a Campanha pró-monumento ao Duque de Caxias promovida em Ponta Grossa no ano de 1941 (STANCIK, 1997); a Campanha Pró-monumento ao Soldado Constitucionalista organizada em 1935 (SOUZA; CRIPPA, 2008); a Campanha para compra do avião de guerra Itagiba encabeçada pelo jornal *Diário de Notícias* do Rio Grande do Sul (SILVA, 2009).

⁶² Segundo Woitowicz, Oliveira, Burnat e Bauer (2004), a Rádio Clube Ponta-grossense iniciou seus serviços em 21 de janeiro de 1940 sendo os empresários Abílio Holzman e Monel Machuca seus criadores. Com o prefixo PR-J2 ela foi a segunda rádio fundada no Paraná e a primeira no interior do estado.

Outra característica presente nesses textos é a apresentação dos esforços do impresso em transformar o gesto da entrega da bandeira nacional aos soldados em um ato de solidariedade e admiração àqueles que iriam defender ao Brasil. Isso pode ser percebido no trecho transcrito abaixo que faz parte do artigo intitulado *Ofertemos, ponta-grossenses, uma Bandeira ao 13º R.I.*, com o qual teve início a campanha e que foi veiculado no dia 14 de janeiro de 1944.

Procuremos manifestar-lhe a nossa profunda admiração, a confiança irrestrita que depositamos nele, a solidariedade de brasileiros irmanados todos nos esforços em favor de uma luta sagrada que é sustentada em nome da preservação dos princípios da Liberdade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 jan. 1944, p. 1)

A bandeira nacional era então representada pelo jornal como o símbolo da grandeza do Brasil. De acordo com as publicações do *Diário dos Campos*, esperava-se que ela representasse para os soldados expedicionários a gratidão, a fé e o orgulho que o povo ponta-grossense afirmava depositar nos militares que lutariam pelo destino da pátria. Com o parágrafo final da publicação do dia 14 de janeiro iniciou-se efetivamente a campanha. Nele o jornal convocava:

Ofertemos, ponta-grossenses, uma Bandeira, augusta Bandeira auri-verde ao nosso Regimento para, com isso, afirmar á denodada unidade de nosso Exército que ela, o vexilário sagrado, simboliza não só o que de mais caro somos e possuímos, como simboliza também a fé, a confiança e a admiração que voltamos, nesta hora sublime de sacrifícios á Pátria, aos homens que tomaram das armas para defender a honra do Brasil! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 jan. 1944, p. 1)

O artigo *A nossa gloriosa bandeira*, veiculado em 28 de janeiro de 1944 antevia a entrega da bandeira como uma “demonstração simbólica, altamente patriótica e grandemente eloquente” do patriotismo ponta-grossense. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 jan, 1944, p.1)

O sentimento cívico da população ponta-grossense e a participação da cidade nos movimentos patrióticos, naquele momento e em situações anteriores, eram constantemente mencionados pelo jornal. Isso contribuía na construção de uma representação segundo a qual Ponta Grossa e sua população seriam devotados à causa nacional em todas as circunstâncias e nunca se revelariam indiferente aos “chamados do Brasil”.

A publicação *A Entrega da Bandeira Nacional ao Corpo Expedicionário*, datada do dia 8 de março de 1944, afirmava que a cidade já havia contribuído com aquilo que podia e que “devia” na preparação material do país nos esforços de guerra. E que através da bandeira as pessoas que teriam permanecido no país agindo no *front* interno estariam glorificando aqueles que iriam empunhar fuzis em prol da pátria.

Uma das estratégias retóricas utilizadas pelo jornal naquele período era a oposição entre o bem e o mal. Nesse sentido, a batalha que o soldado brasileiro iria enfrentar era representada como travada em nome da honra e da dignidade do país que teriam sido abaladas por ataques “brutais e criminosos” feitos pelo inimigo.

A campanha em torno da entrega da bandeira nacional, que se caracterizava como uma festividade de cunho político e patriótico, era apresentada então como estimuladora da união entre civis e militares nos esforços materiais e morais pela vitória brasileira.

Os organizadores da campanha foram designados pela LDN que a patrocinava. Dentre eles se encontrava José Hoffmann, diretor do jornal e outras personalidades de projeção na sociedade local, como o industrial Adalberto Araújo, o fiscal federal Deodoro Quintiliano, Eni Espíndola e o contador Aldo Laval. A empreitada recebia também o apoio do prefeito da cidade, Albary Guimarães, o qual, em ofício endereçado a José Hoffmann em 29 de janeiro de 1944, afirmava manifestar solidariedade incondicional à empreitada. Buscava-se assim, ao nomeá-los, alimentar o imaginário segundo o qual todo e qualquer pretense “bom cidadão” estaria empenhado em favor daquela iniciativa.

O artigo *Ponta Grossa vai entregar a Bandeira Nacional ao 13º R.I.*, publicado em 30 de janeiro de 1944, trazia um fragmento desse ofício, no qual o prefeito reafirmava tal discurso, salientando que “será então magnífica ocasião para manifestarmos de forma concreta o nosso profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços que o Exército Nacional tem prestado ao nosso querido Brasil, em qualquer circunstância.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 jan. 1944, p. 1)

A movimentação em torno dessa ação passou a ser periodicamente divulgada pelo jornal e pela rádio. A campanha contou ainda com uma série de palestras cívicas, publicações de artigos patrióticos no *Diário dos Campos* e transmissões de rádio com oradores de destaque na sociedade. Atividades estas desenvolvidas pelos organizadores com o intuito de erguer “uma trincheira de civismo” em Ponta Grossa, segundo faziam questão de destacar.

Enquanto a comissão da LDN organizava o programa da solenidade de entrega da bandeira, o microfone da rádio PR-J2 recebia todos os sábados um orador convidado para discorrer a respeito dos pretendidos significados da campanha para a cidade e para os soldados da FEB. Tais discursos eram posteriormente transcritos e publicados pelo jornal *Diário dos Campos*. Para oradores eram escolhidos, segundo o impresso, “as figuras de projeção” nos círculos sociais da cidade. Dentre eles encontram-se o promotor público da comarca, Ari Florêncio Guimarães, a professora Emília Dantas, o Major Manuel Vargas, entre outros.

As publicações do *Diário dos Campos* nesse período enfatizavam que o civismo,

característica atribuída à população de Ponta Grossa em diversos momentos, deveria ser demonstrado com maior afinco diante da situação em que o país se encontrava. Tais artigos incentivavam, principalmente, as ações em apoio aos jovens soldados que partiriam da cidade e do restante do Paraná para cumprir o que era apresentado como seu “árduo dever”.

Nesse sentido, segundo o jornal, a bandeira, “símbolo da grandeza do Brasil, será também, aos olhos de nossos soldados, o vexilo resplendente a traduzir o civismo inquebrantável do povo ponta-grossense.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de jan. 1944, p. 1)

De acordo com a publicação datada do dia 5 de março de 1944, *A entrega da Bandeira Nacional ao Corpo Expedicionário*, a bandeira encomendada apresentava as seguintes características:

seda, 1,60 X 1,05 metros, bordada a ouro e prata, com globos guarnecidos de prega dourada, ornato formado de veludo de seda verde e galão dourado, lança e ponteira de metal; talabarte de mesmo veludo e guarnecido do mesmo galão; laço de seda verde e amarela, bordado a ouro com os necessários dizeres. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 mar. 1944, p. 1)

A lista de doadores que teriam contribuído com CR\$100,00 para a compra da bandeira era divulgada pelo *Diário dos Campos* seguidamente. Nela se encontravam nomes de pessoas e empresas de renome na sociedade local, tais como o prefeito Albari Guimarães, o ex-prefeito José Bonifácio Guimarães Vilela, o presidente do Centro Médico Eurico Branco Ribeiro, Agostinho Brenner, Banco Comercial do Paraná S.A., Cia. Cervejaria Andriática, Cia. Telefônica Paranaense, entre outros.⁶³

O *Diário dos Campos* utilizava a estratégia retórica de publicar a lista dos doadores, na qual apareciam nomes de pessoas e empresas de destaque na sociedade local, visando demonstrar, por intermédio do apoio recebido, a relevância que a campanha estava adquirindo e assim mobilizar mais parcelas da população.

A lista de doadores permite observar que dentre as pessoas e empresas que contribuíram com a campanha, muitos possuíam sobrenomes estrangeiros, neste caso em específico, os de origem italiana e alemã. O que demonstra a participação desses descendentes

⁶³ Lista das doações completa: Albari Guimarães, Zeno Baroncine, Artur Gomes, José Bonifácio Guimarães Vilela, Álvaro Sá, Adelardo Coleone, Bruno Roedel, Agostinho Brenner, Antonio Sad, Carlos Verlagire, Angelo Ronchi, Paulo Lange, Julio Hatschbach, Ibraim Anate, Elias Mubaiad, Carlos Mazine, Jamil Curi, João de Paula Pascoal, Alcides Bitencourt, Michel Bacila, Liceu dos Campos, Jorge Negricht, Alberto Bach e Cia., Banco Comercial do Paraná S.A., Banco do Estado do Paraná S.A., Frederico Lange e Cia., Indústrias Teófilo Cunha e Cia., Jorge Abrão Maia e Cia., Bar do Daminha, Banco do Brasil, I. M. Barreto e Cia., Ricardo Kossatz e Cia., Irmãos Voigt Cia., Telefônica Paranaense, Cia. Cerveja Andriática, Casa Romano, Darci Portela e Cia., Carlos Osternack e Cia., Indústrias Santi Ltda, Irmãos Campo Melo e Cia., Camilo Salum e Irmãos, Conti e Melo, Casas Pernambucanas, Vicente Monti e Cia., Montes e Pereira, Kosmos kominos, Cia. Prada de Eletricidade, Hermes de Macedo e Cia., Silvio Palermo e Cia., André Justus e Cia., Justus e Cia., Xavier e Cia., Laidane Farhat e Cia., Cristiano Justus Junior, Bôrtolo Rani. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 mar. 1944, p. 1)

de imigrantes nas campanhas de alinhamento patriótico em prol do Brasil no conflito contra os países de sua ascendência.

Em 11 de março de 1944, o artigo *Um gesto que dignificará P. Grossa e demonstrará que ela é, na verdade, a Capital Cívica do Paraná*, citava um fragmento de um comunicado da agência de notícias Asapress⁶⁴ aos seus assinantes, o qual se referiria à empreitada organizada pelo jornal como um “simpático movimento” patriótico que vinha obtendo solidariedade da população local.

Nessa mesma publicação, o autor, ao dialogar com o comunicado, procurava evidenciar a atenção que a campanha vinha recebendo fora da esfera local e o seu significado como expressão do patriotismo da população da cidade.

Como se vê, o patriótico movimento está encontrando carinhosa repercussão lá fora. Ponta Grossa, com ele, diz que está, unanimemente com a causa do Brasil, que está contra os hediondos inimigos do Brasil e que deseja glorificar o heroísmo do Soldado Paranaense, em cujo denodo e bravura tanto confia a Pátria nesse momento. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 mar. 1944, p. 1)

O dia 21 de abril foi o escolhido para a realização do evento, que era descrito pelo jornal como o “acontecimento cívico da mais alta expressão de toda a nossa história de cidade”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 abr. 1944, p. 1) Ou seja, uma verdadeira festa de caráter político que vinha sendo propagandeada pelos meios de comunicação local.

Com a data da solenidade definida, a comissão organizadora passou a enviar convites para diversas autoridades, como o Interventor Federal no estado, o diretor do DIP, o Ministro da Guerra e todos os prefeitos paranaenses. A resposta a esses chamados, em forma de telegramas ou ofícios, passou também a ter trechos publicados no jornal.

Em *O interventor M. Ribas entregará em nome de P. Grossa, a Bandeira Nacional ao 13º R.I.*, veiculado em 12 de março de 1944, foi publicado um ofício do Coronel Marius Teixeira Neto, comandante do 13º RI, no qual ele manifestava agradecimentos a LDN, que afirmava representar a população na campanha e salientava que teria exultado ao receber a notícia. E prosseguia afirmando, “por isso que, mais uma vez, posso averiguar não só o alto espírito de civismo dos habitantes dessa encantadora cidade, mais ainda o amor que todos os seus habitantes votam ao 13º R.I.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 mar. 1944, p. 1)

Publicado em 23 de março de 1944 o artigo *Afirma o General Gaspar Dutra, Ministro da Guerra*, reproduzia telegrama enviando em resposta ao convite para participar da solenidade da entrega da bandeira. Nele o ministro da guerra do Estado Novo declarava que

⁶⁴ De acordo com Aguiar (2009) a Asapress (Agência Sul-Americana de Notícias) era uma agência nacional de notícias que funcionou entre 1943 a 1951.

iria “envidar todos os esforços para poder assistir à grandiosa cerimônia de entrega do lábaro sagrado ao 13º R.I.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 mar. 1944, p.1)

Ainda nessa publicação, o jornal afirmava que “somente um motivo de força maior, pois, privará a Capital Cívica da honra de hospedar o grande chefe militar brasileiro e de render-lhe as homenagens devidas.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 mar. 1944, p. 1)

A tão divulgada cerimônia de entrega da bandeira foi agendada para a manhã do dia 21 de abril de 1944, dia de Tiradentes, sendo realizada no Salão Nobre do Paço Municipal, onde a bandeira encontrava-se em exposição. Ali ocorreu a sua benção pelo padre Francisco Salache, cura da catedral, e por D. Antonio Mazaroto, bispo de Ponta Grossa. Ficava assim representada a adesão da religião à causa patriótica-nacionalista encabeçada pelo jornal e a LDN local.

Dali a bandeira foi encaminhada para a Praça Barão do Rio Branco, localizada na região central da cidade, onde ocorria a concentração da população, contando de acordo com o jornal, com aproximadamente de 15 mil pessoas presentes. A abertura da solenidade aconteceu, sempre segundo o jornal, com o Hino Nacional sendo cantado pela multidão que ali se encontrava.

Em seguida, prosseguia o jornal, foram proferidos discursos pelo Cap. Carlos de Oliveira Ribeiro Campos e pelo Desembargador Brasil Pinheiro Machado, que entregou a bandeira nacional ao Cel. Marius Teixeira Neto, representante do 13º R.I. De acordo com o *Diário dos Campos* (21 abr. 1944, p.1), a festividade foi filmada pela Divisão de Cinema do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) a pedido do governo Paranaense.

A repercussão da entrega da bandeira foi publicada no dia 23 de abril de 1944 em texto que recebeu o título *Ponta Grossa, entregando a Bandeira ao 13º R.I., consagrou seu nome honroso ao heroísmo do Exército de Caxias!*. Nele eram descritos detalhadamente os acontecimentos da solenidade e nomeados os seus participantes, destacando a presença de autoridades políticas e militares de todo o Paraná.

O artigo ocupou toda a parte superior da primeira e a maior parte da oitava página do *Diário dos Campos* naquele dia. O texto ainda trazia em destaque uma manchete, que pode ser observada na Figura 5, onde se lia: *A mais brilhante página dos anais da Capital Cívica do Paraná*, a qual foi enfatizada através da utilização de recursos gráficos como a letra em maiúsculo.

Nessa publicação, o jornal afirmava que “pôde Ponta Grossa, pois, ufanar-se da página mais rutilante até hoje intercalada em seus anais. E não somos nós apenas os que o afirmam.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 abr. 1944, p. 1)

Em seguida, o artigo apresentava o nome dos generais Heitor Borges, comandante da 5ª Região Militar, representante do Ministro da Guerra no evento, e José Agostinho dos Santos, comandante da Infantaria Divisionária 5ª, como as “vozes autorizadas” que se manifestaram em relação ao evento. Ou seja, uma vez mais era empregada a estratégia retórica constantemente utilizada pelo *Diário dos Campos*, apresentando os nomes de pessoas de destaque na sociedade conferindo às suas afirmações relevância e valorização.

FIGURA 5— A mais brilhante página dos anais da Capital Cívica do Paraná

A MAIS BRILHANTE PAGINA DOS ANAIS DA CAPITAL CIVICA DO PARANÁ

Ponta Grossa, Entregando a Bandeira Ao 13º.R.I., Consagrou Seu Nome Honroso Ao Heroismo Do Exercito De Caxias!

A manhã fria e paradisíaca de 21 de abril não obstruiu o esplendor da solenidade que viaja sendo posta de com tanto carinho. Nem a friagem impediu o entusiasmo que a nobre população pontagrossense nos dias patrióticos e que se soube elevar ao máximo grau para glorificar os feitos dos soldados patrióticos dedicados para a pátria e sacrosanta missão imposta pela honra da Pátria agredida. Ponta Grossa, em consagração ao 13º R. I., em tal circunstância, os fatos sublimes partidos das cordas mais sensíveis de criação, luzi ainda mais o cognome que lhe deu, nos dias memoráveis de 1920, o Presidente Getúlio Vargas, pois demonstrou que, ela é, na verdade, a Capital Cívica do Paraná; demonstrou, através de mais comovedora eloquência, que, aqui, nesta terra de homens dignos e honrados, a dedicação à Pátria é uma prerrogativa inerente aos caracteres insuperáveis em cada oficina, em todos os templos, em todas as casas, em todos os lares, em todas as consciências; demonstrou, na linguagem inimitável consagrada nas sinceridade dos movimentos espontâneos e santos, que trabalha, que empenha-se e que luta artes em prol da grandiosa do Brasil, do que para recolher guardados para si mesma. Divulgar-se de um civismo assim febril e caloroso, é obter aqueles mesmos sacrosantos ideais que Ponta Grossa tanto tem, sabido elevar, que ela, a nossa cidade gloriosa, eleva acima de tudo e abaixo apenas de Deus.

Pode Ponta Grossa, pois, ufanar-se da página mais rutilante até hoje intercalada em seus anais. E não somente apenas os que o afirmam. Não é o nosso aserto exagerado pelos reverberos do orgulho de que estamos possuídos. O exmo. sr. Interventor Manoel Ribas e os seus altos patentes do Exército que aqui também estiveram, generais Heitor Borges e José Agostinho dos Santos, foram as vozes autorizadas que manifestaram, por gestos e por palavras, a desvanecedora e honrosa verdade.

Ponta Grossa sempre cumpriu, sempre e sempre haverá de cumprir os seus deveres para com a Pátria. Ponta Grossa celebra o valor e a bravura do 13º R. I., na paz e mais ainda na guerra, para honrar o Exército de Caxias, e tributa as suas homenagens civicas ao Exército de Caxias porque vê nele a instituição que é a lidada depositária dos mais caros tradições de glória e a suprema garantia da integridade do Brasil.

Cerca de quinze mil pessoas se concentraram no majestoso domo cívico em que ficou transformada a praça Barão do Rio Branco para assistirem, diante do sacrário da Bandeira e transtornado em sublime oblação ao 13º R. I., corpo do Exército do qual se pode dizer que ali as letras de apreensão da Pátria têm persistido em desincerto por os postos de sacrifício, de tem palhaardemente sabido transformar essa honrosa predileção em páginas do mais brilhante heroísmo.

A BENÇÃO DA IGREJA

No salão nobre do Paço Municipal, onde o rico penão auri-verde era consagrado em exposição, o Rev. Pe. Francisco Salsche, Cura da Catedral e na qualidade de representante de S. Excia. Beata D. Antônio Alencar, Bispo de P. Grossa, procedeu a cerimônia da benção ao vexillo sagrado. Era a grandeza divina impressa por um ministro de Deus ao símbolo augusto da Pátria, símbolo do qual as preces de todos os brasileiros e a impavidez de nossos soldados farão o gáudio da Vitória!

E' LEVADA A BANDEIRA PARA A PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO

Em consonância com o programa traçado, o pendão auri-verde é levado a seguir, solenemente, para a Praça Barão do Rio Branco. A genti s'ia, Walkyria de Gracia como porte-bandeira, seguida pelos gentis s'ias, Josefa Ribas e Beatriz Bitencourt de Sá. Era a alma pura da Mulher Pontagrossense, ali representada. Para significar que passando de delicadas mãos femininas para as mãos viris de nossos guerreiros, a nossa Bandeira será levada para a peleja de honra, onde irá revelar o ardor combativo, o heroísmo irredutível da gente brasileira, mas que deixará aqui, na Terra de Santa Cruz, os mementos de solidariedade humana.

E, ao lado das tres gentis senhoritas, os presidentes de nossas entidades patrióticas: sr. Adalberto Carvalho, de Arapou, da L. D. N.; D. Judith Silveira, da L. B. A.; como ainda, por força de inominável azeite, a espiçeira da guerra.

Fato também significativo e que sobremodo recomenda a elevação grau de cultura: tres almas bem brasileiras, tres nomes bem brasileiros, mas tres esbeltas figuras de mulher agasalhando ao flanco auroso ou no tráfego do donatário o contraste que repõe os omnímos presenciosos que o nazismo racista vê até mesmo nos requintados de origem etnológica, e que bebem nas profundezas do paganismo heilônico. Afirmação solene de que, no Brasil cristão e civilizado, como nos demais países em luta com os totalitários, não vivem essas nefastas ideias que ofendem até mesmo os sentimentos de solidariedade humana.

Escortando a Bandeira, o Tiro de Guerra 21, a disciplinada e garbosa escola cívico-militar, para dizer que a mocidade princepsina também se adentra no mundo das armas para a defesa do Brasil. Momento de profunda emoção foi o da entrada da Bandeira na praça Barão do Rio Branco, onde lá se encontravam as altas autoridades e grande massa popular.

NA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO

O imponente cerimonial cívico é iniciado com o Hino (Conclui na 6ª página).

O JORNAL DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Diário dos Campos

FUNDADO EM 1906

Diretor: JOSÉ HOFFMANN

Gerente: URALDINO STREMEZ — Rua Dr. Colares, 364 — Ponta Grossa, Domingo, 23 de Abril de 1944. NUM. 12.048 Caixa Postal, 147

FONTE: A mais brilhante página dos anais da capital cívica do Paraná. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 abr. 1944, p. 1.

ACERVO: Museu Campos Gerais.

Sobre o ato da entrega da bandeira nacional, o jornal afirmava que havia sido uma cena comovente. A solenidade teria contado ainda, de acordo com a publicação, com um desfile com duração de aproximadamente uma hora e meia. Dele participaram colégios e grupos escolares, os componentes da LDN, LBA e Cruz Vermelha, operários pontagrossenses e os militares do 13º RI. Para o jornal o desfile consistiu na:

[...] jornada de despedida aos nossos soldados que, com a Bandeira Nacional que lhe entregou o povo ponta-grossense, podem agora, levar nos corações a certeza de que a Capital Cívica do Paraná os acompanhará em pensamento para onde quer que forem e que cultua neles os heróis do Exército de Caxias! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1944, p. 8)

Durante os meses em que a campanha para a entrega da bandeira vigorou na cidade, as publicações a respeito estamparam diariamente a primeira página do jornal. Esses artigos traziam novas informações sobre a programação da solenidade e as falas dos oradores, escolhidos dentre as figuras de destaque nos meios intelectuais de Ponta Grossa, para a rádio PR-J2.

Os discursos sobre a importância do gesto idealizado pelo *Diário dos Campos* eram constantemente enfatizados nos artigos que traziam colocações muito semelhantes. O que diferenciava as publicações eram as informações recentes e a eloquência e o destaque a um tema em específico dentro das discussões sobre a campanha.

A atuação da imprensa no planejamento e na divulgação da preparação, da execução e da repercussão das festas e cerimônias cívicas, é observada por Unglaub (2009), assim como por Parada (2009), que identificam essa participação como parte da construção dos mitos de nacionalidade e, para o segundo autor, na construção de uma “cultura cívica”. Ou seja, a atenção dada pelos jornais a esses eventos era destinada a contribuir para o fortalecimento dos sentimentos nacionais que o governo procurava inculcar na população.

Nesse sentido, Silva (2011) salienta que “os movimentos cívicos trazem em si a intenção de educar o imaginário popular e, através de seus conteúdos, atingem o sentimento da sociedade que normalmente se faz presente [...]” (SILVA, 2011, p. 1)

Além de difundir a ideologia do Estado Novo, as cerimônias cívicas objetivavam construir e demonstrar a imagem da adesão dos brasileiros ao governo de Getúlio Vargas em prol do Brasil. A esse respeito, Lenharo (1986) observa que “as manifestações públicas visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação”. (LENHARO, 1986, p. 50)

Entendemos assim que as Festas Cívicas, como se pode observar no caso da Entrega da Bandeira Nacional ao 13º RI, com a presença de autoridades políticas e militares, se configuram como espetáculos nos quais era celebrada/reforçada a unidade da nação e exaltados os ideais e valores do regime do Estado Novo. Empreendimento que, no caso de Ponta Grossa, teve importante participação do jornal *Diário dos Campos*.

E assim, dentre essa atuação da imprensa, observamos também a contribuição dos discursos para aquilo que Lenharo (1986) denomina de “getulização do regime”, ou seja, esforços realizados através dos meios de comunicação visando apresentar ao governo como mais próximo dos brasileiros, sempre através da personificação de Getúlio Vargas como o chefe da nação. A partir da análise das publicações do *Diário dos Campos* em 1944,

procuramos constatar no próximo tópico como essa prática pode ser observada nos artigos locais.

3.2- “VIVA O HOMEM QUE CONCERTOU O BRASIL!”: GETÚLIO VARGAS E O PARANÁ

De acordo com o historiador Robert Levine (2001), Getúlio Vargas foi o “brasileiro mais influente do século XX, ocupou os postos de legislador estadual, membro do Congresso Nacional, ministro de Estado, governador, chefe revolucionário, presidente interino, ditador, senador e presidente eleito pelo povo.” (LEVINE, 2001, p. 13)

Ainda segundo o autor, Vargas era popularmente conhecido entre os brasileiros como “defensor dos marmiteiros”, “pai dos pobres”, entre outras expressões características que tendiam a remeter à figura protetora paterna. Levine (2001) salienta que no imaginário popular:

[...] Getúlio Vargas, o primeiro político do país a chegar a todos os brasileiros, torna-se o ‘padrinho’ do país. Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem deviam lealdade e que intercederia por elas, se disso se provassem merecedoras. (LEVINE, 2001, p. 150)

De acordo com Lenharo (1986), essa concepção paternal propiciava o entendimento do brasileiro como parte de um plano comunitário. Desse modo, podemos entender que tal estratégia contribuía para o fortalecimento da identidade nacional e consequentemente a participação em um grupo tendia a tornar as pessoas mais solidárias umas com as outras e com a nação.

Nesse sentido, o autor afirma que “o chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional”. (LENHARO, 1986, p. 46)

Além das mudanças sociais proporcionadas pelo seu governo para esses brasileiros, que são consideradas como motivo dessa concepção, Marialva Barbosa (2007) identifica esse processo como decorrente da atuação da imprensa no esforço de difundir essa simbologia.

Segundo a autora, durante o Estado Novo ocorreram várias iniciativas de diversos segmentos da imprensa, que agiam por adesão ou coerção, na busca pela construção do mito em torno da figura do chefe, nesse caso representado por Getúlio Vargas.

Essa mitologia identificada por Barbosa (2007) vai ao encontro ao entendimento do que ela denomina missão pedagógica do Estado. Nesta caberia ao governo a condução da

mentalidade das massas, buscando controlar a irracionalidade que era entendida como intrínseca às multidões.

Barbosa (2007) salienta também a importância da atuação do DIP na construção da imagem sacralizada do regime do Estado Novo, principalmente com a apologia ao culto a Vargas. Nesse sentido, festas, desfiles, palestras e solenidades públicas tornavam-se espaço para realizar a comunhão do presidente com a população.

Desse modo, de acordo com a autora, a atuação da imprensa no campo político proporcionava a visibilidade da simbologia criada para apresentar Vargas como o guia do povo brasileiro.

Essa construção discursiva é percebida em algumas publicações do jornal *Diário dos Campos* em janeiro de 1944, quando Vargas visitou a cidade de Ponta Grossa. Em uma delas, Getúlio Vargas era apresentado como “o homem que concertou o Brasil!” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 jan. 1944) De acordo com o jornal, essa expressão foi proferida por um “modesto” operário que acompanhava a passagem do presidente pela cidade.

Tal visita foi constantemente alardeada pelo jornal em janeiro daquele ano. No dia 23 o *Diário dos Campos* anunciava em exultante texto de primeira página, pleno de exclamações e adjetivos generosos:

“Ponta-grossenses! O presidente Getúlio Vargas estará 3ª feira próxima em nossa cidade. Atendamos aos impulsos de nossos corações e acorramos a prestar ao eminente chefe de governo, o estadista emérito que vem promovendo o engrandecimento de nosso país, as homenagens que lhe são devidas! Deixamos por alguns momentos as nossas ocupações cotidianas e num ambiente de intensa vibração cívica, expressemos ao chefe inconfundível que despertou o Brasil para as suas glórias arremetidas, que Ponta Grossa, como o Paraná, como o país todo, sabe apreciar e exaltar as grandiosas realizações de seu governo e tem razão para se regozijar da confiança irrestrita com que em 1930, viu lhe serem entregues os destinos de nossa pátria estremecida! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1944 a, p. 1)

Os boatos sobre a vinda de Getúlio Vargas ao estado já haviam estampado as páginas do jornal na semana anterior. A especulação dos jornalistas sobre quais seriam as prováveis cidades a receber tal visita era acompanhada de um discurso sobre a recepção “carinhosa” da população à notícia.

A confirmação dos rumores e a divulgação do programa oficial da recepção ocuparam a maior parte da primeira página do jornal no domingo, naquele dia 23 de janeiro. Dos oito artigos publicados na data, quatro tratavam sobre o tema, além da manchete transcrita acima que ocupou espaço considerável na parte superior da página, bem como recebeu destaque através do uso de recursos gráficos como a fonte em maior tamanho e em negrito. Essas

características da diagramação que realçam a publicação em detrimento das outras, demonstram a importância dada pelo jornal à notícia, conforme pode ser observado na Figura 6.

FIGURA 6— Ponta-grossenses!



FONTE: Ponta-grossenses! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 jan. 1944, p. 1.
ACERVO: Museu Campos Gerais.

Ao publicar as atividades oficiais planejadas o *Diário dos Campos* fez um apelo à sociedade ponta-grossense. A solicitação era para que o povo evitasse aglomeração em torno da rua pela qual o presidente passaria, assegurando assim a “disciplina da massa”. Essa preocupação com a ordem e a disciplina é característica do regime do Estado Novo, o qual, de acordo com Parada (2007), percebia no comportamento em público a possibilidade de demonstração de “civilização” e civismo. Condição essa que o jornal buscava apresentar como característica da população local.

Conforme Capelato (1989), uma das formas de controle social utilizadas pelo regime eram as festas cívicas, as quais funcionavam como um meio de educação popular que ressaltava o aspecto de união dos brasileiros e disseminava valores, como o patriotismo promovido pelo Estado Nacional. Nesse sentido, a autora afirma que:

A festa cívica se adequava perfeitamente à ideologia do regime, que propunha plena inserção do indivíduo na coletividade. Nesse espetáculo o povo estaria unido, anulando as vontades individuais, impedindo representações isoladas que poderiam provocar desordem. (CAPELATO, 1989, p. 214)

Em 23 de janeiro de 1944, o artigo *A visita do Presidente* discorria sobre o período de ausência de Getúlio na “terra das araucárias”. Segundo o jornal a última passagem dele no

Paraná teria se dado há 14 anos antes, por ocasião da Revolução de 1930⁶⁵.

A maioria das publicações referentes à visita do presidente em janeiro de 1944 evocava o imaginário da população paranaense que era representada como patriótica. Para sustentar tal entendimento o jornal se utilizava de referências a mobilização da sociedade durante a Revolução de 1930. Isso pode ser percebido no trecho de *A visita do Presidente* no qual podia-se ler:

O Paraná, com efeito, tem o seu lugar oportuno e necessário na história política do Brasil renovado. Estado chave, graças ao patriotismo e sacrifício de sua gente, logrou favorecer grandemente a vitória revolucionária das armas em 1930. E continua, nos dias presentes, a acolher e realizar com entusiasmo todas as iniciativas e reformas partidas do governo realizador do Presidente Vargas. Continua, nas horas que passamos, a contribuir com o trabalho e o esforço de sua gente, para a vitória da Pátria, na luta bélica de que ela participa. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 jan. 1944 b, p. 1)

No dia 25 de janeiro de 1944⁶⁶ com exceção de um pequeno anúncio de vaga de emprego, a primeira página inteira dissertava sobre o presidente e suas relações com o estado. Ao total são sete publicações sobre o assunto, incluindo trechos das falas de Getúlio Vargas durante sua passagem por Ponta Grossa em 1930⁶⁷, conforme pode ser visualizado na Figura 7.

Um desses fragmentos de declarações do governante, publicados em razão da sua visita a cidade em janeiro de 1944, é a sua resposta a uma pergunta feita em 17 de outubro de 1930 pelo jornal, a qual questionava sobre suas impressões em relação ao povo paranaense. Naquela ocasião Getúlio Vargas se referiu:

A impressão que tive do glorioso povo paranaense, homens e mulheres, excedeu a qualquer expectativa. Todo ele é uma flama crepitante de entusiasmo e de patriotismo pela causa nacional, encarnada na revolução triunfante. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 jan. 1944, p. 1)

Durante sua visita em janeiro de 1944, a passagem do presidente por Ponta Grossa na Revolução de 1930 foi rememorada na frase abaixo atribuída pelo jornal a Getúlio Vargas:

⁶⁵ Para aprofundar a discussão sobre a relação do Paraná com a Revolução de 1930, ver: Bondarik (2009); Frizanco e Mayer (2011); Santos (2011).

⁶⁶ Durante a pesquisa foi observado um erro de impressão no dia 25 de janeiro de 1944, o qual informa que o jornal era do ano de 1943. No entanto, sua numeração (nº 11.978) segue a do dia anterior no ano de 1944 (nº 11.977). Foram averiguadas ainda a sequência do dia da semana, a continuidade das temáticas tratadas em ambos os anos e o modo como essa publicação foi arquivada. Esses elementos asseguram o erro de impressão e confirmam que a publicação se refere ao ano de 1944.

⁶⁷ De acordo com Frizanco e Mayer (2011), durante a Revolução de 1930, Getúlio Vargas e sua comitiva, bem como as tropas que o apoiavam, utilizaram as ferrovias paranaenses para se deslocar entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Na passagem de Getúlio pela cidade, foi estabelecido em Ponta Grossa um posto de comando onde se planejava o avanço das tropas. Durante sua curta estadia, foi recebido pela população, caminhou pelas ruas da cidade e participou de um almoço oferecido por autoridades da cidade.

[illegible]

ACERVO: Museu Campos Gerais.

Nesse sentido, pode-se perceber que, ao transcrever pretensos discursos de Getúlio Vargas em suas páginas, o *Diário dos Campos* empenhava-se no sentido de reforçar a imagem que vinha difundindo em seus discursos a respeito do paranaense, representado pelo periódico como um povo profundamente impregnado pelo patriotismo. Assim, a veiculação de tais pronunciamentos de Getúlio Vargas tendia a contribuir para a construção e manutenção desse imaginário. Com a publicação desses artigos contendo fragmentos de declarações do

presidente o jornal se reafirmava como um veículo capaz de fazer a intermediação entre o governante e a população local.

Essa estratégia também contribuía na afirmação de que o patriotismo exaltado pelo jornal como característico da população constituiria um sentimento continuamente alimentado desde a última passagem do presidente pelo estado, tendo se fortalecido na década de 1940 devido à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

E assim a referência à mobilização da sociedade local em torno do conflito apareceu constantemente nas notícias do *Diário dos Campos* entre 18 de janeiro a 3 de fevereiro, mesmo quando só mencionado rapidamente, se constituía como um recurso retórico empregado no sentido de reafirmar tal fato.

O discurso patriótico nacionalista difundido pelo governo desde o ingresso de Vargas na presidência em 1930 foi então ressignificado pela guerra. Desse modo, ele é reforçado em 1944 com as mobilizações em torno da preparação da FEB e do envolvimento de soldados brasileiros em ações bélicas. Isso pode ser observado por intermédio das notas da imprensa escrita local.

No mês de janeiro com a visita do presidente e com a preparação dos soldados do 13º RI para os combates na Itália, as publicações do *Diário dos Campos* assumiram um discurso voltado a uma pretensa forma de patriotismo que podemos qualificar como bélica. Por seu intermédio buscava-se incentivar a mobilização dos ponta-grossenses em torno das batalhas enfrentadas pela pátria naquele período com o mesmo empenho que teria demonstrado junto de Vargas na Revolução de 1930. Ou seja, procurava-se fazer um paralelo entre aqueles dois momentos em que a população local teria oportunidade de manifestar seu apoio a determinadas causas tidas como de interesse de toda a nação.

Isso pode ser percebido na publicação intitulada *Presidente Getúlio Vargas: Ponta Grossa recebe hoje a v. excia. como o capitão de todas as vitórias do passado e do porvir!*, datada de 25 de janeiro de 1944. Nesta era salientada a mobilização dos ponta-grossenses em ambos os momentos e a Revolução de 1930 era definida como um “desentendimento entre irmãos”, enquanto que a Segunda Guerra Mundial era representada como um “ataque brutal do estrangeiro” que ameaçava a soberania e a liberdade da nação.

Ponta Grossa, então, mobilizava todas as forças de que dispunha, reunia todo o seu patrimônio moral e material para, em meio às mais eloquentes e apoteóticas manifestações que é capaz a alma popular, colocar-se, resoluta, ao lado daquele que capitaneava a épica jornada. [...] Hoje, que Getúlio Vargas retorna á nossa cidade, está novamente mobilizado o nosso espírito combativo. Mas para uma mais grave, mais áspera e mais sagrada luta. [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 jan. 1944, p. 1)

Maurício Parada (2007) aponta a estratégia do governo federal ao, através de cerimônias cívicas, direcionar a atenção da população para as figuras e eventos exemplares do passado. O uso dessa estratégia também pode ser percebido nos discursos produzidos pelo *Diário dos Campos*, nos quais construções de representações ligadas a acontecimentos cotidianos eram constantemente fortalecidos através da exemplaridade do passado.

Durante a visita a cidade no dia 26 de janeiro, lembrava o jornal, Getúlio Vargas foi recebido por autoridades políticas, militares e religiosas locais. Visitou o Paço Municipal, a estrada em construção que ligaria Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, a Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, e assistiu ao desfile em sua honra, realizado pelo 13º RI e pelo Corpo de Bombeiros. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 26 jan. 1944, p. 1)

A disciplina apontada anteriormente em relação à população foi novamente destacada pelo jornal quando esse fez referência aos soldados do 13º RI. De acordo com a publicação *Vejo em P. Grossa o mesmo povo e o mesmo inflamado civismo*, esse teria sido um dos aspectos elogiados pelo presidente:

O garbo e a disciplina demonstrados pelo glorioso Regimento de Uvaranas foram imponentes. O Presidente Getúlio Vargas, dirigindo-se ao comandante da unidade, felicitou-lhe com as seguintes palavras: – Parabéns, cel., Marius: a sua tropa está em magníficas condições de preparo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 26 jan. 1944, p. 1)

Passada a visita, foi proposto um balanço da presença de Getúlio Vargas na cidade pelo *Diário dos Campos*, na publicação *Ponta Grossa e o Presidente Vargas*, veiculada no dia 3 de fevereiro de 1944. Nela, a preparação dos soldados do 13º RI para a Segunda Guerra Mundial, elogiada pelo presidente, foi apresentada como uma nobre e honrosa atitude dos “filhos de Ponta Grossa” e das outras cidades do Brasil em servir ao país.

O jornal novamente se utilizava da referência a Ponta Grossa de 1930, assim como a de 1944 apresentada como “sempre solícita ao chamado do patriotismo”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 fev. 1944, p. 1)

A visita de Getúlio Vargas era enfim destacada como “extraordinária”, “empolgante” e “inesquecível”, sendo então um “dos fatos mais expressivos destes últimos anos” para a cidade. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 fev. 1944, p. 1)

Assim como Capelato (1989, p. 221) observa que a imprensa paulista da época “não poupava elogios ao governante”, percebemos a mesma prática nos discursos do jornal pontagrossense. Nestes, conforme evidenciam os exemplares consultados do jornal *Diário dos Campos*, Getúlio Vargas foi constantemente referenciado como “eminente patrício”, “magnânimo”, “justo”, “benemérito”, “valeroso” entre outros adjetivos.

Diante de tal constatação, entende-se que o *Diário dos Campos* também se envolveu, localmente, no esforço em favor da produção e divulgação da simbologia criada em torno da figura de Getúlio Vargas. As publicações analisadas demonstram o esforço na construção e perpetuação do imaginário do governante como um homem do povo que havia se comprometido com o engrandecimento do Brasil.

Em relação à atuação da propaganda dos meios de comunicação na disseminação da mitologia do Estado Novo, Lenharo (1986) afirma que:

Esse traço de getulização do regime aponta claramente para a confluência da abordagem psicanalítica da propaganda com a sua organização maquínica propriamente dita. Por meio da afirmação da onipresença unidimensional da pessoa física e simbólica, assegurada pelos meios de comunicação, a imagem do chefe ganha contornos morais perfilados, a se reproduzirem nas infundáveis situações entre os subalternos e a autoridade do chefe. (LENHARO, 1986, p. 48)

Hosbawm (1984), por sua vez, salienta que na invenção de uma tradição “sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (HOSBBAWM, 1984, p. 9). Nesse sentido, as referências ao passado da cidade e a relação do presidente com esse passado tenderiam a legitimar ainda mais essa construção.

Nesse caso, o frequente uso da expressão “Capital Cívica” nas publicações do jornal faz essa rememoração do passado e a imagem de Ponta Grossa como uma cidade patriótica tendia a ser apresentada como algo já estabelecido.

Colocar em dúvida esse civismo e patriotismo que eram tão alardeados pelo *Diário dos Campos*, principalmente por ser característica reconhecida e afirmada por Getúlio Vargas, segundo o jornal, ocasionaria um grande desentendimento entre os envolvidos. E isso ocorreu ainda no ano de 1944, quando um jornal curitibano levantou questionamentos sobre esse pretenso devotamento da cidade à pátria. Os desdobramentos dessa discussão são tratados no tópico a seguir.

3.3- “PONTA GROSSA NÃO É SENHORES, UMA CIDADE DESVIRILISADA E INDIFERENTE Á PÁTRIA”: O EMBATE ENTRE *DIÁRIO DOS CAMPOS* E *DIÁRIO DA TARDE*

Ao longo de toda a amostra analisada nessa pesquisa, os discursos do *Diário dos Campos* tendiam a ressaltar continuamente o pretenso patriotismo da população local, o qual era apresentado como intrínseco e exemplar do povo ponta-grossense. Quando em fevereiro

de 1944 essa pretensa característica foi questionada pelo jornal curitibano *Diário da Tarde*⁶⁸, uma série de publicações de ambas as partes passaram a ser veiculadas, defendendo diferentes e contraditórios argumentos.

Conforme aponta Woitowicz (2003), no início do século XX o *Diário da Tarde* se constituía como o jornal mais avançado tecnicamente e o de maior circulação no estado. Em sua análise a autora observou a definição que o periódico apresentava de si mesmo nas suas publicações como o mediador dos interesses da população curitibana. Nesse sentido podemos compreender que:

O jornal representou um veículo de informação e transmissão de cultura, da sociabilidade e da trajetória política da capital paranaense, servindo como porta-voz de tendências, tensões e posicionamento da sociedade em momentos distintos da vida pública. (WOITOWICZ, 2003, p. 4)

O estopim do desentendimento entre o *Diário dos Campos* e o *Diário da Tarde* foi veiculado pelo segundo periódico a partir do dia 2 de fevereiro de 1944, em publicação intitulada *Tenhamos coragem: denunciemos aqueles que estão contra o trabalho em que se empenham as autoridades*. A publicação escrita em Ponta Grossa pela sucursal ocupava a 6ª página do jornal e se dedicava a enfatizar a ação de vigilância contra os inimigos do país, ou seja, aqueles que eram suspeitos de práticas que os ligassem aos nazistas, integralistas, quinta-colunistas e todos os demais que, segundo o jornal, tenderiam a menosprezar o sentimento patriótico.

Nesse sentido, o artigo discorria fazendo a barbarização do inimigo e incentivando veementemente a denúncia para as autoridades daqueles apresentados como traidores. O que causou a reação do *Diário dos Campos* foi a afirmação segundo a qual: “Ponta Grossa, no entanto, parece ser uma faixa territorial à parte do Brasil, onde tudo é diferente e onde o sentido de Pátria parece ter desaparecido para ceder lugar ao quinta-colunismo que campeia desenfreadamente. (DIÁRIO DA TARDE, 2 fev. 1944, p. 6)”

Dos oito artigos escritos pelo jornal ponta-grossense em torno do desentendimento e que ocuparam espaço privilegiado nas primeiras páginas, destaque que pode ser observado na Figura 8, sete citaram a polêmica declaração. A acusação foi constantemente descrita como injusta, absurda, leviana, grosseira, ultrajante, atrevida, insolente e covarde. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 3 a 10 fev. 1944, p. 1)

⁶⁸ De acordo com Pilotto (1976) o jornal *Diário da Tarde* (DT) foi criado em Curitiba no dia 18 de março de 1899 por Estácio Correia. Segundo Woitowicz (2003), ele é o jornal mais antigo do Paraná, com 114 anos de atuação.

FIGURA 8— Ponta Grossa não é senhores

[illegible]

FONTE: Ponta Grossa não é senhores. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 fev. 1944, p. 1.
ACERVO: Museu Campos Gerais.

Para o *Diário dos Campos* o discurso proferido pelo jornal de Curitiba soou como uma ofensa que teria generalizado a toda a população ponta-grossense o rótulo de traidora. População esta frequentemente apresentada pelo jornal local como nobre, culta, ativa, honrada, laboriosa, pacífica, ordeira e extremamente patriótica.

Para justificar o entendimento da frase como absurda, o *Diário dos Campos* no artigo *Ponta Grossa não é senhores, uma cidade desvirilizada e indiferente a Pátria*, veiculado no dia 3 de fevereiro de 1944, esforçava-se por reforçar a crença na atuação da cidade na realização de deveres patrióticos, no passado e no presente. Nesse intuito, foram ressaltados os esforços de guerra realizados na cidade através das campanhas promovidas pela LDN e a LBA, muitas das quais com a participação do jornal na sua divulgação e promoção.

Na publicação do dia 4 de fevereiro de 1944, *Alhos com bugalhos*, o *Diário dos Campos* apontava que acusar os traidores era “um dever cívico indeclinável, necessário e urgente” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 4 fev. 1944, p. 1). Porém, enfatizava o artigo, acusar toda uma cidade era uma generalização absurda. Salientava também que em qualquer cidade, mesmo em Curitiba, poderiam existir maus brasileiros e inimigos, mas que isso não significava que toda a população não cumpriria aqueles que eram apontados como os deveres patrióticos.

Nesse sentido destacavam que “acusar-se Ponta Grossa, uma cidade, um povo todo, ao invés de atacar os indivíduos que possam ser culpados e condenados” não seria “coisa de gente sensata”. E prosseguia “não é jornalismo, não é patriotismo, não é nada... Isso é confundir alhos com bugalhos.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 4 fev. 1944, p. 1)

Diante disso, em suas publicações o *Diário dos Campos* se colocava como o defensor de Ponta Grossa e exigia que o jornal curitibano se retratasse para reparar algo que era descrito como uma injúria cometida contra a cidade.

Em resposta a esse ultimato, o *Diário da Tarde* publicou no dia 5 de fevereiro o artigo *Ponta Grossa não está em foco!*, no qual afirmava que não atacou a cidade, que seu discurso visava apenas atingir aos inimigos da pátria e que ninguém os intrigaria com a população local. O jornal explicava ainda que estava escrevendo uma série de artigos denunciando os traidores no exercício do que era apresentado como seu dever de “trincheira” pela causa do Brasil.

Afirmavam também que não retirariam nada do que haviam dito e justificavam a acusação que teria proporcionado a discórdia alegando que Ponta Grossa abrigava espiões e maus brasileiros que deveriam estar na cadeia; que na cidade integralistas ocupariam posições de destaque; que a população não participaria ativamente dos comícios de esforços de guerra e que alemães obteriam proteção e privilégios em detrimento de brasileiros natos. Nessa publicação era lançado também um desafio para que o *Diário dos Campos* provasse o contrário das acusações levantadas.

O *Diário da Tarde* prosseguia sua defesa — que era também uma acusação — tecendo críticas ao autor do artigo publicado pelo *Diário dos Campos*, afirmando que este era conhecido por ser “integralista dos mais apaixonados” e que buscava apenas se aproveitar da publicação que provou o desentendimento para “fazer média”. (DIÁRIO DA TARDE, 5 fev. 1944, p. 1)

Considerando-se, conforme exposto ao longo do capítulo anterior, que os discursos de autoria do diretor do *Diário dos Campos* José Hoffmann tendiam a apresentar fortes críticas ao Integralismo, percebe-se que tal acusação contribuiu para aumentar a indignação dos redatores do jornal ponta-grossense.

Em algumas publicações que tratavam sobre o desentendimento, percebe-se a apresentação do jornal ponta-grossense como um “colaborador dedicado” nas causas patrióticas. Isso pode ser observado no trecho transcrito a seguir, publicado no dia 5 de fevereiro, cujo título era *Pretenderá o “Diário da Tarde” com seu silêncio reafirmar que Ponta Grossa é uma cidade indigna do Brasil, sem noção do seu dever patriótico?*. Neste, o *Diário dos Campos* procurava demonstrar sua adesão ao combate àqueles pretensos inimigos da Pátria:

DIÁRIO DOS CAMPOS, que foi o primeiro jornal do Brasil a combater o Partido Nazista, quando este desfilava arrogante pelas nossas ruas; DIÁRIO DOS CAMPOS, que foi o único jornal do Paraná, que assumindo atitude desassombrada, desprezando ameaças e jogando com a vida de seus redatores, atacou candentemente o integralismo quando o sigma era visto ostentando as suas forças por todos os recantos do Brasil; — DIÁRIO DOS CAMPOS sempre tem procurado cumprir com o seu dever cívico e, sobretudo nesta hora, o procura cumprir com a compenetração e o desvelo devidos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 5 fev. 1944, p. 1)

Nas publicações que giravam em torno do desentendimento, o *Diário dos Campos* procurava reafirmar a imagem que vinha empenhando-se para construir de “servidor devoto da população” da cidade. Para isso, além de ressaltar suas publicações anteriores, o jornal constantemente se referia às campanhas que promovera em favor dos esforços de guerra, como a entrega da bandeira nacional ao 13º RI, que estava em andamento naquele momento.

No artigo *...E o vespertino mantém a sua atitude de afronta à população ponta-grossense*, veiculado em 6 de fevereiro, o *Diário dos Campos* empenhava-se para refutar acusação presente na publicação de 5 de fevereiro do *Diário da Tarde*, a qual asseverava: “porque temos Ponta Grossa no coração é que nos entregamos à luta, tentando evitar que a cidade seja dominada pelo quinta-colonismo.” (DIÁRIO DA TARDE, 5 fev. 1944, p. 1)

De acordo com o jornal ponta-grossense, o *Diário da Tarde* entendia que a população de Ponta Grossa não estava vigilante em defesa da Pátria. Consequentemente, levava a crer

que as autoridades, a magistratura, o 13º RI e o povo em geral estavam de braços cruzados perante a suposta ameaça da Quinta Coluna.

Diante da negativa do jornal curitibano em se retratar, o *Diário dos Campos* passou para a ação. Segundo o artigo *O protesto de Ponta Grossa contra o insulto atrevido*, veiculado na primeira página de 6 de fevereiro de 1944, a população da cidade estaria indignada com as acusações recebidas. O jornal ponta-grossense atendendo aos interesses dos cidadãos teria então resolvido enviar um telegrama apelando ao Interventor Manuel Ribas que tomasse as “devidas providências” em relação à ofensa.

O telegrama foi assinado por figuras representativas da sociedade e estava a disposição na redação do jornal para que a população interessada pudesse assinar. Dentre as pessoas que assinaram estavam: Adalberto de Araújo, presidente da LDN; Judith Silveira, presidente da LBA; José Azevedo Macedo, presidente da Cruz Vermelha; Leopoldo Guimarães da Cunha, vice-presidente do Centro de Comércio e Indústria; Milton Lopes, presidente do Centro de Puericultura; Raul Pinheiro Machado, presidente do Clube Ponta-grossense; Aldo Laval, pelo Centro Operário Cívico e Beneficente; Deodoro Quintiliano, presidente do Tiro de Guerra 21; Nivon Weigert, presidente da Liga dos Advogados de Ponta Grossa; e João Anes Sobrinho, presidente da Liga Ponta-grossense de Futebol.

A publicação da lista de nomes dos assinantes seguida de sua posição de destaque na sociedade ponta-grossense consistia, uma vez mais, na sempre adotada estratégia retórica do jornal, já que conferia ao telegrama e à notícia maior visibilidade e valorização, bem como pretendia incentivar a adesão da população na empreitada.

Enquanto não havia resposta ao telegrama, as publicações sobre o desentendimento continuaram de ambos os lados. No dia 8 de fevereiro o *Diário da Tarde* publicou *O Sigma e a Swastica em Ponta Grossa*, no qual sustentava suas afirmações anteriores e declarava que não retrocederia, pois estaria agindo de acordo com o seu dever patriótico.

Nesse artigo, o jornal curitibano afirmava que Ponta Grossa era um “ninho nazi-integralista” e o núcleo de quinta-colunismo mais perigoso de todo o estado. Para confirmar as acusações, apegavam-se ao argumento de que nas últimas eleições na cidade o candidato democrático teria obtido difícil vitória.

A maioria das publicações do *Diário dos Campos* sobre a discórdia se referia a expressão “Capital Cívica do Paraná” para reforçar a defesa do patriotismo indicado pelo periódico como característico da população ponta-grossense. O fato de tal declaração ser atribuída a Getúlio Vargas conferia ao título maior importância, principalmente após a segunda visita do presidente a cidade. O uso dessa expressão como justificativa para o

sentimento cívico do povo da cidade também era questionado pelo *Diário da Tarde*, que apontava haver ali um evidente anacronismo, uma vez que, segundo o jornal:

o qualitativo de “Capital Cívica do Paraná” dado á cidade pelo Presidente Vargas, numa época que ainda não havíamos topado com as atividades nazistas dentro do nosso território, e quando, por isso mesmo todos, estrangeiros de qualquer procedência, gozavam da mais ampla liberdade e dos mesmos direitos atribuídos aos nacionais, a tal ponto que destacados cargos públicos eram ocupados por alemães natos. (DIÁRIO DA TARDE, 8 fev. 1944, p. 1)

O *Diário dos Campos* em 9 de fevereiro de 1944 na publicação *Um repto que lançaríamos si o vespertino tivesse envergadura moral para aceitá-lo*, apresentava as acusações do *Diário da Tarde* como uma campanha contra Ponta Grossa e questionava quais seriam as motivações do jornal ao depreciar a cidade. Também fazia uma sugestão para que o tempo e os esforços utilizados para atacar a população ponta-grossense fossem utilizados em prol das cruzadas patrióticas.

O jornal ponta-grossense então apontava que se o *Diário da Tarde* não fosse “covarde”, lançariam um desafio para que seus editores provassem as graves acusações revelando os nomes dos quinta-colunistas que supostamente estariam agindo na cidade. Importante lembrar que o próprio *Diário dos Campos* não costumava, em suas publicações, citar nomes de pessoas atrelados ao Integralismo ou Nazismo na cidade, mas exigiam que o outro jornal o fizesse.

O desentendimento foi finalizado após a resposta do Interventor Manuel Ribas ao telegrama enviado pelos ponta-grossenses. Na publicação *O Interventor Manuel Ribas está com Ponta Grossa*, veiculada no dia 10 de fevereiro daquele ano, o *Diário dos Campos* informava que as providências solicitadas pela população não tardaram a obter retorno. Segundo o texto, em comunicação por telefone com o prefeito Albary Guimarães, o chefe do estado do Paraná teria solicitado que fosse transmitido aqueles que assinaram o telegrama o ponto de vista do governo sobre o patriotismo da cidade.

Com o apoio recebido por parte do governo do estado, o jornal então finalizava a discórdia com o *Diário da Tarde* após a seguinte declaração:

Está, pois, finda a questão. Afastemos, agora, o nosso olhar de indignação do ‘Diário da Tarde’, e o voltemos, cheio de doçura e reconhecimento, com a dignidade de quem sabe defender os seus sentimentos de brio, ao preclaro patrício que vem norteando tão sabiamente os destinos do Estado. Interventor Manuel Ribas: Ponta Grossa está satisfeita e se orgulha de v. excia! (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 fev. 1944, p. 1)

A repercussão dada a esse desentendimento entre os dois jornais demonstra a preocupação do *Diário dos Campos* em contribuir na construção da representação de Ponta

Grossa como uma cidade patriótica e devotada inteiramente às causas do Brasil através de seus discursos.

O empenho do jornal nessa construção, que já era percebido nos seus discursos em 1942, foi fortalecido com a presença de Getúlio Vargas na cidade em janeiro de 1944. Os discursos do periódico então passaram a relacionar a recepção ao presidente feita pelos pontagrossenses como uma amostra do ardor patriótico de Ponta Grossa.

As publicações que organizavam e divulgavam eventos cívicos na cidade eram apresentados pelo jornal como seu suposto dever de ação. Atitude essa, que segundo o *Diário dos Campos*, era esperada de todos os brasileiros que permaneciam no *front* interno.

Desse modo os discursos produzidos pelo jornal em 1944 demonstram os seus esforços na construção e legitimação da representação de Ponta Grossa como uma cidade patriótica exemplar e em se apresentar como um veículo de informações empenhado na causa brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento de que haveria uma ameaça exterior ao território e à sociedade brasileira em decorrência da Segunda Guerra Mundial possibilitou a intensificação do projeto pela união nacional. O nacionalismo incentivado pelo governo de Getúlio Vargas foi ressignificado pelo conflito, as mobilizações da sociedade nos esforços de guerra tornaram-se então elemento fortalecedor do patriotismo estadonovista.

Com a entrada do país no conflito, a imprensa brasileira passou a veicular discursos nacionalistas que remetiam às ações bélicas. Desse modo, o incentivo à contribuição para a vitória do Brasil vinha acompanhado do estímulo ao comportamento patriótico.

As publicações produzidas no período pelo jornal ponta-grossense *Diário dos Campos* se caracterizavam por adaptar para as particularidades locais, ideias e debates discutidos no contexto nacional. Nesse sentido, a prática de apropriação realizada pelo periódico é percebida nos artigos que buscavam educar a população da cidade nos princípios do regime do Estado Novo e na preparação para a criação do *Front* interno.

A guerra estimulava o comportamento cívico e a atitude ofensiva ao elemento estrangeiro, consequentemente contribuía na mobilização patriótica e na união dos brasileiros incentivadas pelo governo. Em Ponta Grossa, as publicações da imprensa escrita instigavam a sociedade a participar ativamente em prol da preparação do país para o conflito.

De acordo com esses artigos, cada ponta-grossense tinha um papel a desempenhar nos esforços de guerra. O jornal salientava que mais do que dizer estar a favor do Brasil no conflito, era necessário ultrapassar a barreira da palavra e entrar no campo da ação, exteriorizando assim os seus sentimentos patrióticos. Para aqueles impossibilitados de partir para o combate integrando a Força Expedicionária Brasileira, restavam as atividades de mobilização e prontidão no *Front* interno. Dentre elas, estava a participação nas organizações voluntárias como a LBA, a LDN e a Cruz Vermelha, nos eventos patrióticos realizados na cidade e na vigilância do elemento estrangeiro.

Independente de qual a atividade escolhida, os discursos do *Diário dos Campos* ressaltavam que nenhum brasileiro “consciente” poderia deixar de cumprir com aquele que era apresentado como seu “dever” naquele momento. Assim sendo, o próprio jornal se apresentava como dedicado as causas nacionais e ressaltava o papel da imprensa como arma de guerra.

Com o reconhecimento do estado de beligerância, o elemento nacional passou a ser cada vez mais valorizado em detrimento do estrangeiro. Anteriormente a esse período, o

governo brasileiro já havia estabelecido medidas em busca da assimilação dos imigrantes e seus descendentes à cultura nacional. Tais determinações, no entanto, se fortaleceram com a entrada do país no conflito.

No caso específico de Ponta Grossa, que contava com a presença de imigrantes em sua sociedade, em especial alemães e italianos, as publicações da imprensa escrita estampavam discursos que incentivavam uma atitude ofensiva e de vigilância para o controle da influência estrangeira no país. Os artigos do *Diário dos Campos* demonstravam o empenho em transformar o “Outro”, fazendo-o passar de elemento estranho para elemento dedicado àquela que era proposta como a causa nacional.

Os discursos do jornal passavam então a incentivar o estabelecimento de uma mentalidade ofensiva, capaz de orientar práticas supostas como favoráveis ao país. Em meio a isso, aqueles imigrantes e seus descendentes que não assumiam uma postura em prol do Brasil eram entendidos como traidores e inimigos internos.

Aos inimigos alemães e italianos eram atribuídas diversas características negativas nas publicações do jornal, eles eram comumente apresentados como covardes, selvagens, sanguinários, entre outros adjetivos. Nesses discursos ocorria a barbarização e a hostilização desses estrangeiros que eram entendidos como uma ameaça ao fortalecimento da identidade brasileira.

As publicações analisadas também demonstram o empenho do jornal em se apresentar como um veículo de informações que, para além do discurso jornalístico, também realizava ações que visavam os esforços patrióticos. Um exemplo disso é a organização de eventos e campanhas encabeçadas por sua equipe editorial e o desempenho desses profissionais nas organizações voluntárias em prol das mobilizações de guerra.

A participação efetiva da sociedade ponta-grossense nos eventos cívico-patrióticos organizados e divulgados pelo jornal era apresentada em seus discursos como o cumprimento do “dever” de ação e como uma demonstração da representatividade do *Diário dos Campos* para a população.

O desempenho do periódico na disseminação da imagem de Ponta Grossa como uma cidade patriota e exemplar para todo o país era reforçado pelas frases atribuídas a Getúlio Vargas em suas visitas a região, as quais, ao ressaltar o ardor patriótico dos ponta-grossenses, acrescentavam valor a essa construção.

As publicações produzidas e divulgadas pelo jornal ponta-grossense nos anos de 1942 e 1944 demonstram os seus esforços em colaborar para a vitória brasileira. Ao incentivar a mobilização da população, o *Diário dos Campos* contribuía na criação e fortalecimento da

imagem de Ponta Grossa como uma cidade patriótica e de si mesmo, enquanto membro da imprensa brasileira, como representante dos ideais nacionais.

FONTES

Jornal Diário da Tarde. jan.- jun. 1944. Acervo Biblioteca Pública do Paraná.

O SIGMA e a Swastica em Ponta Grossa. *Diário da Tarde*. Ponta Grossa, 8 fev. 1944, p.1.

PONTA GROSSA não está em foco! *Diário da Tarde*. Curitiba, 5 fev. 1944, p. 1.

TENHAMOS coragem: denunciemos aqueles que estão contra o trabalho em que se empenham as autoridades. *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 fev. 1944, p. 6.

Jornal Diário dos Campos. jan. 1939- dez. 1945. Acervo Museu Campo Gerais.

A CAMPANHA do metal. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 set. 1942, p. 1.

A CRUZ Vermelha em Ponta Grossa inicia auspiciosamente a sua atividade. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 6 nov. 1942, p. 1.

A ENTREGA da Bandeira Nacional ao Corpo Expedicionário. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 mar. 1944, p. 1.

A ENTREGA da Bandeira Nacional ao Corpo Expedicionário. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 8 mar. 1944, p. 1.

A NOSSA gloriosa bandeira. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 28 jan. 1944, p. 1.

A VISITA do Presidente. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 jan. 1944 b, p.1.

ABJURAÇÃO que significa cumprimento de um dever sagrado para com o Brasil. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 21 ago. 1942, p.1.

AFIRMA o General Gaspar Dutra, Ministro da Guerra. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 mar. 1944, p.1.

ALHOS com bugalhos. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 4 fev. 1944, p. 1-6.

ASSIM falam os brasileiros conscientes. *Diários dos Campos*. Ponta Grossa, 13 out. 1942, p. 1.

BLACK-OUT em Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 14 out. 1942, p. 1.

COMÍCIOS. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 19 ago. 1942, p. 1.

COMO Ponta Grossa trabalha para que o Brasil afrente a guerra. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 13 nov. 1942, p. 1.

CONVITE ao povo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 15 mar. 1942, p.1.

CONVITE ao povo ponta-grossense. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 6 set. 1942, p. 1.

DAÍ não há fugir. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27 ago. 1942, p.1.

DEPOIS dos comícios. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 30 ago. 1942, p. 1.

...E O VESPERTINO mantém a sua atitude de afronta á população ponta-grossense. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 6 fev. 1944, p. 1.

É SEMPRE com emoção que me lembro de Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 26 jan. 1944, p. 1.

FALARÁ, hoje, uma interprete da mulher ponta-grossense. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 16 abr. 1944, p. 1.

HOFFMANN, José. A melhor resposta aos traidores. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 10 jul. 1942, p. 1.

_____. Carta aberta aos brasileiros descendentes de alemães. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 6 set. 1942, p. 1.

_____. Com o Brasil acima de tudo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 17 mar. 1942, p.1.

_____. Não ressuscitemos o integralismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 2 set. 1942, p. 1.

_____. Revérberos do passado crepitando no presente. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 19 set.1942, p.1.

IMPRENSA e política. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 ago. 1944, p. 1.

IMPRESSÃO de sua excia. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 25 jan. 1944, p. 1.

LEGIÃO Brasileira de Assistência: Os estrangeiros não podem esquivar-se de auxiliar à benemérita instituição. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 nov. 1942, p. 1.

NÃO permitamos que a Quinta Coluna nos faça esquecer que estamos em guerra! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 22 set. 1942, p. 1.

O EXEMPLO de Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 set. 1942, p. 1.

OFERTEMOS, ponta-grossenses, uma Bandeira ao 13º R.I. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 14 jan. 1944, p.1.

O PRIMEIRO exercício de “Black-out” em Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 18 nov. 1942, p. 1.

OS BRASILEIROS verdadeiros não conhecem a traição. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 20 out. 1942, p. 1.

O INTERVENTOR Manuel Ribas está com Ponta Grossa. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 10 fev. 1944, p. 1.

O INTERVENTOR M. Ribas entregará, em nome de P. Grossa, a Bandeira Nacional ao 13º R.I. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 12 mar. 1944, p. 1.

O PROTESTO de Ponta Grossa contra o insulto atrevido. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 6 fev. 1944, p. 1.

O VALHACOUTO do nefando espírito hitlerista deve ser suprimido. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 1 out. 1942, p. 1.

PRESIDENTE Getúlio Vargas: Ponta Grossa recebe hoje a v. excia. como o capitão de todas as vitórias, do passado e do porvir! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 25 jan. 1944, p. 1.

PONTA GROSSA e o Presidente Vargas. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 fev. 1944, p. 1.

PONTA Grossa, entregando a Bandeira ao 13º R.I., consagrou seu nome honroso ao heroísmo do Exército de Caxias! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 abr. 1944, p. 1.

PONTA GROSSA não é senhores, uma cidade desvirilizada e indiferente á Pátria. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 3 fev. 1944, p. 1.

PONTA GROSSA trabalha para que o Brasil afrente a guerra. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 13 nov. 1942, p.1.

PONTA GROSSA vai ensaiar a guerra. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 7 nov. 1942, p. 1.

PONTA GROSSA vai entregar a Bandeira Nacional ao 13º R.I. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 30 jan. 1944, p. 1.

PONTA-GROSSENSES! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 23 jan. 1944 a, p. 1.

PRETENDERÁ o “Diário da Tarde” com seu silêncio reafirmar que Ponta Grossa é uma cidade indigna do Brasil, sem noção do seu dever patriótico? *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 fev. 1944, p. 1.

QUANDO a polícia e o povo tem o mesmo dever. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 15 set. 1942, p. 1.

QUEM recusa armar-se de animo agressivo contra os inimigos do Brasil — Está traindo o Brasil. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 5 set. 1942, p.1.

QUINTA colunismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 18 ago. 1942, p. 1.

SALVE Brasil! Um apelo do Diário dos Campos á Capital Cívica do Paraná. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 25 ago. 1942, p. 1.

TODA a cidade na maior demonstração de fé no Brasil e na vitória da Liberdade! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 20 abr. 1944, p. 1.

UM gesto que alta significação terá. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 15 jan. 1944, p.1.

UM gesto que dignificará P. Grossa e demonstrará que ela é, na verdade, a Capital Cívica do Paraná. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 11 mar. 1944, p. 1.

UM REPTO que lançaríamos se o vespertino tivesse envergadura moral para aceitá-lo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 9 fev. 1944.

VEJO em P. Grossa o mesmo povo e o mesmo inflamado civismo. *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 26 jan. 1944, p. 1.

VIVA o homem que concertou o Brasil! *Diário dos Campos*. Ponta Grossa, 27 jan. 1944, p. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: ensino de história na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. v. 18. n. 36. São Paulo, 1998.
- AGUIAR, Pedro. Notas para uma história do jornalismo de agências. *Anais do VII Encontro Nacional da história da mídia*. Fortaleza, 2009.
- ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*: história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.
- ALVES FILHO, Francisco. O pé biográfico e a constituição da autoria em artigos de jornal. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, v. 8, n. 2, p. 335-351, mai/ago 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ed Ática, 1985.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ARAÚJO, R. B. de. *Totalitarismo e revolução*: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- AZEVEDO, Carlos. *Meios de comunicação como armas de guerra*. BOCC — Biblioteca online de ciências da comunicação. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/azevedo-carlos-comunicacao-armas-guerra.pdf Acesso em: 14/04/2014.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1900/2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. *Enciclopedia Einaudi- Anthropos Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 20 jul. 2014.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *REPENSANDO o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BONDARIK, Roberto. Confrontos armados da revolução de 1930 no Paraná: o combate de Quatingá. *Anais do IV Congresso Internacional de História*. UEM; Maringá, 2009.

BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. In: *BOLETIM Informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22, nº 107, out. 1995.

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. *Diário dos Campos: Memórias de um jornal centenário*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.16, nº31 e32, 1996.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

_____.; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Virginia Mercês Guimarães. *Ex-combatentes do Brasil- Entre História e Memória (1945-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CAVALARI, R. M. F. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, Abr. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

_____. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. 2ª Edição, Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAVES, Niltonci Batista. *A Cidade Civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

_____. *Entre “preceitos” e “conselhos”*: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa- PR (1931-1953). Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial*. Um Balanço Histórico. São Paulo, Xamã/ Depto. de História, FFLCH-USP, 1995.

CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)> Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: cpdoc.fgv.br/produção/dossiês/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP Acesso em: 06/05/14

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial/ Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A república dos conselhos*: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DÄHNE, Caroline Loise. “O Brasil está presente!” a utilização de cartazes como propaganda de guerra na 2ª guerra Mundial. *Anais da 40ª Semana de História DEHIS UEPG e II Encontro do GT Regional Religião e Religiosidades ANPUH PR/SC*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2011, p. 232-255.

_____. “O Brasil de hoje defende o Brasil de amanhã”: Cartazes de propaganda de guerra do Brasil na 2ª Guerra Mundial. *Anais do XIII Encontro Estadual de História — A escrita da história ANPUH-PR*. Londrina, 2012, vol. 2, p. 47-57.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. *Manifestações autoritárias*: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História) — Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cecilian Luiza (Org.). *Espaço e Cultura*: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Discurso ocidentalista como arma de guerra: a construção de alteridades na mídia. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e memória*: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (Outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História Cultural) — Florianópolis, UFSC, 2002.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERRAZ, Francisco César. *Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FRIZANCO, Orlando; MAYER, Reinaldo Afonso. *História do 13º RI na Revolução de 1930*. Ponta Grossa: AORPG, 2011.

FRIZANCO, Orlando; SOARES JUNIOR, Wilson; MAYER, Reinaldo Afonso. *História do 13º BIB: “Batalhão Tristão de Alencar Araripe”*. Ponta Grossa: AORPG, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HENN, Leonardo Guedes. Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial. *Sociais e Humanas*. Santa Maria, v. 26, n. 03, set/dez 2013, p. 670-686.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. A invenção das tradições. IN: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HOLZMANN, Epaminondas. *Cinco Histórias Convergentes*. 2. ed. rev. Ponta Grossa, UEPG, 2004.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

_____. *A Batalha e a História*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006b.

KNEBEL, Rosemeri Leane. *A Primeira Guerra Mundial sob o prisma do Diário dos Campos*. Monografia (Especialização em Cultura e História) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000.

KOLTAI, Caterina. *Política e psicanálise. O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. *Os Campos Gerais e sua princesa*. Curitiba: Copel, 1998.

LEANDRO, José Augusto; CRUZ, Ana Lúcia B. da. Cidade, ciência e modernidade: debates e práticas da associação médica de Ponta Grossa, 1931-1950. In: CHAVES, Niltonci (Org.). *Medicina em Ponta Grossa: Histórias da Associação Médica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006, p. 29-63.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOCELIN, Ketrim Daiana. *Memórias de guerra: a trajetória da FEB na 2ª Guerra Mundial*. Monografia, Universidade Tuiuti do Paraná. Orientação do Professor Osvaldo L. Meza Siqueira. Curitiba, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. *DELTA*. São Paulo, v. 21, número especial, p. 239-279, 2005.

MOLES, Abraham. *O Cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

NASS, Sirlei de Fátima. *Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARADA, Maurício. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-56.

_____. Cultura cívica e memória no Estado Novo brasileiro. *Diálogos*. Maringá: DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 401-412, 2009.

_____. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PEREIRA, Márcio José. *Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Paranismo: Cultura e imaginário no Paraná dos anos 20. In: *Cultura e Cidadania*, Curitiba, v. 1, ANPUH-PR, 1996.

PESAVENTO, Sandra. Relações entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). *Anos 90*. Porto Alegre, nº4, dezembro 1995.

PETRUSKI, Maura Regina. *Julho chegou... e a festa também: Sant'Ana e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa (1930-1961)*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PETUBA, Rosangela Maria Silva. *Na trama dos trilhos: cidade, ferrovia e trabalho- Ponta Grossa-PR (1955-1997)*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Coleção Estante Paranista. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PILOTTO, Valfrido. *Ideais de Ontem da Cidade Sempre Jovem*. Caderno em homenagem à cidade de Ponta Grossa em comemoração ao sesquicentenário do Decreto nº 15 que criou a freguesia, 1973.

PINTO, Elizabeth Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. *Ponta Grossa- um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda., 1983.

PINTO, Elisabete Alves. *A população de Ponta Grossa a partir do registro civil 1889-1920*. Dissertação (Mestrado em história) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro (Orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa, PR: Toda Palavra, 2012.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ROSA, Alessandro dos Santos. *A Reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1945-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

SANTOS, Jessica Leme. Revolução de 1930: Getúlio Vargas- história através da fotografia. *Anais da 40ª Semana de História DEHIS UEPG e II Encontro do GT Regional Religião e Religiosidades ANPUH PR/SC*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2011, p. 742-762.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3.ed. – Barueri, SP: Mamole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *REPENSANDO o Estado Novo*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Edson Armando. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa 1904-1973*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

SILVA, Lucas Silva da. *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Vânia Cristina da. Valorizar o trabalho e enaltecer a Pátria: o Estado Novo e as festas escolares na Paraíba. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História militar do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O estado contra os meios de comunicação (1889- 1945)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

SOUZA, Giane Maria de. *Educação para o trabalho: os sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SOUZA, Eliezer Felix de. *Intelectuais, modernidade e discurso educativo do jornal “Diário dos Campos” (1907-1928)*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. “Monumento ao soldado constitucionalista” de 1932: uma análise de seu valor memorial nas significações oficiais e populares. *Revista CPC*, São Paulo, n. 5, p. 6-21, Nov. 2007/ abr. 2008.

STANCIK, M. A. Monumento a Duque de Caxias. *Jornal de História* (UEPG), Ponta Grossa/PR, p. 3 - 3, 30 abr. 1997.

TORRES, Eduardo Cintra. Bandeira e multidão, dois símbolos nacionais. *Observatório (OBS*) Journal*, 4 (2008), 137-159.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. A prática do Canto Orfeônico e Cerimônias Cívicas na Consolidação de um Nacionalismo Ufanista em Terras Catarinenses. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105-127, jan./jun. 2009.

VIEIRA, Cleber Santos. Símbolos Nacionais: representações em conflito. *Sinergia*. São Paulo, 2006, v. 7, n. 1, p. 70-78.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

VENTURA, António. Persuadir para vencer: O cartaz como instrumento de propaganda na Grande Guerra. IN: GARCIA, Maria da Graça. *I Guerra Mundial: cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, 2004.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. *Entre o Aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR (1930-1965)*. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

WOITOWICZ, Karina; OLIVEIRA, Anderson; BURNAT, Fábio; BAUER, Thiago. Nas ondas da PR-J2: Fragmentos da história dos 64 anos da Rádio Clube Ponta-Grossense pelas vozes da emissora. *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004.

WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes do tempo na escrita do jornal Diário da Tarde: história e sociedade no cotidiano jornalístico da Capital Paranaense no início do século XX. In: *Anais do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Brasília (DF) 28 e 29 de novembro de 2003.